

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

SOMOS TODOS BRASILEIROS?

**Estudo Sociológico sobre a Moderna Divisão do Trabalho Social Brasileira
(trajetórias ocupacionais de trabalhadores brasilienses da construção civil – 1992/2003)**

Autor: Marcelo Alvares de Sousa

Brasília, abril de 2006.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

SOMOS TODOS BRASILEIROS?

**Estudo Sociológico sobre a Moderna Divisão do Trabalho Social Brasileira
(trajetórias ocupacionais de trabalhadores brasilienses da construção civil – 1992/2003)**

Autor: Marcelo Alvares de Sousa

Tese apresentada ao Departamento de Sociologia da
Universidade de Brasília/UnB como parte dos
requisitos para a obtenção do título de Doutor.

Brasília, abril de 2006.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

TESE DE DOUTORADO

SOMOS TODOS BRASILEIROS?

**Estudo Sociológico sobre a Moderna Divisão do Trabalho Social Brasileira
(trajetórias ocupacionais de trabalhadores brasilienses da construção civil – 1992/2003)**

Autor: Marcelo Alvares de Sousa

Orientadora: Profa. Dra. Christiane Girard Ferreira Nunes

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Nadya Araújo Guimarães – USP

Prof. Dr. Mário Theodoro – UnB

Prof. Dr. Arthur Trindade Maranhão Costa – UnB

Prof. Dr. Sadi Dal Rosso – UnB

Prof. Dr. Yves Chalout (suplente)

“O trabalho é um denominador comum e uma condição de toda vida humana em sociedade.”
(George Friedmann)

“Compreender a estrutura de uma classificação que a coletividade faz do mundo é, com efeito, compreender-lhe as regras ou princípios de organização social.” (Edward Tyriakian)

“Quando se modifica a maneira como os homens são solidários, a estrutura das sociedades não pode deixar de mudar.” (Émile Durkheim)

DEDICATÓRIA

Para minha linda Bete.

Por todo amor, apoio e paciência ao longo dos últimos três anos.

E por todos que ainda virão.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, Rufino, minha mãe, Rejane, meus irmãos, Caio, Equi, Digo, Tuzinho, minha cunhada, Maria Antônia e minha sobrinha, Geórgia, por tudo.

À Profa. Dra. Christiane Girard, amiga e orientadora, com quem tenho o privilégio de compartilhar uma década de amizade e caminhada sociológica.

Aos membros de minha banca de qualificação, Profa. Dra. Nair Heloísa Bicalho de Sousa e Prof. Dr. Arthur Trindade Maranhão Costa, pelas valiosas contribuições e questionamentos.

Ao Prof. Dr. Aldo Paviani e ao Prof. Dr. Brasilmar Ferreira Nunes, pela oportunidade de diálogo e sugestões.

Aos amigos e amigas da Universidade de Brasília, em especial Marcia, Joaze, Roniere, Andréa, Beto, Daniel, José Marcelo, Vicente, André, Pedro, Bruno, Célio, Adalberto e Paulo Marcello, amigos para a vida toda;

Aos queridos Leopoldo, Mariah e Clara e amigos e amigas do Corpo Vivo e da Lua, por encontros tão especiais;

Aos membros de minha banca de defesa de tese de doutoramento, Profa. Dra. Nadya Araújo Guimarães, Prof. Dr. Mário Theodoro, Prof. Dr. Arthur Trindade Maranhão Costa, Prof. Dr. Sadi Dal Rosso e Prof. Dr. Yves Chalout, pela oportunidade de submeter meu trabalho à sua crítica e interlocução.

Aos colegas do Grupo de Estudos “Trabalho e Economia Solidária”, pela gentileza de debaterem e criticarem versões preliminares dessa pesquisa;

À Coordenação-Geral de Estatísticas sobre Trabalho, Departamento de Emprego e Salário, Ministério do Trabalho e Emprego, em particular à senhorita Soraya Sumayo, que gentil e eficientemente captou os dados secundários na base de microdados IBGE/PNAD;

À Universidade de Brasília e ao seu Departamento de Sociologia, pela oportunidade única de iniciar e finalizar um ciclo de 15 anos de iniciação sociológica.

RESUMO

O tema da pesquisa é o moderno vínculo social brasileiro e suas tendências contemporâneas de evolução, do ponto de vista da divisão do trabalho social. O estudo da integração social e sistêmica em sociedades individualistas modernas possibilitou ressaltar especificidades da constituição da moderna sociedade brasileira. As sociedades européias tenderam a estruturar-se com base no individualismo moral, na divisão do trabalho social e em sistemas de cidadania social. Por sua vez, a modernidade brasileira caracterizou-se pelas instituições da cordialidade, subdesenvolvimento e cidadania regulada. Brasília simbolizou seu projeto de modernidade.

A perda contemporânea de centralidade do trabalho implicou para as sociedades modernas européias a ruptura do pleno emprego como padrão da divisão do trabalho social. Esse processo acentuou os limites da ideologia individualista e dos sistemas de cidadania social para garantir o vínculo social europeu contemporâneo. A existência de supranumerários sugere uma evolução do trabalho europeu em direção a uma estrutura análoga ao subdesenvolvimento do trabalho brasileiro.

Para a sociedade brasileira, a reestruturação contemporânea do trabalho implicou a renovação de sua estrutura hierárquica moderna. A análise da trajetória ocupacional de trabalhadores brasilienses da construção civil entre 1992-2003, por meio do indicador de *capital ocupacional*, identificou a precarização generalizada das ocupações não-regulamentadas como uma das características da reestruturação contemporânea do trabalho no Brasil. A manutenção e aprofundamento da estrutura de subdesenvolvimento e segmentação de sua divisão do trabalho ensejam indagações sobre as tendências da autoprodução contínua da sociedade brasileira contemporânea, em particular no que tange aos limites da ideologia da cordialidade e de sua estrutura de segmentação e subdesenvolvimento sistêmico.

ABSTRACT

The research's subject is the modern brazilian social tie and its contemporary tendencies of evolution, from the point of view of social labour's division. The study of the social and systemic integration in individualistic modern societies made possible identify modern brazilian specificities. The european societies had tended to integrate itselfs by moral individualism, social labour's division and social citizenship's systems. The brazilian modernity developed the cordiality, subdevelopment and regulated citizenship. Brasília, the brazilian capital, symbolized the national modernity's project.

The work's contemporary loss of centrality implicated to the european modern societies the full employment's break as a social labour division's pattern. That process made prominent the limits of the individualist ideology and the social citizenship's systems to improve the european social tie. The existence of surplus people suggests an european labour's evolution forward a analogous structure to the brazilian subdeveloped labour.

For the brazilian society, the contemporary work's restructurarion implicated a hierarchical modern renovation. The occupational trajectory analysis of Brasilia's civil construction workers, between 1992-2003, made possible by the *ocupacional capital* indicator, identified a general precarisation of "non-regulated occupations" as a pattern of the brazilian labour's contemporary changes. The preservation and depth of brazilian labour's subdeveloped and segmented structure provoke questions about the contemporary brazilian social tie's tendencies, specially about the cordiality ideology limits' and its segregated and systemic subdevelopment.

RESUMÉ

La question de cette thèse est le moderne lieu social brésilien et leur tendances contemporaines, de la perspective de la division du travail social. L'étude de l'intégration social et systemic en sociétés modernes individualistes a fait possible identifier particularités brésiéliennes modernes. Les sociétés européennes tendant intégré pour le individualisme morale, la division du travail social et les systèmes de citoyenneté sociale. La modernité brésiélienne a développé la cordialité, le subdéveloppement et la citoyenneté régulé. Brasilia, la capital brésiélienne, symbolize leur projet de modernité.

La contemporaine crise du travail a créé le fin du plein emploi comme structure de la division du travail social. Le processus révélé les limites de l'ideologie individualiste et des systèmes de citoyenneté sociale pour soutenir le lieu social européenne.

Pour le société brésilien, la restructuration du travail contemporaine a été une renovation moderne hierarchique. La trajectorie occupacionale de les travailleurs de l'industrie de construction en Brasilia entre 1992-2003 a être identifier pour l'indicateur *capital ocupacional*. Cette indicateur a décrit une precarization générale des occupations "non-regulé" comme tendance de changement du travail brésilien contemporaine. La preservation et intensification de la structure subdeveloppé et segmenté du travail brésilien pose question sur las tendances du lieu social brésilien contemporaine, particulièrement les limites de l'ideologie cordial et leur subdeveloppment et segregation systémic.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO. O MODERNO VÍNCULO SOCIAL BRASILEIRO: TRABALHO, PROJETO-SÍNTESE BRASÍLIA E TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DE DESENVOLVIMENTO.....	12
CAPÍTULO 1. VÍNCULO SOCIAL MODERNO: INDIVIDUALISMO MORAL, DIVISÃO DO TRABALHO SOCIAL E CIDADANIA SOCIAL	21
O SURGIMENTO DAS SOCIEDADES MODERNAS: CRISE E REGENERAÇÃO INDIVIDUALISTA DO VÍNCULO SOCIAL.....	22
SOCIEDADES MODERNAS CONTEMPORÂNEAS: PERDA DE CENTRALIDADE DO TRABALHO E CRISE DO VÍNCULO INDIVIDUALISTA	37
CAPÍTULO 2. MODERNO VÍNCULO SOCIAL BRASILEIRO: CORDIALIDADE, SUBDESENVOLVIMENTO E CIDADANIA REGULADA.....	46
O SURGIMENTO DA MODERNA SOCIEDADE BRASILEIRA: ACORDO DE CLASSES E REGENERAÇÃO HIERÁRQUICA DO VÍNCULO SOCIAL.....	47
PROJETO-SÍNTESE BRASÍLIA: MUDANÇAS ESTRUTURAIS NO MODERNO VÍNCULO SOCIAL BRASILEIRO?	69
CAPÍTULO 3. INTERLÚDIO METODOLÓGICO: CAPITAL OCUPACIONAL COMO INDICADOR DE PERTENCIMENTO À DIVISÃO DO TRABALHO SOCIAL.....	83
CAPÍTULO 4. TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DA DIVISÃO DO TRABALHO SOCIAL: INTENSIFICAÇÃO, DESFILIAÇÃO E PRECARIZAÇÃO.....	101
DIVISÃO DO TRABALHO SOCIAL BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA: INTENSIFICAÇÃO E APROFUNDAMENTO DO SUBDESENVOLVIMENTO.....	109
AS PRIMEIRAS CINCO DÉCADAS DO PROJETO-SÍNTESE BRASÍLIA: MUDANÇA CONSERVADORA NO MODERNO VÍNCULO SOCIAL BRASILEIRO.....	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS. TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DO MODERNO VÍNCULO SOCIAL: SOMOS TODOS BRASILEIROS?.....	142
BIBLIOGRAFIA.....	162
ANEXO: NOTAS METODOLÓGICAS COMPLEMENTARES.....	169
A. PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DOMICILIAR – PNAD 1992/2003	169
B. CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES – CBO 2000.....	173
C. CBO 2000: DESCRIÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL DE ENGENHEIROS CIVIS.....	176
D. CBO 2000: DESCRIÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL DE SERVENTES DE PEDREIRO.....	179
E. CBO 2000: DESCRIÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL DE TRABALHADORES DE ESTRUTURAS DE ALVENARIA (PEDREIROS).....	181
F. CBO 2000: DESCRIÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL DE MESTRES DE OBRAS.....	183

G. TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS: CATEGORIAS OPERACIONAIS DE ANÁLISE	185
H. SERVENTES, PEDREIROS, MESTRES DE OBRAS E ENGENHEIROS BRASILIENSES OCUPADOS: EVOLUÇÃO DAS VARIÁVEIS ESCOLARIDADE, RENDIMENTO MÉDIO REAL E TAXA DE SINDICALIZAÇÃO – 1992/2003	187

INTRODUÇÃO. O Moderno Vínculo Social Brasileiro: trabalho, projeto-síntese Brasília e tendências contemporâneas de desenvolvimento

O objetivo desse estudo é discutir o moderno vínculo social brasileiro, do ponto de vista do trabalho. O Brasil ingressou definitivamente na modernidade ocidental no século XX, perfazendo uma ramificação específica, de matriz hierárquica. A partir dos anos 1880, com a dissolução da ordem escravocrata, a sociedade brasileira iniciou gradativamente o desenvolvimento de instituições modernas, notadamente o trabalho assalariado. O ingresso brasileiro na modernidade definiu-se cinquenta anos depois, na década 1930, em decorrência da industrialização, urbanização e de mudanças estruturais no campo social brasileiro.

A sociedade brasileira compõe uma vertente específica da modernidade ocidental. Nos séculos XVII-XVIII, as sociedades européias tornaram-se sistemas dotados de crescente complexidade, organizados em torno de cidades com maior volume social e densidade moral, decorrente do afluxo de indivíduos expulsos do campo, da ampliação dos meios de comunicação e das possibilidades de interação social.

O êxodo rural provocou o afastamento entre as gerações e a fratura dos processos comunitários de socialização, gerando *indivíduos*. As sociedades européias centrais experimentaram a fratura do vínculo estamental e sua regeneração individualista. O individualismo moral tornou-se o vetor ideológico da coesão social moderna, conforme a diferenciação habermasiana entre sistemas e sociedades. Na modernidade, os seres humanos concebem-se ideologicamente enquanto livres e iguais, dotados de privacidade e com baixa necessidade de compartilhamento de valores substantivos.

A autoprodução continuada dessas sociedades no tempo e no espaço foi impulsionada pelo individualismo moral, pela divisão do trabalho social e por sistemas de cidadania social. A demanda exponencial por bens sociais, materiais e simbólicos necessários para a satisfação de necessidades individuais e coletivas foi respondida por meio da especialização de práticas e saberes. O trabalho, socialmente dividido e interdependente, tornou-se um vetor fundamental para a integração sistêmica das sociedades modernas. Por sua vez, os sistemas de cidadania social foram desenvolvidos na primeira metade do século XX, com o objetivo de fortalecer o tecido social moderno, debilitado pela pauperização generalizada, pelas agitações operárias no século XIX e pelas seqüelas da Segunda Guerra Mundial. No século XX, o vínculo social moderno consolidou-se por meio do individualismo moral, da especialização da divisão social do trabalho e por sistemas de cidadania social provedores de oportunidades de livre desenvolvimento individual e coletivo.

A sociedade brasileira, de colonização ibérica, seguiu uma outra vertente da modernidade ocidental. Nas palavras do historiador Sérgio Buarque de Holanda, a cordialidade é o substrato ideológico do vínculo social brasileiro, entendida como a sensação emocional do pertencimento a uma mesma totalidade. O valor-cordialidade presidiu o desenvolvimento de nossas instituições, interagindo dinamicamente com o indivíduo-valor moderno. A sensação emocional do pertencimento a um mesmo todo é compartilhada intersubjetivamente pelos brasileiros e proporciona forte coesão social à formação social nacional. A integração a redes de relações tornou-se historicamente central para o desenvolvimento individual e coletivo brasileiro.

Essa dimensão ideológica do vínculo social brasileiro influenciou o desenvolvimento de sua dimensão sistêmica. Essa interação gerou um processo de **colonização hierárquica do mundo sistêmico**, por analogia à reflexão habermasiana acerca dos riscos de colonização sistêmica do mundo vivido, típicos das sociedades modernas individualistas. A distinção moderna do vínculo social entre sistemas e sociedades operou-se no Brasil sob a égide da ideologia hierárquica da cordialidade. Essa colonização produziu processos de subdesenvolvimento do trabalho e de segmentação sistêmica, manifestos nos sistemas de cidadania regulada.

O vínculo social moderno individualista caracterizou-se pela ideologia do individualismo moral, pela divisão do trabalho social e pela cidadania social. Por sua vez, o moderno vínculo social brasileiro assumiu outra composição, marcada pela ideologia da cordialidade, pelo subdesenvolvimento do trabalho e pela cidadania regulada.

Do ponto de vista do trabalho, a modernidade brasileira foi erigida sobre um acordo de classes entre o grande empresariado industrial urbano, os setores agroexportadores e um núcleo duro de assalariados e profissionais liberais urbanos, ao custo do subdesenvolvimento de trabalhadores rurais, desempregados e informais. Conforme o conceito de dependência desenvolvido pelo sociólogo brasileiro Florestan Fernandes, a associação subordinada ao sistema econômico moderno assumiu no Brasil a forma do desenvolvimento das posições mais fortes do campo social brasileiro e do subdesenvolvimento de suas posições inferiores.

Essa segmentação é explicitada pela instituição de diferenças de estatuto **jurídico** entre os cidadãos brasileiros. Os trabalhadores que desempenham ocupações regulamentadas por lei possuem acesso a benefícios e direitos que não são extensíveis aos trabalhadores de ocupações

não-regulamentadas. A moderna sociedade brasileira constituiu-se com base em uma distinção jurídica entre seus membros. Por isso a modernidade brasileira é **hierárquica**: a sociedade nacional define estatutos jurídicos de pertencimento diferenciados, que variam conforme ao pertencimento a ocupações regulamentadas ou não regulamentadas.

O intervalo entre as décadas 1930-1960 assistiu ao ingresso definitivo da sociedade brasileira na modernidade ocidental. O Governo Juscelino Kubitschek expressou sua consolidação. Os anos 1950-1960 foram permeados por um espírito de época que propunha o surgimento de uma nova sociedade, moderna, contemporânea. Brasília foi seu projeto-síntese, operando essa transformação da autopercepção nacional em nível simbólico, social, econômico e geopolítico. A evolução contemporânea do moderno vínculo social brasileiro sinaliza para o surgimento de uma nova sociedade nacional pós 1950-60, nos limites de sua ideologia hierárquica.

Na segunda metade do século XX e princípios do século XXI, a sociedade brasileira amplificou sua complexidade sistêmica e aprofundou sua conexão com o movimento das sociedades modernas individualistas. A reestruturação contemporânea do trabalho ilustra essa tendência. A revolução científico-tecnológica e a gestão toyotista do trabalho impulsionaram a perda de centralidade do trabalho. Nas três primeiras décadas da segunda metade do século XX, as sociedades européias caracterizavam-se, do ponto de vista do trabalho, por uma situação de pleno emprego. Nas duas últimas décadas do século XX e princípios do século XXI, essas mesmas sociedades experimentaram processos de **desfiliação**, caracterizados pela precarização da integração de indivíduos e coletivos e por um déficit de lugares na divisão do trabalho social, na formulação do sociólogo francês Robert Castel.

Nas sociedades modernas individualistas, o assalariamento encolheu, composto por um núcleo duro de trabalhadores dotados de maiores direitos e benefícios. Verificou-se tendência crescente de integração dos trabalhadores à divisão do trabalho social por meio de contratos temporários, com menores garantias, ou simplesmente sua desocupação – *o déficit de lugares*.

Esse contexto explicitou as limitações dos sistemas de cidadania social para, por si só, proverem iguais oportunidades de desenvolvimento individual e coletivo e revitalizar o tecido social ameaçado pela perda de centralidade do trabalho. Por sua vez, o individualismo negativo sinaliza os limites ideológicos do individualismo moral, pois o direito a iguais liberdades e oportunidades não foi historicamente realizado. Os supranumerários (jovens, mulheres, imigrantes e cidadãos descendentes de imigrantes) são a encarnação dessa limitação.

Impulsionado pela contemporânea perda de centralidade do trabalho, o moderno vínculo social europeu experimenta crises em seus três vetores fundamentais de autoprodução continuada no tempo e no espaço. Do ponto de vista ideológico, os supranumerários questionam frontalmente o princípio da igual dignidade individual; do ponto de vista do trabalho, os supranumerários indicam a exaustão de uma divisão do trabalho social especializada e interdependente; do ponto de vista da cidadania social, os processos de desfiliação explicitam as limitações dos sistemas provedores de bens públicos para produzir, por si só, iguais oportunidades para todos os membros da sociedade nacional.

A reestruturação contemporânea do trabalho impulsionou movimentos análogos de mudança no moderno vínculo social brasileiro. Nos setores dinâmicos da economia nacional, como a indústria automobilística e a petroquímica, a reestruturação contemporânea do trabalho seguiu tendência similar de redução do assalariamento e ampliação do desemprego e da

precarização, como estratégias para recuperação da competitividade empresarial. A análise de um setor econômico menos dinâmico, como a indústria da construção civil, permitiu identificar tendência similar.

Orientado metodologicamente pelas reflexões da Escola Sociológica Francesa, notadamente Émile Durkheim e Pierre Bourdieu, desenvolvi um indicador de pertencimento à divisão do trabalho social, intitulado capital ocupacional. Entendendo o vínculo social como um fato social, ou seja, modos de agir, sentir e pensar coercitivos e calcados na adesão dos indivíduos, busquei operacionalizar, para fins da pesquisa, o vínculo social por meio dos conceitos de campo e habitus. O campo é um espaço estruturado de lutas e posições, por meio do qual agentes dotados de habitus, isto é, socializados, criam e disputam o capital disponível, descrevendo tendências estruturadas e imprevisíveis de evolução.

Os sujeitos empíricos da pesquisa são quatro coletivos ocupacionais da construção civil brasileira, selecionados em função de sua representatividade no campo e possibilidade de rastreabilidade em bases de dados. Pesquisei os coletivos ocupacionais de serventes de pedreiro, pedreiros, mestres de obras e engenheiros brasileiros, no intervalo de 1992/2003, com base na Classificação Brasileira de Ocupações e nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar do IBGE – PNAD.

Meu objetivo foi identificar as trajetórias ocupacionais desses trabalhadores brasileiros, entendidas como as séries de posições ocupadas no campo ao longo de um dado intervalo de tempo. Essas posições, sintetizadas sob a forma de estoques de capital ocupacional, decorrem da articulação entre os estoques de capital cultural, monetário e social estruturados no processo de socialização dos agentes e mobilizados pelos próprios para conquistar posições no

campo. Desse modo, tomando o capital ocupacional como indicador de pertencimento à divisão do trabalho social, pude analisar as trajetórias descritas por esses sujeitos no contexto do moderno vínculo social brasileiro, caracterizado pela ideologia da cordialidade, pelo subdesenvolvimento do trabalho e por sistemas de cidadania regulada.

Para calcular o capital ocupacional de engenheiros, pedreiros, serventes e mestres de obras brasileiros ocupados, dividi suas respectivas escolaridade, renda e sindicalização pelas respectivas médias nacionais, encontrando seus níveis relativos de capital cultural, monetário e social. O somatório desses capitais específicos indicou seus níveis de capital ocupacional para cada ano. Desse modo, foi possível visualizar a posição de serventes, pedreiros, mestres de obras e engenheiros ocupados no campo da construção civil brasileira, comparando seus estoques de capital ocupacional e sua evolução anual entre 1992/2003.

Os resultados da análise, cotejados com a bibliografia existente, sinalizam que a reestruturação contemporânea do trabalho no Brasil implicou o enfraquecimento do núcleo duro de assalariados e a generalização da precarização, tanto em setores dinâmicos (automobilística e petroquímica) como em setores menos dinâmicos (construção civil). A estrutura básica do acordo de classes brasileiro foi preservada, constituída pelos sócios majoritários (o grande empresariado industrial, financeiro e agroexportador e o núcleo duro de assalariados) e pelos coletivos periféricos historicamente precarizados e subdesenvolvidos (os trabalhadores urbanos informais, desempregados e rurais).

No campo da construção civil brasileira, o núcleo duro, composto por engenheiros e mestres de obras (que desempenham respectivamente ocupações regulamentadas e ocupações qualificadas não regulamentadas) descreveu tendência de perda relativa de capital

ocupacional, ao passo que serventes e pedreiros (que desempenham ocupações não regulamentadas) descreveram tendência de fortalecimento relativo em seus níveis de acumulação de capital ocupacional, em particular por sua evolução positiva em escolaridade, renda e associação sindical.

Não obstante, a estrutura básica de posições permaneceu inalterada ao longo do período estudado. A ocupação regulamentada de engenheiro inseriu-se na posição mais forte do campo em todo o intervalo, seguida por mestres de obras, pedreiros e serventes, respectivamente. O núcleo duro da força de trabalho tendeu a reduzir-se à ocupação regulamentada de engenheiro. Os mestres de obras, parte majoritária do núcleo duro da construção civil, descreveram trajetória declinante de aproximação com os níveis de capital ocupacional de pedreiros e serventes. Na construção civil brasileira, as ocupações não regulamentadas tenderam a ser expulsas do núcleo duro da força de trabalho e a ocupar, em sua totalidade, a periferia do núcleo, caracterizando uma generalização da precarização da força de trabalho.

A comparação com a experiência européia sugere uma tendência de aproximação do trabalho europeu ao padrão de subdesenvolvimento do trabalho brasileiro. A reestruturação contemporânea do trabalho europeu operou uma clivagem entre um núcleo duro de assalariados (com maiores benefícios e garantias) e uma periferia crescente de trabalhadores desempregados ou com contratos por tempo determinado (dotados de menores direitos e benefícios).

Por sua vez, há sinais de que a sociedade brasileira contemporânea aprofundou sua estrutura de subdesenvolvimento do trabalho e segmentação sistêmica. Nas indústrias automobilística e petroquímica, o assalariamento encolheu e o desemprego e precarização

aumentaram. Na construção civil, a clivagem entre ocupações regulamentadas e não-regulamentadas foi aprofundada, reduzindo tendencialmente o núcleo duro assalariado a ocupações regulamentadas e compondo a totalidade da periferia do núcleo duro de ocupações não regulamentadas. Desse modo, nos anos 1990 e princípio dos anos 2000, o subdesenvolvimento do trabalho e a segmentação sistêmica da sociedade brasileira aprofundaram-se, resultado do que chamei de colonização hierárquica do mundo sistêmico.

Creio que esse enfoque contribui para a pesquisa sobre Brasília. Há estudos científico-sociais importantes que analisam a desenvolvimento da cidade, de pontos de vista urbanístico e antropológico (Paviani, 1991; Ribeiro, 1980; Sousa, 1983). A produção historiográfica relativa à construção da cidade compõe registros importantes do período 1950-1960, assim como uma literatura ampla de cunho jornalístico e memorial que possui importância histórica, incorporando o *espírito da época* da construção da capital (Silva, 1994; Vasconcelos, 1988 e s/d; Teixeira, s/d). Proponho perceber Brasília sob uma perspectiva sociológica, do ponto de vista do trabalho, como *projeto-síntese da modernidade hierárquica brasileira*.

O Brasil moderno, uma sociedade nova e velha, crescentemente complexa e conectada aos centros mundiais, socialmente coesa, sistematicamente segmentada e subdesenvolvida. Brasília sugere que o moderno vínculo social brasileiro permaneceu o **mesmo** sendo **outro**: o trabalho transformou-se, a integração sistêmica ampliou seu escopo de cobertura (com destaque para escolaridade, renda e infraestrutura física). Mas no interior de sua matriz ideológica hierárquica, aprofundando o subdesenvolvimento do trabalho e a segmentação sistêmica decorrente da cidadania regulada.

CAPÍTULO 1. Vínculo Social Moderno: individualismo moral, divisão do trabalho social e cidadania social

O século XVIII foi um período de grandes e profundas transformações sociais, marcado pela instituição da *modernidade*. Esse processo histórico não foi um fenômeno teórico. O desenvolvimento de um sistema complexo de funções sociais especializadas e interdependentes, estruturado em torno do individualismo moral, ocorreu com base em processos intensos de fratura e regeneração do vínculo social. O dismantelamento do antigo sistema estamental de relações, baseado em estatutos sociais rígidos, foi a contraparte do florescimento das formações sociais modernas.

Assim como os demais clássicos do pensamento sociológico, o sociólogo francês Émile Durkheim dirigiu sua energia intelectual para a análise desse período de crise social. Em sua visão, as instituições então hegemônicas, baseadas em formas mecânicas ou estamentais de solidariedade, perdiam sua autoridade moral. A vida social organizava-se tendencialmente em torno de formas orgânicas ou individualistas de solidariedade, em processo de cristalização institucional.

Verificava-se a colisão entre uma modalidade de organização social que definia o compartilhamento de crenças e valores substantivos comuns como vetor fundamental de integração e outra modalidade de estruturação societária que propunha a divisão do trabalho social como base da vida em sociedade. Suas implicações socioeconômicas definiram uma rota de choque entre os dois princípios de estruturação social, que resultou no dismantelamento do vínculo estamental e no surgimento das modernas sociedades

individualistas, integradas por meio do individualismo moral, da divisão do trabalho social e dos sistemas de cidadania social.

Contemporaneamente, essas sociedades enfrentam uma situação de crise moral análoga àquela experimentada pelas sociedades européias estamentais. O desenvolvimento científico-tecnológico gerou a perda de centralidade do trabalho, conduzindo ao comprometimento do individualismo moral como cimento ideológico moderno e à explicitação das limitações dos sistemas de cidadania social enquanto provedores de iguais oportunidades de acesso aos bens materiais, sociais e simbólicos socialmente produzidos. Após três séculos de evolução, as sociedades modernas, então amparadas na interdependência sistêmica entre seus membros, surpreendem-se produzindo supranumerários. Na aurora do século XXI, o individualismo moral, a divisão do trabalho social e os sistemas de cidadania social acusam sérias dificuldades para cumprir sua função: a integração social e sistêmica das sociedades modernas.

O Surgimento das Sociedades Modernas: crise e regeneração individualista do vínculo social

A crise do vínculo social vivida pelas sociedades européias no século XVIII pode ser compreendida como um período de crise *moral*, no sentido de expressar movimentos profundos de *fratura do vínculo social*, com implicações práticas e subjetivas para a totalidade dos membros da sociedade. As instituições sociais reguladas pelo princípio da similitude social experimentavam um esgotamento em sua capacidade de produzir a adesão prática e subjetiva dos agentes sociais a sentimentos e valores substantivos comuns. A partir de então, não eram mais os agentes sociais divergentes que experimentavam desconforto nas estruturais

sociais estamentais; eram as estruturas sociais mecânicas que se encontravam deslocadas em mundos sociais crescentemente habitados por indivíduos.

O princípio da similitude social demandava a aderência de cada indivíduo concreto a um conjunto comum e substantivo de crenças, sentimentos e valores. A integração social dependia da capacidade das sociedades criarem instituições que estimulassem os agentes sociais a internalizar e reproduzir continuamente a identidade coletiva. Conseqüentemente, as variações individuais tendiam a ser inibidas por esses mesmos mecanismos, pois seu livre desenvolvimento enfraqueceria a ascendência moral do sistema comum de crenças, sentimentos e valores, ameaçando a coesão dessas sociedades.

Por sua vez, o princípio da cooperação voluntária estimulava a diferenciação individual. Sob essa lógica, a integração societária sustentava-se na capacidade das sociedades gerarem instituições que estimulassem o livre desenvolvimento de relações sociais voltadas para a satisfação de necessidades individuais e sociais continuamente diversas, sem pressupor a aderência dos agentes sociais a sentimentos ou valores substantivos comuns. Nessas sociedades, baseadas no princípio da autonomia individual, o florescimento da diversidade é estimulado, implicando a diferenciação e complexificação das esferas de ação (Durkheim, 1989, I: 211-212).

Émile Durkheim percebeu sintomas desse movimento social de longa duração na urbanização moderna. Na modernidade, verificou-se tendência à concentração de pessoas nas grandes cidades. Em decorrência da industrialização européia, esses espaços geográficos passaram a gerar e concentrar parte considerável da riqueza nacional. O *clousure* ou cercamento, ocorrido na Inglaterra em fins do século XVIII, expulsou levas de proprietários e

trabalhadores rurais de suas terras, induzindo-os a dirigirem-se às cidades em busca de oportunidades de acesso aos bens sociais, materiais e simbólicos socialmente produzidos.

Os proprietários e trabalhadores expulsos do campo tornavam-se mendigos urbanos ou operários assalariados na nascente indústria moderna, dirigida por empreendedores capazes de mobilizar grandes quantidades de capital econômico. O capital concentrava-se nas cidades, tornando-as espaços privilegiados para a busca de canais de acesso à vida social, em particular para os coletivos sociais mais atingidos pelos processos de *clousure*, migração e assalariamento.

Esse processo de urbanização, em que as grandes cidades assumiram preponderância na estruturação das sociedades nacionais, conduziu ao que Émile Durkheim considerou uma situação de maior *volume social* e maior *densidade moral* das sociedades modernas (ibid., II: 38, 40). A concentração demográfica nas cidades modernas tornava possível o crescimento do número de relações entre indivíduos e coletivos sociais, habitantes ou freqüentadores dos centros urbanos, implicando elevação no volume social. Ao mesmo tempo, as cidades modernas afirmavam-se como espaços de mobilidade e oportunidades para os coletivos realizarem trocas sociais, materiais e simbólicas, experimentando crescimento em seus níveis de densidade moral (ibid., II: 40, 42-43). A combinação de alta concentração demográfica, intenso desenvolvimento de vias de comunicação e multiplicação correlata das possibilidades de relações sociais possibilitou um modo de vida dinâmico e diferenciado, gerador de necessidades individuais e sociais de novo tipo, às quais a antiga solidariedade mecânica, baseada na similitude social, mostrava-se incapaz de responder satisfatoriamente.

O comprometimento da integração estamental residiu na fratura dos processos primário e secundário de socialização comunitária. Nas sociedades modernas, as relações sociais tornaram-se sistêmicas, mediadas regras jurídicas. Uma vez a dívida contraída seja liquidada junto ao credor, a relação cessa. Não se fazia necessário o compartilhamento de crenças e valores substantivos comuns. A questão fundamental era garantir a previsibilidade de expectativas, sob a forma do cumprimento dos contratos.

A característica jurídica da modalidade moderna de estruturação de relações sintetizou-se no princípio de que as partes eram independentes antes do estabelecimento da relação e após seu encerramento, sem posições sociais determinadas em decorrência do pertencimento a estamentos sociais específicos. Ao invés de servos e nobres, haveria *indivíduos* capazes de ocupar diferentes posições. A autonomia individual ocupava o núcleo valorativo moderno, sob a forma do direito de cada indivíduo a desenvolver seus interesses e potencialidades. Esse princípio era incompatível com uma modalidade de organização societária que pressupunha imobilidade social e reprodução hereditária do capital econômico, político e social. As sociedades modernas estruturaram-se em torno do princípio de que o acesso individual ao capital monetário, simbólico e social deveria decorrer dos méritos individuais.

Essa visão individualista representou uma confrontação direta à tradição estamental. Com efeito, os conjuntos de crenças, valores e sentimentos coletivos substantivos tornaram-se gradativamente rarefeitos. Os fenômenos sociais geradores de identidade coletiva na sociedade estamental, com particular centralidade para a religião, perderam sua anterior ascendência moral, poder coercitivo e importância prática para o estabelecimento de relações entre as pessoas e coletivos nas cidades modernas (ibid., I: 75, 77-78).

O deslocamento de proprietários e trabalhadores rurais para as cidades provocou o esfacelamento de relações familiares e comunitárias, comprometendo o processo de reprodução desses valores e crenças. As novas gerações não possuíam e não viriam a possuir o mesmo grau de exposição a sistemas de valores substantivos comuns, cujo grau de coercitividade era tão mais elevado quanto mais seu compartilhamento era central para a estruturação da identidade coletiva da comunidade. A transmissão da tradição comunitária foi inibida pelo afastamento entre as antigas e as novas gerações. O êxodo rural provocou a dispersão de famílias e comunidades. O afastamento das tradições comunitárias fez com que os habitantes das cidades, oriundos dos mais diferentes locais de origem, compartilhassem cada vez menos elementos identitários e simbólicos comuns, *individualizando-se*. O princípio do individualismo moral gradativamente cristalizou-se, solapando e fragmentando o princípio estamental de organização social (ibid.: 76, 79).

Na base da constituição das sociedades modernas, verifica-se o crescimento de uma lógica de estruturação societária distinta da estamental, que viria a fraturar e regenerar o vínculo social. O lento esvaziamento da ascendência moral da tradição comunitária, o crescimento do volume social e da densidade moral das sociedades modernas e a eficiência econômica da industrialização geraram mudanças profundas nas sociedades européias dos séculos XVII-XVIII, transformando-as de formações estamentais em complexos sistemas de indivíduos.

Nas palavras de Émile Durkheim, reportando-se às lições do naturalista britânico Charles Darwin,

“se o trabalho se divide mais à medida que as sociedades se tornam mais volumosas e mais densas, não é porque as circunstâncias exteriores sejam

mais variadas, é porque a luta pela vida é mais ardente.” (Durkheim, 1989, II: 47).

Uma das características da modernidade é a complexificação do vínculo social. O maior volume social, decorrente da elevada concentração demográfica urbana, intensificou a concorrência por bens sociais, materiais e simbólicos escassos. Por seu turno, a maior densidade moral, sob a forma da exponenciação das possibilidades de interação social, ampliou as oportunidades de geração de riqueza social, material e simbólica. As esferas sociais diferenciaram-se; novas necessidades sociais surgiam; velhas necessidades eram satisfeitas ou descartadas; as funções sociais multiplicavam-se e se diversificavam contraditoriamente. Um cenário de crescente concentração demográfica e conexão social gerava novas necessidades individuais e sociais, em quantidade e qualidade.

As sociedades modernas consistem em conjuntos densos e volumosos de indivíduos, articulados sob a forma de um sistema complexo de relações. A *grande transformação* experimentada pelas sociedades europeias do século XVIII desenvolveu-se em direção a um sistema complexo de práticas sociais diferenciadas e integradas, voltadas para a satisfação de problemas de escassez material e simbólica intensificadas pelo maior volume e densidade sociais. A diferenciação e especialização internas das sociedades modernas impeliram-nas a expandir-se em todas as direções, compondo um sistema complexo, despido de um propósito coletivo único e dotado de propósitos particulares diversos, variavelmente afins e conflitantes.

A complexificação do vínculo social introduziu desafios originais para a continuidade espaço-temporal das sociedades modernas. A desestruturação do vínculo social estamental demandou a geração de mecanismos sociais que viabilizassem, no plano prático e simbólico, a coesão do vínculo social moderno e sua autoprodução continuada no tempo e no espaço. A

tendência crescente à complexidade gerava novas necessidades simbólicas e materiais. A dissolução da ordem estamental tornou premente o desenvolvimento de mecanismos que estabilizassem o vínculo social e garantissem a autoprodução contínua das sociedades modernas (ibid. I: 51-52, 54-55, 127-128; 205).

Émile Durkheim sustenta que as sociedades modernas responderam a esse desafio por meio da divisão do trabalho social. Amparado no conceito de função, o sociólogo francês identificou um processo progressivo de especialização das práticas sociais nos diversos campos, como o familiar, político, econômico, administrativo, judiciário, artístico e científico. Vínculos sociais de tipo orgânico, fundados na diferenciação de papéis sociais, suplantaram progressivamente vínculos de tipo mecânico, estruturados em torno da similitude social.

As sociedades modernas organizavam-se sob a forma de “um sistema de órgãos diferentes, cada um dos quais com um papel especial, e que são, eles próprios, formados de partes diferenciadas” (ibid., I: 211). Havia uma miríade de papéis sociais em relação, cujo eixo de integração era dado pela estratégia moderna de geração de bens sociais, materiais e simbólicos: a diferenciação e especialização progressiva de esferas de ação interdependentes.

A divisão do trabalho social tornou-se uma das bases fundamentais da ordem social moderna. A complexificação das sociedades européias modernas gerou uma demanda exponencial por bens sociais, materiais e simbólicos necessários para o desenvolvimento individual e coletivo. O trabalho especializou-se, dividido entre funções progressivamente *interdependentes*.

As sociedades modernas regeneraram seu vínculo social por meio da divisão do trabalho social. Quando estruturadas sob a lógica estamental, a autoprodução continuada das

sociedades européias dependia fortemente das relações familiares e comunitárias para gerar riqueza material, social e simbólica. O vínculo social necessitava que os distintos coletivos compartilhassem crenças e valores substantivos comuns, a fim de estabilizar as relações necessárias para combater a escassez material e simbólica.

A industrialização subverteu o padrão de produção da riqueza material, introduzindo o trabalho assalariado como vetor de integração à vida econômica e afetando a produção de bens sociais e simbólicos. O êxodo rural fraturou as relações comunitárias, impossibilitando a transmissão de tradições estamentais. Nas cidades em formação, os agentes não compartilhavam valores substantivos comuns, oriundos de ambientes sociais distintos. Contudo, permaneciam em relação, desempenhando funções especializadas e interdependentes necessárias à autoprodução das sociedades nacionais.

Por essa via, a divisão do trabalho social pode ser concebida como uma estratégia moderna de integração sistêmica, manifesta nas diversas esferas de ação. A divisão do trabalho tornou possível a solidariedade nas sociedades modernas na medida em que a interdependência era a contraparte da especialização de funções (ibid.: 67-68, 71, 76, 127-8).

O pensador alemão Jürgen Habermas introduziu refinamentos importantes na concepção durkheimiana de divisão do trabalho social. Habermas identificou uma contradição não-resolvida na correlação desenvolvida por Émile Durkheim entre o desenvolvimento da solidariedade orgânica e a geração de crenças e valores comuns necessários à integração social.

Do ponto de vista material, a reprodução das sociedades modernas era garantida por meio da instituição da economia de mercado. Entretanto, do ponto de vista simbólico, a

moderna divisão do trabalho social foi um fator de dissolução das formas tradicionais de solidariedade. O desenvolvimento de relações de tipo individualista prescindia da existência de uma identidade coletiva substantiva compartilhada. Considerando que a inexistência de alguma forma de compartilhamento simbólico-subjetivo conduz à fragmentação do vínculo social e à conseqüente anomia, a abordagem durkheimiana não permitiria identificar com clareza de que modo as sociedades individualistas reproduziriam suas estruturas simbólicas e sociais.

O filósofo alemão superou essa contradição introduzindo uma diferenciação interna no conceito de sociedade, entre *integração social* e *integração sistêmica* (Habermas, 1989: 117-118). A integração social seria a esfera de harmonização das orientações de ação dos agentes, possível por meio do compartilhamento intersubjetivo de estoques de experiências e valores – o mundo vivido. A integração sistêmica, por sua vez, seria a esfera de coordenação das conseqüências das ações, garantidas por sistemas jurídicos reguladores das decisões individuais.

A crescente complexificação das sociedades modernas conduziu ao que Habermas intitula desacoplamento entre integração social e integração sistêmica (*uncoupling of system integration and social integration*), estruturando-se com base em sociedades e sistemas. A integração social era gerada pelo compartilhamento das estruturas do mundo vivido, desenvolvidas por meio dos processos de socialização primária e secundária. A integração sistêmica era possível por meio de normas e regras jurídico-formais, produzidas no âmbito de esferas de ação crescentemente diferenciadas e especializadas.

As sociedades modernas constituem-se de sociedades e sistemas, cuja articulação possibilita sua autoprodução simbólica, social e material continuada no tempo e no espaço. O compartilhamento intersubjetivo de um mundo vivido estruturado por categorias individualistas estrutura a socialização e desenvolvimento físico, emocional e cognitivo dos indivíduos e coletivos, que produzem bens simbólicos, materiais e sociais por meio de sociedades e sistemas diferenciados, complexos e especializados.

Desse modo, a divisão do trabalho social, em suas dimensões social e sistêmica, pode ser entendida como um mecanismo moderno não-deliberado de reprodução dinâmica da espécie humana. Por meio de uma divisão complexa de papéis variavelmente integrados, são criados bens sociais, materiais e simbólicos necessários à autoprodução contínua do vínculo social moderno e à reprodução individual e coletiva. Para além de sua função manifesta de produzir e circular bens econômicos, a divisão do trabalho social desempenhou a função latente de produzir solidariedade por meio da cooperação entre indivíduos autônomos e interdependentes.

Entretanto, a moderna divisão do trabalho social mostrou-se historicamente insuficiente para garantir a integração de todos às sociedades nacionais. A constituição da modernidade implicou profunda desorganização do vínculo estamental e defrontou-se com desafios para a integração dos indivíduos e coletivos com precária inserção na divisão do trabalho social. Nas palavras do historiador Karl Polanyi,

“Separar o trabalho das outras atividades da vida e sujeitá-lo às leis do mercado foi o mesmo que aniquilar todas as formas orgânicas da existência e substituí-las por um tipo diferente de organização, uma organização atomista e individualista. Tal esquema de destruição foi ainda mais eficiente com a aplicação do princípio da liberdade de contrato. Na prática, isto significava que as organizações não-contratuais de parentesco, vizinhança,

profissão e credo teriam que ser liquidadas, pois elas exigiam a alienação do indivíduo e restringiam, portanto, sua liberdade.” (Polanyi, 1980: 167)

Com a abolição da servidão na Inglaterra, no século XVII, a inserção no campo econômico deixou de se estruturar em torno da reserva do trabalho para estamentos sociais específicos e aos moradores da cidade. Em oposição à idéia de estamentos sociais, mutuamente excludentes e dotados de diferenças determinadas em lei, as sociedades modernas estruturam-se sobre a representação de um estatuto comum abstrato, universal, um código uniforme de direitos e deveres que expressa sua autocompreensão como um sistema complexo de indivíduos iguais. O direito à livre escolha da ocupação redefiniu ideologicamente o acesso à riqueza, entendendo-o como responsabilidade individual, pois “o homem estava capacitado a proteger a si mesmo” (Marshall, 1988: 20-21, 23).

Do ponto de vista da divisão do trabalho social, tratou-se de uma mudança radical. Na formação social estamental, os coletivos dividiam-se entre estatutos específicos de pertencimento social, ocupando posições rígidas na hierarquia social. Sob a formação moderna, cada indivíduo deveria conquistar sua posição no campo social mediante suas capacidades e esforço próprios. A premissa jurídica e ideológica de que “daí em diante o lavrador inglês é um membro de uma sociedade na qual há, nominalmente pelo menos, uma lei para todos os homens” implicou o esvaziamento da concepção estamental de trabalho, substituída pela idéia da livre ocupação (ibid.: 14).

Do mesmo modo, a desigualdade de níveis de acesso aos bens sociais, simbólicos e materiais era entendida como consequência da capacidade individual demonstrada na divisão do trabalho social, sendo moral e politicamente justificável. O acesso ao capital econômico, social ou cultural decorreria do esforço e capacidade individual. Isso implica o

reconhecimento, pelas sociedades modernas, de desigualdades legítimas entre indivíduos e coletivos.

Em seus primórdios, as nascentes sociedades modernas concebiam a necessidade de proteção social como expressão de um fracasso individual. A assistência social era entendida não como direito, mas enquanto “confissão de derrota na luta econômica”. Nas duras palavras formuladas por T. H. Marshall para expressar a prática de então, “aqueles que aceitavam assistência deviam cruzar a estrada que separava a comunidade de cidadãos da companhia dos indigentes” (ibid.: 17).

Esse entendimento não foi aceito pacificamente pelas classes trabalhadoras. A Inglaterra experimentou fortes distúrbios populares no início do século XIX, com base em demandas operárias por melhores condições de vida e “por seu justo lugar na economia da principal nação do mundo.” (Bendix, 1996: 103). Essa situação tendeu a alterar-se apenas na segunda metade do século XX, em grande parte a partir do momento em que o proletariado moderno, organizado em sindicatos, conquistou a condição de sujeito político ativo e autônomo. Os fortes embates sociais entre as classes trabalhadoras e empreendedoras, na disputa pela distribuição da riqueza nacional, redundaram na institucionalização da *cidadania social*, conduzindo a reestruturações importantes no vínculo social moderno.

O vácuo decorrente da perda de autoridade moral das tradições e práticas comunitárias foi gradativamente ocupado por arranjos institucionais sistêmicos, sob a forma da noção de *cidadania*. No entender de T. H. Marshall, a idéia de cidadania funciona como uma “avaliação qualitativa da vida como um todo em termos dos elementos essenciais da civilização ou da cultura.” (Marshall, 1988: 61). Ela estabelece linhas de dignidade, patamares básicos de

integração que devem ser compartilhados pelos indivíduos, com vistas a garantir seu pleno pertencimento. O tecido social europeu, esgarçado pela fratura das instituições socializadoras estamentais e pelas disputas entre proprietários e trabalhadores pela distribuição da riqueza nacional, desenvolveu mecanismos sistêmicos de revitalização.

A fim de conter o intenso processo de pauperização a que multidões inglesas foram lançadas nos primórdios da modernidade, o liberalismo britânico criou o instituto da assistência social, por meio da *Poor Law* (Marshall, 1988: 22; Polanyi, 1980: 98). Os indigentes, órfãos, enfermos e velhos deveriam ser assistidos pela comunidade local, garantindo juridicamente níveis básicos de pertencimento social. Os arranjos sistêmicos modernos cumpriam então parte da função outrora desempenhada pela família, comunidade e corporações profissionais, proporcionando oportunidades de integração aos membros da sociedade.

O compartilhamento da linguagem e das instituições do direito civil possibilitou ao mundo sistêmico permanecer ancorado nas estruturas do mundo vivido. A diferenciação crescente de subsistemas de ação conduziu ao desenvolvimento de formas de comunicação técnicas, compartilhadas por círculos restritos de comunidades especializadas. Os saberes de caráter técnico não se encontravam disponíveis no acervo de experiências e valores compartilhado intersubjetivamente. A autonomia dos sistemas face ao mundo vivido, induzida pela complexificação crescente das sociedades modernas, conduziu à criação de estruturas sistêmicas autônomas, com recíproca influência junto às estruturas do mundo vivido. Os sistemas modernos passaram a desempenhar funções de fortalecimento e revitalização do tecido social análogas àquelas cumpridas pelas relações comunitárias e servis nas sociedades estamentais (Habermas, 1989: 185-186).

A cidadania, entendida como esfera sistêmica de ação, consiste em arranjos juridicamente garantidos e institucionalmente estruturados, que conferem um mandato jurídico-político para agentes públicos intervirem junto a indivíduos e coletivos, com o propósito de fortalecer sua integração social ou sistêmica. O propósito dos arranjos sistêmicos era prover bens públicos de modo previsível e ininterrupto, proporcionando maior eficiência para a autoprodução social moderna (Souza, 1997: 40).

A idéia da cidadania social propõe a integração digna à sociedade nacional como um direito. Os direitos de cidadania social possuiriam a função de proporcionar aos indivíduos e coletivos iguais liberdades e oportunidades de integração a sociedades e sistemas, possibilitando seu livre desenvolvimento.

O papel desempenhado pelo sistema educacional é ilustrativo. Oportunizando universalmente o acesso à educação, as sociedades européias modernas buscaram viabilizar o direito à igualdade de oportunidades. A competição no sistema educacional possibilitaria a emersão de “igualdades latentes” entre pessoas pertencentes a classes sociais distintas, em decorrência das iguais oportunidades. Ao longo do processo, o sistema de avaliação escolar tenderia a hierarquizar os agentes em virtude de seus distintos desempenhos, criando uma “estrutura de status desiguais distribuídos, de modo razoável, a habilidades desiguais”. A educação, assim, enquanto direito social universal, geraria oportunidades de desenvolvimento individual e de mobilidade social (Marshall, 1988: 44).

Nesse sentido, a cidadania social buscava garantir níveis dignos de acesso aos bens materiais, sociais e simbólicos produzidos pela sociedade nacional, por meio da promoção de iguais oportunidades. Ideologicamente, a partir do acesso a sistemas provedores de

oportunidades de desenvolvimento, o desempenho individual na divisão do trabalho social definiria a posição que o agente tenderia a ocupar na distribuição dos bens materiais, sociais e simbólicos socialmente produzidos.

Assim, a divisão do trabalho social e os sistemas de cidadania social cumpriram papel fundamental para a integração das sociedades modernas. O esvaziamento das relações comunitárias foi correlato ao desenvolvimento do trabalho e das relações jurídicas como vetores de integração à sociedade. A família, a comunidade e as corporações de ofício foram substituídas pela responsabilidade individual de construção de canais de acesso aos bens materiais, sociais e simbólicos e por sistemas que objetivam criar oportunidades de desenvolvimento individual e coletivo.

A divisão do trabalho social possibilitou combater a escassez material e simbólica individual e coletiva, em contexto de crescente complexidade. Os sistemas de cidadania social permitiram o fortalecimento do tecido social, de modo complementar ao trabalho, instituindo sistemas de provisão de bens públicos que proporcionavam oportunidades de desenvolvimento aos indivíduos e coletivos. Esses dois vetores de integração das sociedades modernas interagem, gerando bens sociais, materiais e simbólicos necessários para a autoprodução individual e coletiva.

O surgimento da modernidade consistiu na fratura e regeneração do vínculo social nas formações societárias europeias dos séculos XVII-XVIII. A organização estamental e as relações comunitárias foram erodidas e desestruturadas na transição para a modernidade. O individualismo moral, a divisão do trabalho social e os sistemas de cidadania social tornaram-

se os vetores fundamentais de integração dos indivíduos e coletivos às sociedades modernas, estabilizando o vínculo social moderno.

Sociedades Modernas Contemporâneas: perda de centralidade do trabalho e crise do vínculo individualista

As sociedades modernas surgiram no século XVIII organizadas em torno do individualismo moral e do trabalho. Tratou-se de um processo de desenvolvimento de longa duração, ainda em curso, caracterizado pela crescente complexificação do vínculo social e pela diferenciação das esferas do mundo vivido e dos sistemas. No século XX, o conflito entre o proletariado e as classes proprietárias pela distribuição dos bens sociais, materiais e simbólicos produzidos pelas sociedades nacionais conduziu ao desenvolvimento de sistemas de cidadania social, com o objetivo de prover iguais oportunidades de integração dos diferentes indivíduos e coletivos à sociedade nacional.

Não obstante, dois séculos após seu surgimento, as sociedades modernas defrontam-se com desafios cruciais para seu tripé de integração social e sistêmica. A partir dos anos 1970, a revolução científico-tecnológica conduziu à perda de centralidade do trabalho e a processos crescentes de desfiliação, colocando em questão o individualismo moral e os sistemas de cidadania social. Os vetores fundamentais de integração das sociedades modernas foram abalados em fins do século XX.

O filósofo francês André Gorz percebeu com clareza o fenômeno contemporâneo da perda de centralidade do trabalho. Em sua visão, as sociedades modernas evoluíram para o capitalismo pós-industrial. A informatização e a automação aumentaram a produtividade do

setor produtivo, que se tornou capaz de produzir mais, mais rápido, mais barato e com *menos trabalhadores*.

A diminuição da necessidade de trabalho assalariado gerou a conseqüente crise do desemprego. A revolução científico-tecnológica iniciada na década 1970 permitiu às classes proprietárias conduzir um movimento vigoroso e agressivo de reestruturação econômica e empresarial, ganhando produtividade. O desenvolvimento tecnológico gerou ganhos de eficiência para a atividade econômica, de forma que as empresas passaram a produzir mais com menos trabalhadores assalariados. Em conseqüência, verificou-se crescimento nas taxas de desemprego e a consolidação do chamado desemprego estrutural.

Tratou-se de uma mudança profunda no vínculo social moderno. O assalariamento consolidou-se, no segundo pós-guerra, como vetor fundamental de integração nas sociedades modernas. De uma situação de pleno emprego, as sociedades européias defrontaram-se com taxas crescentes de desocupação, da ordem de 10% ou mais da população economicamente ativa. A inserção de contingentes crescentes de trabalhadores no mercado de trabalho deixou de ser mediada preferencialmente pelo assalariamento. Os direitos trabalhistas e garantias sociais conquistados pelos sindicatos passaram a limitar-se a um núcleo duro da classe trabalhadora, gerando uma precarização crescente do trabalho assalariado. O pacto fordista, que possibilitou a coesão das sociedades européias no segundo pós-guerra, foi rompido pelo empresariado industrial (Antunes, 2001: 32).

Uma das conseqüências desse processo foi o surgimento dos supranumerários, na formulação do sociólogo francês Robert Castel. Em suas palavras, o fenômeno dos supranumerários remete à

“manifestação de *um déficit de lugares* ocupáveis na estrutura social, entendendo-se por lugares posições às quais estão associados uma utilidade social e um reconhecimento público (...) não integrados e não integráveis, pelo menos no sentido que Durkheim fala da integração como pertencimento a uma sociedade que forma um todo de elementos interdependentes.” (Castel, 1998: 529-530).

O desemprego crescente e a precarização do trabalho foram expressão de mudanças estruturais na moderna divisão do trabalho social. Com a revolução científico-tecnológica, a quantidade de trabalhadores necessários para a reprodução material das sociedades modernas contemporâneas diminuiu. Nas sociedades européias, esse processo afetou sobretudo jovens, mulheres e imigrantes, gerando uma massa crescente de trabalhadores temporários, em tempo parcial, precarizados ou desempregados de longa duração (Gorz, 1982: 87-88; Castel, 1998: 514). Parte dos membros da sociedade tornou-se desnecessária para garantir sua autoprodução material. Desse modo, deixou de haver espaço para todos na divisão do trabalho social, gerando supranumerários.

A divisão do trabalho social integrava as sociedades modernas por meio da interdependência entre suas funções especializadas. Na medida em que ganhos de eficiência no sistema econômico tornaram parte dos membros da sociedade desnecessários para garantir sua reprodução material, um dos pilares de estruturação do vínculo social moderno foi rompido. Para um núcleo duro de empreendedores e trabalhadores, a inserção na divisão do trabalho social possibilitou acesso digno aos bens sociais, materiais e simbólicos produzidos pela sociedade nacional. Para os supranumerários, foram reservadas posições precárias.

Desse modo, uma das conseqüências do desenvolvimento tecnológico recente sobre a divisão do trabalho social foi o esvaziamento do trabalho como vetor de integração de parte dos indivíduos à sociedade nacional. Os supranumerários, desempregados ou precarizados,

passaram a ocupar posições na divisão do trabalho social que não lhes permitem um acesso digno aos bens sociais, materiais e simbólicos produzidos. Com a redução da necessidade de trabalhadores, sua participação tornou-se precária ou simplesmente desnecessária. O trabalho não desempenhava mais a função de vetor de integração desses coletivos às sociedades nacionais. O vínculo social moderno foi abalado em uma de suas bases.

A existência de supranumerários comprometeu o cimento ideológico do individualismo moral e dos sistemas de cidadania social. A idéia de iguais liberdades e oportunidades amparou as social-democracias européias no segundo pós-guerra, garantida pelo pacto fordista entre as classes trabalhadoras e empresariais. No entanto, a perda de centralidade do trabalho esvaziou parte de seu sentido.

Desde seu início, a concepção moderna de cidadania não propôs a abolição da desigualdade. Em verdade, o individualismo moral instituiu, em associação à sua representação de igualdade e liberdade, uma concepção conexa de desigualdade social legítima. O entendimento feudal de direitos e deveres inscritos rigidamente em estamentos diferenciados perfaz uma modalidade ilegítima de desigualdade para as sociedades modernas, por implicar dividir a espécie humana em estados sociais irreduzíveis. Contudo, a moderna concepção de cidadania considerava justificáveis as diferenças sociais que decorriam do desempenho individual.

Posto que juridicamente iguais e livres, os indivíduos compartilhavam uma condição de igualdade formal de oportunidades. O acesso ao poder e à riqueza nacional seria determinado pelo esforço e capacidade de cada agente particular. Ideologicamente, os méritos individuais determinariam a posição de cada agente no campo.

A igualdade encontrar-se-ia no início do processo social, desembocando, ao seu final, em uma “desigualdade justa”, que seria o motor do sistema socioeconômico. Despidos da possibilidade de alcançar compensações materiais e simbólicas para seu esforço, os agentes não possuiriam motivação para ativar as engrenagens produtivas, o que conduziria a uma vida social e pessoal medíocre. Sob a forma de um “incentivo ao esforço”, a performance individual assumira a condição de mecanismo explicativo das condições de inserção social e de critério justo para a distribuição do poder e da riqueza (Bouamama, 1992: 275).

Não obstante, a própria instituição dos direitos sociais no século XX testemunhou a limitação prática da ideologia individualista. A metáfora do “moinho satânico”, utilizada pelo historiador austríaco Karl Polanyi para descrever a ascensão da economia de mercado, reteve parte de seu significado na evolução contemporânea das sociedades modernas.

No século XVIII, os cercamentos, ao expulsarem trabalhadores e proprietários do campo, criaram condições sociais e econômicas para a fratura do vínculo social estamental europeu e sua recomposição individualista (Polanyi, 1980: 52). No século seguinte, as desigualdades sociais aumentaram, fomentando tensões sociais e o recrudescimento dos conflitos entre as classes trabalhadoras e proprietárias em torno da distribuição da riqueza nacional. Não à toa, o historiador britânico Eric Hobsbawm cunhou o século XIX como a era das revoluções. É apenas no século XX que são instituídos os direitos sociais, como resposta sistêmica das sociedades modernas à ameaça de fratura do vínculo social, decorrente do acirramento das lutas de classes.

Mas os sistemas de cidadania social foram insuficientes para impedir a queda do véu do individualismo moral. O desempenho individual, como critério de pertencimento social a

partir de uma situação de iguais direitos e deveres, conduziu à interrogação irresistível: todos os membros das sociedades modernas são igualmente indivíduos? A cidadania social viabilizou a todos condições de livre desenvolvimento individual e coletivo prometidas pelo individualismo moral? A resposta histórica foi negativa.

A crítica marxista destacou-se por afirmar, desde seus primórdios, que a modernidade não é habitada por um indivíduo homogêneo, mas por modalidades distintas de indivíduos, dotados de estatutos de pertencimento social igualmente diferentes. Ideologicamente estruturadas em torno dos princípios da liberdade e igualdade, as sociedades modernas desenvolveram mecanismos estruturais de produção de desigualdades para além da performance individual.

O acesso a liberdades e oportunidades de desenvolvimento individual e coletivo depende da posição ocupada no campo. Sua estrutura condiciona as possibilidades de concentração e acesso ao fluxo de capital. A aquisição de posições depende do grau de acesso às estruturas sistêmicas e sociais, por meio das quais os indivíduos e coletivos desenvolvem e acumulam os diferentes tipos de capital.

As sociedades modernas, juridicamente igualitárias, organizaram-se sobre espaços de lutas e posições que geraram desigualdades estruturais de acesso às oportunidades de desenvolvimento individual e coletivo. Os indivíduos, formalmente iguais, possuem oportunidades desiguais de acesso ao fluxo e concentração dos bens sociais, materiais e simbólicos produzidos pela sociedade nacional (Bourdieu, 1999: 2). As desigualdades sociais modernas não são residuais, decorrentes do esforço individual. Em verdade, são estruturais, determinadas pela correlação de forças entre as várias classes sociais.

Os modernos sistemas de cidadania social contribuíram em parte para a produção dessa estrutura desigual de distribuição de capitais. Os direitos sociais foram criados com o propósito de produzir iguais oportunidades de desenvolvimento individual e coletivo. Contudo, os distintos graus de acumulação e acesso aos capitais específicos usufruídos por indivíduos e coletivos refletem níveis desiguais de acesso aos bens públicos providos pelos sistemas de cidadania social. Os sistemas são ativados e apropriados segundo os marcos estruturais definidos pela correlação de forças existente no campo social.

Mais uma vez, o sistema educacional é demonstrativo. A educação universal foi instituída com vistas a oportunizar aos membros da sociedade nacional iguais condições de formação e acúmulo de capital cultural. Entretanto, os níveis de acumulação de capital cultural por grupo familiar criam condições distintas de acesso e apropriação do bem público educação. As famílias dotadas de maior acumulação propiciam aos seus descendentes melhores condições de desenvolvimento, retardando seu ingresso no mercado de trabalho e proporcionando-lhes maior tempo para o acúmulo e usufruto dos bens culturais. Como resultado, acessam níveis universitários e pós-universitários de educação, perfazendo um autêntico processo de “transmissão hereditária do capital” (Bourdieu, 1999: 9-10; 21-22).

A distribuição dos bens materiais, sociais e simbólicos produzidos pelas sociedades individualistas é estruturalmente desigual. Os sistemas de cidadania social foram criados com a função de redistribuir os diferentes capitais, assegurando um equilíbrio de forças entre o empresariado industrial e o proletariado moderno. Contudo, a revolução científico-tecnológica fraturou o assalariamento, promovendo a perda de centralidade do trabalho e a conseqüente ruptura do pacto fordista.

A nova correlação de forças explicitou as limitações sistêmicas de produção de iguais liberdades e oportunidades. Os sistemas de cidadania social foram incapazes de, por si só, oportunizar iguais oportunidades de desenvolvimento individual e coletivo. A autoprodução do vínculo social moderno ampara-se em uma estrutura desigual de acumulação e acesso ao fluxo de capitais, que foi contemporaneamente reforçada.

A noção de *individualismo negativo* desenvolvida pelo sociólogo francês Robert Castel é esclarecedora. Percorrendo o itinerário de constituição da sociedade salarial e questionando-se a respeito das modalidades de proteção possíveis em sociedades contemporâneas cada vez mais acirradamente individualistas, o pensador francês identificou a “existência de uma forma de individualização que reúne a independência completa do indivíduo e sua completa ausência de consistência. O vagabundo representa-lhe o paradigma.” (Castel, 1998: 597).

O individualismo negativo decorre dos processos de *desfiliação* que acompanharam a perda de centralidade do trabalho. Sua reestruturação provocou o desengate progressivo de mulheres, jovens, imigrantes e trabalhadores maduros das sociedades individualistas contemporâneas. O desemprego estrutural e a erosão das instituições responsáveis pelos processos de socialização primária (escola, família, comunidade) manifestam dimensões desse processo de precarização social. Trata-se de um individualismo de tipo negativo, pois “se declina em termos de falta – falta de consideração, falta de seguridade, falta de bens garantidos e de vínculos estáveis” (ibid.: 598).

Desenvolvida na primeira metade do século XX, as sociedades individualistas contemporâneas atingiram a contemporaneidade desafiadas por tendências de precarização da integração às sociedades nacionais. O fenômeno dos supranumerários é uma de suas

expressões. O acesso aos bens socialmente produzidos tem se mostrado estruturalmente limitado para parte dos membros da sociedade.

As sociedades individualistas adentram seu terceiro século de existência em situação de crise social e sistêmica que remete à sua própria constituição. A perda de centralidade do trabalho gerou abalos na integração social e sistêmica, implicando questionamentos profundos acerca dos rumos das sociedades modernas contemporâneas. Os fenômenos da desfiliação e dos supranumerários desafiam sua capacidade para angariar a adesão prática e subjetiva dos indivíduos e coletivos à modernidade.

CAPÍTULO 2. Moderno Vínculo Social Brasileiro: cordialidade, subdesenvolvimento e cidadania regulada

O sociólogo brasileiro Fernando Henrique Cardoso identificou os primórdios de modernização social brasileira no final do século XIX, após a Abolição da Escravatura (1888) e a queda do Império (1889). Até a década 1880, o Brasil era uma sociedade monárquica e escravocrata, organizada em torno de instituições patrimoniais. A substituição da mão-de-obra escrava pela força de trabalho imigrante conduziu a uma lenta diferenciação e fortalecimento da economia urbana e ao progressivo desenvolvimento de instituições modernas na sociedade brasileira (Cardoso e Faletto, 1984: 63; 65).

A sociedade brasileira ingressou definitivamente na modernidade no terceiro decênio do século XX, com a crise de dominação das elites oligárquico-exportadoras. Nos anos 1930, foram lançados os alicerces fundamentais do moderno vínculo social brasileiro, em um processo histórico de longo prazo que se consolidou na décadas 1950-1960. O acordo de classes entre o grande empresariado urbano, os setores agroexportadores e parte dos trabalhadores urbanos viabilizou a regeneração hierárquica do vínculo social, regulado ideologicamente pelo princípio da cordialidade.

Esse acordo de classes expressou a consolidação de uma sociedade hierárquica moderna, dotada de forte coesão social e baixa integração sistêmica. O princípio da cordialidade integrou a sociedade brasileira, sob a forma do compartilhamento da sensação emocional de pertencimento a um mesmo todo. Entretanto, o acordo de classes fundante da modernidade nacional foi prejudicial para os trabalhadores rurais, desempregados e informais, resultando em um padrão de segmentação sistêmica. Um processo de colonização hierárquica do mundo

sistêmico conduziu à separação dos membros da sociedade brasileira em segmentos sociais com estatutos jurídicos de pertencimento distintos, com base na ocupação que desempenham no mercado de trabalho.

A construção de Brasília, entre 1956-1960, simbolizou a consolidação da moderna sociedade hierárquica brasileira, caracterizada por forte integração social e baixa integração sistêmica. Contemporaneamente, do ponto de vista sociológico, importa identificar os movimentos do vínculo social brasileiro. Nossa hipótese é que o vínculo social brasileiro contemporâneo, do ponto de vista de sua divisão do trabalho social, descreve tendências de continuidade e mudança em curso, em uma trajetória de desenvolvimento aberta, em gestação.

O Surgimento da Moderna Sociedade Brasileira: acordo de classes e regeneração hierárquica do vínculo social

Dois fatores foram fundamentais para a modernização societária nacional: as oportunidades de desenvolvimento geradas pela Grande Depressão de 1929 e a reconfiguração das elites socioeconômicas nacionais (Bresser-Pereira, 1985: 31). Até a República Velha, a economia dependia da exportação de bens primários, em particular café, cacau, algodão e borracha. A crise de 1929 gerou a queda vertiginosa dos preços dos produtos agrícolas, ameaçando um dos pilares econômicos brasileiros, a exportação de café.

A solução conjuntural adotada pelo Governo Federal para conter essa situação foi a compra dos excedentes do produto, evitando a queda excessiva de seus preços e o eventual colapso da economia nacional (Skidmore, 1979: 64). Um dos efeitos colaterais dessa medida foi a manutenção do poder de compra interno, que, conjugado à desvalorização progressiva da moeda brasileira, gerou um processo de “industrialização espontânea” da economia. Ante as

dificuldades para importar bens manufaturados leves, em decorrência da crise econômica internacional de 1929, a demanda interna canalizou-se para a produção nacional, em um processo de substituição de importações.

O setor industrial tornou-se atrativo para os investimentos antes direcionados à exportação primária, oferecendo oportunidades superiores de lucro. Por sua vez, o Governo Vargas estimulou ativamente o desenvolvimento industrial, por meio de instrumentos de política econômica (fiscal, industrial e cambial) e investindo na criação da infra-estrutura básica de transportes, energia, siderurgia e serviços públicos.

Desse modo, a crise econômica mundial de 1929 abriu uma janela de oportunidades para a industrialização brasileira. A depreciação dos preços dos produtos primários de exportação, conjugada à intervenção governamental, possibilitou a manutenção do poder de compra interno e a canalização de recursos para a formação do parque industrial brasileiro. O Governo Vargas foi impulsionado para essa direção pela conjuntura internacional, internalizando e estimulando direta e indiretamente o esforço industrializante (ibid.: 65-70).

A modernidade brasileira consolidou-se nos anos 1950-1960, durante o Governo Juscelino Kubitschek, após o interregno da Segunda Guerra Mundial. Nesse período, a produção industrial cresceu a taxas médias anuais da ordem de 11%, liderada pela indústria automobilística, impulsionando o Produto Interno Bruto para médias anuais de 6%. Nas palavras do pensador brasileiro Luiz Carlos Bresser-Pereira, o “período áureo do desenvolvimento econômico nacional” localizou-se entre 1956-1961, quando ”consolida-se e encerra-se a primeira fase da Revolução Industrial Brasileira, termina o processo de decolagem de sua economia” (Bresser-Pereira, 1985: 44).

O Governo Juscelino Kubitschek cumpriu papel protagonista no enraizamento da modernidade nacional. Representando as mesmas elites industrializantes que chegaram ao poder com a Presidência Getúlio Vargas e com “raro senso de oportunidade histórica”, mobilizou a sociedade brasileira com o objetivo de aproveitar a janela de oportunidades que se abria à época: a internacionalização do capital econômico por meio de empreendimentos multinacionais.

Os capitais externos disponíveis para investimento foram direcionados para o fortalecimento do parque industrial brasileiro, concentrando-se na indústria automobilística, transportes aéreos e terrestres, estradas de ferro, eletricidade e aço (Benevides, 1976: 237; Bresser-Pereira, 1985: 45). O processo de industrialização orientou-se para a produção de bens duráveis e bens de capital, beneficiado pelo amadurecimento das inversões em infra-estrutura realizadas no período Vargas. O pólo industrial paulista consolidou-se como centro nacional das decisões econômicas (Nunes, 2004: 28-29).

O Estado brasileiro, em associação com o capital privado interno e externo, assumiu uma vez mais uma função indutora do desenvolvimento. Para tanto, o Governo JK serviu-se de ferramentas de planejamento econômico, sintetizadas no Plano de Metas. O Plano consistiu em um esforço de investimento público e privado em setores de infra-estrutura que representavam pontos de estrangulamento para a economia¹. Desse modo, criou condições para o desenvolvimento industrial brasileiro.

¹ O Plano de Metas abrangia seis grandes grupos: Energia (energia elétrica, nuclear, carvão, produção de petróleo, refinamento de petróleo); Transportes (reequipamento e construção das estradas de ferro, pavimentação e construção de estradas, portos e barragens, marinha mercante, transportes aéreos); Alimentação (trigo, armazéns e silos, frigoríficos, matadouros, mecanização da agricultura, fertilizantes); Indústrias de base (aço, alumínio, metais não-ferrosos, cimento, álcalis, papel e celulose, borracha, exportação de ferro, indústria de

O projeto político-econômico desenvolvimentista, ancorado na opção industrializante, proporcionou continuidade ao movimento de modernização da sociedade brasileira iniciado na década 1930. A transição de uma sociedade agro-exportadora para uma sociedade urbano-industrial, iniciada nas últimas décadas do século XIX, consolidou-se em 1960.

A estruturação do vínculo moderno na sociedade brasileira foi possível na medida em que as nascentes elites urbano-industriais, organizadas em torno de Getúlio Vargas, fraturaram a hegemonia das elites agrário-comerciais. A Revolução de 1930 revelou o esgotamento da dominação oligárquico-exportadora. As disputas entre grupos regionais pelo controle do poder federal permitiram a emergência de novos grupos urbanos no cenário político, até então excluídos da aliança oligárquica.

O enfraquecimento das exportações de produtos primários possibilitou a formação de uma base socioeconômica centrada na elite urbano-industrial. A ascensão do grande empresariado urbano, comprometido com a industrialização como estratégia para o fortalecimento de sua hegemonia interna, implicou uma fratura no vínculo social brasileiro. Os processos de industrialização e urbanização possibilitaram o desenvolvimento de instituições sociais, políticas e econômicas até então inexistentes na sociedade brasileira, estruturada em torno de instituições patrimoniais (Bresser-Pereira, 1985: 32-35).

Entretanto, a ascensão do grande empresariado urbano não implicou a eliminação do poder das oligarquias agro-exportadoras. O financiamento interno da industrialização dependia dos capitais gerados pela exportação agrária. Nesse sentido, a modernização da sociedade

veículos motorizados, indústria de construção naval, maquinaria pesada e equipamento elétrico); Educação; e a construção de Brasília (Benevides, 1976: 210).

brasileira consistiu mais propriamente em uma recomposição na correlação de forças entre os coletivos dominantes, com implicações sobre a estruturação do vínculo social brasileiro.

As novas funções que as cidades passam desempenhar espelham essa mudança estrutural. Sob a dominância irrestrita da economia agrário-exportadora, a *urbes* cumpria função subordinada ao campo, sediando as estruturas comerciais e burocrático-administrativas necessárias para alavancar o processo produtivo (Nunes, 2004: 23).

Com a unificação do mercado nacional pós-1930, ocorreu um processo de concentração do capital, tanto em unidades produtivas maiores quanto nos espaços urbanos dotados de melhor infraestrutura de comunicação, transportes e serviços. O crescimento das redes de transportes, interligando as unidades federativas, propiciou a formação do mercado de trabalho urbano, facilitando o deslocamento populacional das regiões rurais para os centros urbanos (Singer, 1980: 122-123).

As cidades proporcionavam então uma oferta potencial de força de trabalho e de redes de abastecimento e circulação que inexistiam no campo, dominado pela agroexportação. O espaço urbano tornou-se atrativo para o capital e para os trabalhadores, conquistando centralidade econômica e demográfica. Desse modo, abandonou a condição subordinada de plataforma de apoio para a exportação de bens primários.

Não obstante, a industrialização econômica permaneceu articulada ao esforço primário-exportador. No período Vargas, o financiamento da industrialização apoiou-se nos capitais antes direcionados para o setor agrário, em particular cafeeiro. Esse fator impulsionou uma divisão do poder entre as elites industriais e agro-exportadoras (Nunes, 2004: 25). Isolados, esses coletivos não possuíam poder suficiente para impor sua hegemonia. Esse equilíbrio de

forças implicou a necessidade de pactuações para viabilizar seus respectivos interesses e estabilizar o vínculo social brasileiro.

O equilíbrio de forças entre o empresariado urbano e os agroexportadores constituiu um autêntico acordo de classes. A sociedade brasileira, agroexportadora e senhorial, transformou-se em uma sociedade moderna, urbano-industrial. Mas dependente do setor agrário-exportador e marcada por práticas patrimonialistas. Esse acordo de classes viabilizou à sociedade brasileira desenvolver dinâmicas instituições modernas em composição com instituições patrimoniais.

Uma das dimensões do acordo de classes que fundou a moderna sociedade brasileira foi a circunscrição das instituições modernas aos grandes centros urbanos, com baixa penetração no campo. Esse processo originou “uma sociedade diferenciada, na qual convivem o arcaico e o moderno, em geral observados como sinônimos de campo e de cidade” (Nunes, 2004: 24-25).

A aliança entre o empresariado urbano e os grupos agroexportadores afetou diferentemente os coletivos brasileiros. Parte dos setores assalariados urbanos beneficiou-se desse processo, que excluiu os trabalhadores rurais e parcela majoritária dos trabalhadores urbanos. Nos anos 1950-1960, o grande empresariado moderno consolidou seu projeto urbano-industrializante. Em seu esteio, carregou a classe média urbana, base social do consumo de massas, e o proletariado moderno, forma predominante da força de trabalho industrial (Vieira, 1983: 80, 92). Por seu turno, as oligarquias agrário-exportadoras, agora transmutadas em empresas agrícolas, permaneceram atores socioeconômicos fundamentais, preservando sua estrutura espoliativa de dominação sobre os trabalhadores rurais (Nunes, 2004: 25, 28, 33).

A grande indústria, em associação com o capital internacional, assumiu a posição de carro-chefe do desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Os coletivos agro-exportadores cumpriam a função de garantir as “necessidades mais gerais da acumulação capitalista no Brasil” e “gerar divisas para viabilizar a importação de tecnologia para a indústria”. Os coletivos de trabalhadores rurais permaneceram submetidos a arranjos sociais espoliativos. A estrutura sindical corporativa negociou sua adesão por meio da obtenção de benefícios voltados para os trabalhadores urbanos formalizados, que não se estenderam aos trabalhadores autônomos, desempregados e informais (Nunes, 2004: 28; 34; Vieira, 1983: 75).

A estruturação do vínculo social moderno na sociedade brasileira sustentou-se sobre uma correlação de posições que integrou o grande empresariado nacional, os setores agrário-exportadores e as camadas médias urbanas, reservando posições bastante inferiores de integração aos trabalhadores rurais, desempregados, informais e parte majoritária dos assalariados urbanos (Cardoso e Faletto, 1984: 66-67, 92, 105-106).

O moderno vínculo social brasileiro amparou-se sobre uma correlação de posições desiguais entre os coletivos que o compunham. Ele articula coletivos minoritários fortemente integrados e coletivos majoritários debilmente integrados. Essa característica social é identificável em seus processos de integração social e sistêmica. Do ponto de vista social, a sociedade brasileira integrou-se por meio da ideologia hierárquica, sob a forma de uma sensação emocional de pertencimento a um mesmo todo que perpassa seus coletivos. Do ponto de vista sistêmico, a sociedade brasileira integrou-se por meio de uma divisão do trabalho social subdesenvolvida e de sistemas de cidadania social regulada, gerando uma estrutura segmentada de acesso aos bens sociais, materiais e simbólicos socialmente produzidos.

A integração social das sociedades individualistas modernas tendeu a desenvolver-se no sentido da independência subjetiva de seus membros. O padrão de convívio humano da civilidade pressupõe indivíduos independentes entre si, desconhecidos, que interagem sem pressupor a necessidade de compartilhar vínculos emocionais. A relação é pontual e seu rompimento não implica ofensa, pois todos possuem direito à privacidade.

Do ponto de vista do desenvolvimento sistêmico, esse princípio ideológico contribuiu para que essas sociedades criassem formas complexas de combate à escassez material e simbólica, sob a forma da economia de mercado e da democracia política. Contudo, do ponto de vista da integração social, as sociedades individualistas tenderam a desenvolver baixo compartilhamento intersubjetivo, gerando isolamento entre seus membros e coletivos.

A introdução da identidade no debate sobre cidadania, no contexto das sociedades individualistas multiculturais, ilustra os riscos inerentes à escassez de elementos intersubjetivos comuns (de Sousa, 2000: 278). Para o pensador alemão Jürgen Habermas, a tendência à *fragmentação do mundo vivido* é um dos riscos fundamentais para a autoprodução das sociedades individualistas modernas (Habermas, 1989: 355; Souza, 1997: 111).

A sociedade brasileira seguiu outro caminho. “Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o ‘homem cordial’” (Holanda, 1995: 32; 148). Herança cultural da colonização portuguesa, o substrato ideológico brasileiro estruturou-se segundo a lógica da *cordialidade*.

Ela consiste em uma sensação de transbordamento emocional, uma busca pela intimidade, uma “generosidade distinta no trato”. Na sociedade brasileira, as relações importam e expressam não civilidade, mas compartilhamento intersubjetivo. A cordialidade

consiste no compartilhamento da sensação emocional de pertencimento a um mesmo grupo. A pessoa pertence a um todo, cuja fortaleza reside na adesão a valores substantivos comuns.

Uma das dimensões da cordialidade reside naquilo que Sérgio Buarque de Holanda chamou *cultura da personalidade* (Holanda, 1995: 32). As sociedades ibéricas conformaram sociedades estruturadas em torno de personalidades carismáticas ou autoritárias, cujo princípio unificador tendeu a ser externo, em geral sob a forma da esfera estatal. Ao invés de indivíduos que voluntariamente estabelecem relações, imperou a representação de coletivos independentes, cuja capacidade de cooperação dependia de “uma força exterior respeitável e temida“, unificadora.

Para o pensador brasileiro, “foi essa mentalidade, justamente, que se tornou o maior óbice, entre eles [ibéricos], ao espírito de organização espontânea, tão característica de povos protestantes, e sobretudo de calvinistas” (ibid.: 37-38). As sociedades individualistas organizaram-se ideologicamente em torno do princípio da autonomia. A fim de satisfazer necessidades pessoais e sociais, os indivíduos optam por cooperar entre si. Por sua vez, as sociedades ibéricas organizaram-se ideologicamente em torno do princípio da segmentação. Os coletivos concebem-se mutuamente como independentes e necessitam ser coagidos a cooperar para satisfazer interesses comuns.

Nesse sentido, a ideologia da integração social brasileira consolidou-se como o pertencimento a coletivos particulares. A sociedade brasileira não era constituída por indivíduos livres e iguais, mas por segmentos distintos e auto-suficientes, conduzidos por personalidades autoritárias ou carismáticas.

Para as sociedades individualistas, o acesso ao fluxo de bens materiais, sociais e simbólicos socialmente produzidos é decorrente do esforço individual. Para a sociedade brasileira, segmentada, o acesso ao capital social, cultural e monetário é decorrente do estabelecimento de relações com as lideranças autoritárias ou carismáticas que unificam o coletivo e concentram os capitais.

Nas sociedades individualistas, a independência ideologicamente possibilitou ao indivíduo criar canais próprios de acesso à riqueza, cuja magnitude seria função de sua capacidade individual. Na sociedade brasileira, o pertencimento ao coletivo tornou-se condição necessária para o acesso ao fluxo de bens materiais, simbólicos e sociais.

A cordialidade, entendida como busca da intimidade, gerou uma sociedade em que os vínculos pessoais são essenciais para o desenvolvimento subjetivo e para a integração social. O compartilhamento da sensação emocional de pertencimento a um mesmo todo é elemento fundamental da subjetividade brasileira. As redes de relações fundam ideologicamente o universo simbólico comum e possibilitam oportunidades de mobilidade social.

O princípio da cordialidade propiciou ao vínculo social brasileiro assentar-se sobre a sensação emocional de pertencimento a um mesmo todo, fortalecendo a integração social nacional. Não obstante, esse mesmo princípio ideológico enfraqueceu a integração sistêmica da moderna sociedade brasileira.

Ao lado da fragmentação do mundo vivido, o pensador alemão Jürgen Habermas diagnosticou na *colonização sistêmica do mundo vivido* um dos problemas fundamentais de integração das sociedades individualistas contemporâneas. O desenvolvimento sistêmico ocorrido na segunda metade do século XX gerou tendências de burocratização da vida social,

que transbordaram das esferas econômica e estatal e espalharam-se para a totalidade das esferas de vida.

No entender de Habermas, esse fato social gerou encolhimento nos espaços de autonomia individual e perda de conteúdo ético nas relações sociais. O risco inerente à expansão indevida dos sistemas sobre as estruturas do mundo vivido reside no comprometimento de seus mecanismos de reprodução simbólica. Esse risco seria expresso pelo dismantelamento de formas de vida em decorrência da excessiva diferenciação dos componentes do mundo vivido (cultura, sociedade e personalidade), no esvaziamento ético-utópico da vida política e na primazia do consumo como forma de auto-realização e autodeterminação (Habermas, 1989: 356; Souza, 1997: 106).

O desenvolvimento sistêmico brasileiro seguiu outro caminho. Em verdade, é possível afirmar que, ao inverso da experiência individualista contemporânea, a sociedade brasileira vivenciou um processo de *colonização hierárquica do mundo sistêmico*. A integração sistêmica da sociedade brasileira foi institucionalmente mediada por uma divisão do trabalho social subdesenvolvida e por sistemas segmentados de cidadania social.

O conceito de dependência fornece chaves explicativas para o entendimento do subdesenvolvimento sistêmico da divisão do trabalho social brasileira. Trata-se de uma modalidade de desenvolvimento socioeconômico baseada na relação de subordinação entre os coletivos dominantes das economias centrais (européias e norte-americanas) e os coletivos dominantes das economias latino-americanas (Cardoso e Faletto, 1984: 31; Fernandes, 1981: 54).

Essa associação subordinada esvaziou parcela do poder de decisão dos coletivos dominantes internos. Ainda que desenvolvendo margens de autonomia e interesses próprios, as decisões referentes às “transformações fundamentais” obedeciam aos imperativos de acumulação dos coletivos dominantes europeus e norte-americanos. Nas palavras do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes,

“são os dinamismos externos que ‘decidem’ as transformações decisivas (especialmente quanto está em jogo a manutenção de um ‘nível ótimo’ de crescimento interno ou a realização de transições que requerem modelos mais complexos de desenvolvimento associado e dependente)” (ibid.: 79).

Orbitando os interesses das classes externas hegemônicas, os coletivos dominantes nacionais abriram mão de sua autonomia de decisão sobre questões-chave do desenvolvimento socioeconômico. O capitalismo dependente implicou limitações estruturais à capacidade decisória das classes dominantes latino-americanas.

A associação subordinada gerou um sistema de produção vigoroso e em expansão. Contudo, na sociedade brasileira, sua capacidade de integração limitou-se ao empresariado urbano, aos agroexportadores, às camadas médias urbanas e à parcela dos assalariados urbanos vinculada aos setores dinâmicos da economia. Com vistas a compensar a perda de parte substancial do excedente econômico para os pólos centrais externos, os coletivos dominantes subordinados transferiram os custos socioeconômicos da dependência aos coletivos dominados.

Nas palavras do sociólogo brasileiro Fernando Henrique Cardoso, “são precisamente os setores excluídos que, em proporção muito desigual, pagarão os custos da industrialização”

(Cardoso e Faletto, 1984: 106). Os trabalhadores rurais, desempregados e informais foram integrados precariamente à divisão do trabalho social brasileira.

A marca característica da dependência tornou-se

“a modernização limitada ou segmentada em todos os níveis da organização da economia, da sociedade e da cultura, ou seja, o subdesenvolvimento paralelo em todas as esferas da vida.”
(Fernandes, 1981: 64).

O desenvolvimento dos coletivos dominantes foi viabilizado por meio do subdesenvolvimento dos coletivos dominados. O acordo de classes entre grandes industriais urbanos, agroexportadores e trabalhadores associados aos setores dinâmicos da economia concentrou nesses coletivos grande parte dos bens sociais, materiais e simbólicos produzidos pela sociedade brasileira. Para compensar as perdas decorrentes da subordinação aos centros externos, os coletivos dominantes brasileiros restringiram para níveis precários o acesso dos trabalhadores desempregados, rurais e informais à divisão do trabalho social.

Desse modo, o acordo de classes que fundou a moderna sociedade brasileira instituiu o subdesenvolvimento dos coletivos dominados como estratégia para compensar a associação externa subordinada. O subdesenvolvimento tornou-se um vetor da integração sistêmica da sociedade brasileira. Nas palavras do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes, o “arcaico atualizado” é peça fundamental para a expansão do “moderno arcaizado” (ibid.: 72).

O subdesenvolvimento consistiu no tipo de correlação de forças instituída entre as classes dominantes e dominadas nacionais. A industrialização brasileira obedeceu à lógica da associação subordinada às classes externas. Nesse processo, o pólo dominante nacional perdeu recursos e poder decisório sobre seu desenvolvimento socioeconômico. A fim de compensar essas perdas, as classes dominantes nacionais impuseram restrições ao acesso dos

trabalhadores rurais, desempregados e informais ao capital cultural, social e monetário, precarizando seu acesso aos bens sociais, simbólicos e materiais produzidos pela sociedade brasileira (ibid.: 76).

A integração sistêmica nacional caracterizou-se pela aguda concentração dos bens socialmente produzidos nos coletivos minoritários dominantes e pelo baixo acesso dos coletivos majoritários dominados. Conforme o economista brasileiro Marcelo Medeiros, “nos termos da metáfora de Pen, a sociedade brasileira é caracterizada por um pequeno grupo de gigantes de altura descomunal marchando ao fim de uma longa parada de nanicos” (Medeiros, 2003: 31)².

Os trabalhadores rurais, desempregados e informais acessaram níveis restritos de acesso ao capital cultural, social e monetário produzido pela sociedade brasileira moderna. A divisão do trabalho social é composta, em sua parcela majoritária, por coletivos dotados de tendência ao déficit educacional, desemprego e informalidade. Nesse sentido, a sociedade brasileira subdesenvolveu-se sistemicamente. Sua divisão do trabalho social mostrou-se incapaz de integrar com dignidade a totalidade de seus membros. A moderna sociedade brasileira reservou posições precárias aos coletivos de trabalhadores desempregados, informais e rurais em seu processo de autoprodução continuada no tempo e espaço.

Os sistemas de cidadania social foram criados pelas sociedades individualistas com o objetivo de revitalizar a integração sistêmica dos coletivos precarizados pelo desenvolvimento socioeconômico moderno. Seu objetivo era a criação de oportunidades de livre desenvolvimento para os coletivos dominados. É assim que a mobilização do moderno

proletariado possibilitou instituir a cidadania social como um direito nas sociedades européias ocidentais, na primeira metade do século XX.

No Brasil, os sistemas de cidadania social não foram desenvolvidos com o objetivo de diminuir a precarização do vínculo sistêmico dos trabalhadores rurais, desempregados e informais. Na constituição da moderna sociedade brasileira, os sistemas de cidadania social cumpriram outras funções, que levaram a socióloga brasileira Sônia Draibe a afirmar que seu propósito prioritário não foi promover igualdade, mas criar mecanismos segmentados de provisão de bens públicos (Draibe, 1990: 13). O conceito de cidadania regulada, introduzido pelo cientista político brasileiro Wanderley Guilherme dos Santos possibilita compreender essa singularidade.

Os primórdios da cidadania social no Brasil datam da década 1930. Anteriormente, a assistência social era realizada por associações privadas, religiosas ou leigas, provendo bens materiais, sociais e simbólicos para coletivos vulneráveis (tratamentos de saúde, empréstimos, alojamento, cuidado e consideração). Na área rural, essa função era desempenhada pelos grandes proprietários rurais, mesclando formas brutais de exploração da força de trabalho a traços paternalistas (provisão de segurança, saúde, alimentação) (Carvalho, 2001: 61).

A partir dos anos 1930, os direitos sociais foram introduzidos na sociedade brasileira. Esses incipientes sistemas de cidadania social tornaram-se mecanismos centrais de fortalecimento do vínculo social, voltados para o atendimento de necessidades sistêmicas da sociedade urbano-industrial em constituição.

² A Parada de Pen é uma “metáfora desenvolvida para representar a distribuição da renda no Reino Unido (...) na qual as pessoas marcham com altura proporcional à sua renda” (Medeiros, 2003: 29).

As legislações trabalhista e previdenciária foram criadas nesse período. Na Era Getúlio Vargas, foi decretada a jornada de oito horas no comércio e na indústria (1932), proibida a desigualdade salarial entre homens e mulheres (1932), regulamentado o trabalho de menores (1932), criada a carteira de trabalho (1932), regulamentado o direito de férias para comerciários, bancários e industriários (1933-34), criado e adotado o salário mínimo (1934-40) e instituída a Consolidação das Leis do Trabalho (1943). Nesse período, foram criados os Institutos de Aposentadoria e Pensão – IAPs dos Marítimos (1933), Comerciários (1934), Industriários (1936), Empregados em Transportes de Cargas (1938) e da Estiva (1938). Em um intervalo de cinco anos, a quase totalidade dos trabalhadores assalariados urbanos obteve acesso à proteção previdenciária. Mas os trabalhadores desempregados, informais e rurais não foram beneficiados por esses direitos (ibid.: 112-115, 123).

A consolidação das políticas sociais brasileiras ocorreu na década 1970. A Era JK não experimentou avanço especial no campo das políticas sociais, que desfrutaram importância secundária face à prioridade dada ao desenvolvimento econômico. Nesse período, o analfabetismo dominava cerca de 50% da população brasileira. A saúde pública era débil, fato expresso na longevidade média dos habitantes do Rio de Janeiro/RJ (54,9 anos), de Vitória/ES (39,2 anos) e de Goiânia/GO (37,5 anos). A Previdência Social permaneceu restrita ao operariado urbano, à revelia dos trabalhadores rurais, empregados domésticos, profissionais liberais e trabalhadores autônomos (Vieira, 1983: 103; 119; 122).

A partir dos anos 1970, os sistemas de previdência social, saúde e educação internalizaram tendências universalistas, adotando critérios igualitários de acesso e ampliando sua capacidade de cobertura. No caso da previdência, os institutos corporativos foram

unificados sob o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, iniciando um processo de “homogeneização dos benefícios e universalização de direitos”. Os direitos previdenciários estenderam-se para além dos trabalhadores assalariados urbanos, integrando nas décadas seguintes parte dos coletivos excluídos do acordo de classes da moderna sociedade brasileira, como os empregados domésticos, autônomos e trabalhadores rurais (Draibe, 1990: 12).

No entanto, o acesso aos direitos de cidadania social na sociedade brasileira foi mediado pela posição ocupada no processo produtivo. Esse fato social conformou o que o cientista político brasileiro Wanderley Guilherme dos Santos intitulou de cidadania regulada (Santos, 1979: 75).

A cidadania regulada subverte o princípio individualista do direito moderno. A concepção moderna de cidadania propõe o pleno pertencimento de todos os membros da sociedade, entendidos como merecedores de igual consideração e tratamento. Todos são indivíduos, logo livres e iguais. Por meio da cidadania regulada, a sociedade brasileira deslocou o princípio individualista de integração sistêmica e introduziu em seu núcleo ideológico o princípio da hierarquia. Os coletivos dominantes colonizaram hierarquicamente o mundo sistêmico.

A regulamentação de ocupações por meio de legislações específicas garantiu o acesso dos membros das categorias profissionais legalmente reconhecidas aos direitos trabalhistas e previdenciários. Esses direitos não eram extensíveis à totalidade dos trabalhadores brasileiros, pois o critério de pertencimento era dado pela categoria ocupacional e não pelo pertencimento à sociedade nacional.

Nos anos 1930, a apresentação de reclamações trabalhistas e o gozo de férias eram permitidos apenas aos trabalhadores sindicalizados. Os trabalhadores pertencentes a ocupações não previstas em lei e, por consequência, impossibilitados de sindicalização não dispunham desses direitos. Com a criação dos institutos de aposentadorias e pensões por categoria profissional (industriários, comerciários, trabalhadores de estiva), os direitos previdenciários tornaram-se diferenciados, dependentes do tipo de pertencimento ocupacional. Os trabalhadores rurais, informais e desempregados, desempenhando majoritariamente ocupações não-regulamentadas, foram despidos do acesso a esses direitos (ibid.: 76-77).

O avanço sistêmico verificado entre 1930-1970 conformou um “padrão meritocrático-particularista” de cidadania social (Draibe, 1990: 10-11). Os direitos sociais estruturaram-se de modo particularista, proporcionando canais de acesso privilegiados dos coletivos dominantes às oportunidades de livre desenvolvimento. Os sistemas de cidadania social, criados por meio de legislações de caráter corporativo, foram incapazes de reverter a precária integração sistêmica dos coletivos dominados à sociedade brasileira. Os grandes industriais, agroexportadores e trabalhadores associados a esses coletivos utilizaram-se dos sistemas de cidadania social para fortalecer seu acesso ao capital cultural, social e monetário. Aos trabalhadores rurais, desempregados e informais foi reservado um acesso precário aos direitos sociais, gerando sua baixa integração sistêmica à sociedade nacional.

Nas palavras do cientista político brasileiro Wanderley Guilherme dos Santos, na sociedade brasileira “os direitos dos cidadãos são decorrência dos direitos das profissões e as profissões só existem via regulamentação estatal” (Santos, 1979: 76). A integração sistêmica

brasileira estruturou-se sob o signo da *segmentação*, circunscrevendo sua noção de pertencimento aos coletivos ocupacionais reconhecidos e definidos por lei.

O critério de acesso aos sistemas de cidadania social foi o pertencimento a coletivos específicos, e não à sociedade nacional. Em consequência, os coletivos ocupacionais regulamentados e os coletivos ocupacionais difusos conformaram segmentos sociais juridicamente distintos. As legislações trabalhista e previdenciária instituíram um tratamento iníquo entre esses dois segmentos sociais, provendo-os de direitos sociais diferenciados, conformes aos seus respectivos estatutos jurídicos.

O desconhecimento dos trabalhadores rurais, informais e desempregados pelos direitos trabalhistas e previdenciários iniciados na Era Vargas expressa a segmentação sistêmica brasileira. Os direitos sociais regulamentaram patamares decentes de integração para os coletivos ocupacionais dominantes, capazes de colonizar o Estado e cristalizar suas posições por meio de legislação. Em contraparte, os coletivos de trabalhadores desempregados, informais e rurais permaneceram com acesso precário à cidadania social, posto que dotados de estatuto jurídico distinto, não-regulamentados.

Desse modo, a sociedade brasileira instituiu um padrão de cidadania regulada, composto por segmentos sociais possuidores de distintos estatutos jurídicos de pertencimento, determinados por sua categoria ocupacional. Os sistemas de cidadania social foram estruturados de modo a fortalecer as oportunidades de livre desenvolvimento dos coletivos ocupacionais dominantes, regulamentados. Os trabalhadores desempregados, informais e rurais, membros de coletivos ocupacionais sem regulamentação jurídica, acessaram níveis precários de acesso à provisão de bens públicos necessários ao seu livre desenvolvimento.

A formação da moderna sociedade brasileira consistiu em um acordo de classes entre os coletivos dominantes agroexportadores e a nascente elite urbano-industrial, sob a dominância do capital industrial. No plano ideológico, ocorreu um processo de composição entre os princípios da cordialidade e do individualismo moral. As instituições individualistas, introduzidas pela crescente urbanização e industrialização da sociedade brasileira, foram absorvidas e englobadas pelo princípio da cordialidade, gerando uma *sociedade hierárquica moderna*, ao mesmo tempo cordial e individualista. O vínculo social brasileiro, abalado pela emersão da elite industrial urbana e pela introdução de instituições modernas, foi hierarquicamente regenerado.

O antropólogo brasileiro Roberto Da Matta descreveu a ideologia da moderna sociedade brasileira como a coexistência conflitiva e articulada entre os princípios individualista e hierárquico, sob dominância da lógica relacional. Diferentemente das formações sociais individualistas, a sociedade brasileira representa-se de modo heterogêneo, complementar e hierarquizado (DaMatta, 1985: 66).

A sociedade brasileira é dotada de lógicas distintas de definição do estatuto de pertencimento de seus membros. O Brasil prevê possibilidades diferenciadas de pertencimento, decorrentes do acionamento das lógicas individualista ou relacional, regulando seu estatuto de pertencimento ora pela noção de pessoa, ora pela noção de indivíduo. (ibid.: 73, 75, 79).

Essa especificidade tornou possível à sociedade brasileira organizar-se como um Estado democrático de Direito que reserva tratamento pessoalizante aos seus membros. Ser indivíduo

ou pessoa são possibilidades presentes no substrato ideológico brasileiro, articuláveis conforme o contexto, sob a forma do sujeito dotado ou despido de relações.

A regeneração hierárquica do vínculo social possibilitou à sociedade nacional estabilizar-se sob a forma de uma sociedade com forte integração social e baixa integração sistêmica. A ideologia da cordialidade fundou o universo simbólico comum em torno da sensação emocional de pertencimento a um mesmo todo. A colonização hierárquica do mundo sistêmico gerou segmentos sociais dotados de distintos estatutos jurídicos de pertencimento.

As sociedades modernas européias foram constituídas por indivíduos subjetivamente independentes, que experimentam contemporaneamente riscos da fragmentação do mundo vivido. Esse fato social não se manifesta na sociedade brasileira, cordial, hierárquica, em que as relações são fundamentais para a estruturação subjetiva e para a integração social. A ideologia cordial do pertencimento a um mesmo todo dotou a sociedade brasileira de forte coesão social.

Entretanto, o acordo de classes fundador da modernidade brasileira integrou precariamente os coletivos dominados majoritários. Em decorrência da associação subordinada aos centros externos, o grande empresariado urbano, os agroexportadores e os trabalhadores urbanos associados a esses coletivos repassaram os custos da dependência aos trabalhadores rurais, desempregados e informais. Os bens sociais, simbólicos e materiais produzidos pela sociedade brasileira tenderam a concentrar-se nos coletivos ocupacionais regulamentados. Isso implicou o subdesenvolvimento dos coletivos ocupacionais não regulamentados, majoritários e dotados de baixo acesso à riqueza social, simbólica e material produzida pela sociedade brasileira.

Essa tendência foi fortalecida pelos sistemas de cidadania social. Os direitos sociais distinguiram juridicamente os coletivos brasileiros entre segmentos regulamentados e não-regulamentados. Essa diferenciação permitiu acesso privilegiado das elites industriais, agroexportadores, profissionais liberais e de parcela dos assalariados urbanos a oportunidades de livre desenvolvimento, restringindo o acesso de trabalhadores rurais, desempregados e informais.

Ao invés de revitalizar e fortalecer o tecido social, os sistemas brasileiros de cidadania social contribuíram para amplificar a desigualdade de acesso ao capital social, cultural e monetário produzido pela sociedade brasileira. A ideologia cordial do pertencimento a um mesmo todo colonizou o mundo sistêmico brasileiro. O subdesenvolvimento de sua divisão do trabalho social e a segmentação de seus sistemas de cidadania social são a expressão de uma sociedade dotada de uma débil coesão sistêmica.

O moderno vínculo social brasileiro desenvolveu-se em um processo que se iniciou nas últimas décadas do século XIX e consolidou-se nos anos 1930-1960. Nesse processo histórico, a sociedade brasileira conformou sua identidade própria em meio à modernidade: uma sociedade hierárquica moderna. A sociedade brasileira preservou em seu núcleo ideológico o princípio de cordialidade e mostrou-se historicamente capaz de desenvolver arranjos sociais sistêmicos complexos. Assentou sua coesão social no compartilhamento da sensação emocional de pertencimento a um mesmo todo e dividiu seus membros em segmentos dotados de distinto estatuto jurídico de pertencimento à sociedade nacional. O Brasil, uma sociedade hierárquica moderna, dotada de forte integração social e débil integração sistêmica.

Projeto-Síntese Brasília: mudanças estruturais no moderno vínculo social brasileiro?

O processo de constituição da modernidade brasileira iniciou-se nos anos 1880 e consolidou-se no período 1930-1960. Nessas oito décadas, a sociedade brasileira experimentou transformações estruturais em seu vínculo social. Então escravocrata e patrimonialista, a sociedade brasileira tornou-se uma formação hierárquica moderna.

O ingresso da sociedade brasileira na modernidade ocidental foi impulsionado pelo grande empresariado urbano, que desenvolveu crescente centralidade socioeconômica. Mas a importância da agroexportação para o financiamento do esforço industrializante definiu a estrutura da integração sistêmica brasileira.

A modernidade consolidou-se na sociedade brasileira a partir de um acordo de classes entre o empresariado urbano, os setores agroexportadores e parcela minoritária dos trabalhadores urbanos. Esse acordo possuía duas cláusulas fundamentais.

Em primeiro lugar, que o empresariado urbano desempenharia a função de liderança do desenvolvimento socioeconômico brasileiro, compartilhando as principais decisões nacionais com os setores agroexportadores, beneficiando em menor escala os trabalhadores assalariados e liberais urbanos. Em segundo lugar, que os custos socioeconômicos da estratégia de associação subordinada aos centros externos seria repassada aos trabalhadores rurais, desempregados e informais. Parte majoritária dos membros da sociedade brasileira, seu acesso ao capital social, monetário e cultural produzido pela sociedade nacional foi restringido.

Do ponto de vista sistêmico, o grande empresariado urbano e os setores agroexportadores estabeleceram um acordo de classes que viabilizou o desenvolvimento de

uma sociedade urbano-industrial vigorosa, dependente e segmentada. Nesse acordo, a liderança do desenvolvimento socioeconômico foi assumida pelo empresariado industrial e compartilhada com os empreendedores agroexportadores, possuindo como sócios menores a parcela dos trabalhadores liberais e assalariados urbanos associados aos setores econômicos dinâmicos. Os trabalhadores rurais, desempregados e informais foram os perdedores do acordo de classes que inaugurou a moderna sociedade brasileira. A eles foi repassada a parcela mais onerosa dos custos socioeconômicos da mudança social, por meio de uma integração sistêmica precária.

No nível do substrato ideológico, a ideologia hierárquica regulou a formação das instituições modernas brasileiras. A modernidade introduziu alterações na estrutura ideológica nacional, por meio do desenvolvimento de instituições individualistas. Mas a hierarquia-valor permaneceu um elo de continuidade entre os períodos escravocrata e moderno da evolução da sociedade brasileira. O princípio hierárquico permaneceu como cimento ideológico da integração social nacional.

Compartilhada por todas as classes, a ideologia da cordialidade continuou a integrar a sociedade brasileira. Mas agora em composição com os princípios individualistas, internalizando-os e englobando-os. A ideologia hierárquica brasileira englobou o princípio individualista e adaptou-o às suas circunstâncias, fraturando as instituições escravocratas e introduzindo a cordialidade no núcleo ideológico das instituições modernas em gestação. Do ponto de vista da integração social, a cordialidade, sob a forma da sensação emocional do pertencimento a um mesmo todo, forneceu o elemento ideológico da moderna regeneração hierárquica do vínculo social brasileiro.

O princípio ideológico da hierarquia regulou o desenvolvimento da integração social e sistêmica da sociedade brasileira moderna. Esse processo produziu uma tendência de colonização hierárquica do mundo sistêmico, gerando uma divisão do trabalho social subdesenvolvida e sistemas de cidadania regulados. Do ponto de vista social, os indivíduos e coletivos compartilhavam a sensação emocional de pertencimento a um mesmo todo. Do ponto de vista sistêmico, a ideologia hierárquica dividiu os membros da sociedade nacional em dois segmentos sociais juridicamente distintos, dotados de acesso diferenciado às oportunidades de desenvolvimento individual e coletivo: pertencentes e não-pertencentes a ocupações regulamentadas.

Assim conformou-se o moderno vínculo social brasileiro. Uma sociedade dotada de forte integração social, gerada pelo compartilhamento da ideologia hierárquica, e de precária integração sistêmica, dividida entre segmentos sociais com direitos diferentes. O Brasil, uma sociedade hierárquica moderna, com alta coesão social e precária coesão sistêmica.

O evento histórico da construção de Brasília demarcou temporalmente o ingresso definitivo da sociedade brasileira na modernidade ocidental. A visão política expressa por Juscelino Kubstichek propunha Brasília como um marco, um símbolo da “audácia, energia, confiança” de uma sociedade que pretendia ocupar sua devida posição no concerto das nações³. Inaugurada em 1960, Brasília simbolizava o surgimento de uma nação brasileira ativamente conectada aos centros políticos, econômicos e culturais mais desenvolvidos da civilização moderna.

³ Nas palavras do então Ministro para Assuntos Culturais da República da França, o escritor francês André Malraux, ao visitar Brasília em 1959 para assistir ao lançamento da pedra fundamental da *Maison de France*, a convite de Juscelino Kubitschek, “se renascer a velha paixão das inscrições nos monumentos, gravar-se-á sobre os que aqui vão nascer: *Audácia, energia, confiança.*” (ibid.: 241).

Brasília sintetizou simbolicamente o experimento histórico de transformação moderna do vínculo social brasileiro. O vigor empreendedor da construção da capital federal, em meio ao vazio e em tempo recorde, traduziu o espírito da época da sociedade nacional, permeado pela crença no surgimento de um novo Brasil. Brasília, a meta-síntese do Governo JK, projeto-síntese da modernidade brasileira, representou uma época de transformações, euforia e entusiasmo.

Na visão do então Presidente Juscelino Kubitschek, o propósito fundamental da construção de Brasília foi a integração nacional. As idéias de interiorização da capital remontavam ao século XVIII, cogitadas inicialmente no período da Inconfidência Mineira (1789). Já em 1821, às vésperas da independência política, o estadista brasileiro José Bonifácio de Andrada propunha a mudança da capital do Rio de Janeiro para o interior do País, ““em sítio sadio, ameno, fértil e regado por algum rio navegável””. Em 1823, durante sessão da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, sugeria o nome da futura capital: *Brasília* (Kubitschek, 2000: 5; 17).

Com vistas a realizar estudos e levantamentos para determinação geográfica do local de construção da capital federal, foi constituída em 1892 a Missão Cruls, por determinação do então Presidente da República, Marechal Floriano Peixoto. Coordenada pelo engenheiro Luís Cruls, então diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, a Missão partiu do Rio de Janeiro nesse mesmo ano, em direção a Uberaba, chegando ao ponto final da Estrada de Ferro Mogiana. Deslocaram-se a cavalo até Pirenópolis, Estado de Goiás, onde dividiram-se em dois grupos: um primeiro, rumando para a cidade de Fonseca e um segundo para a cidade de Formosa, passando pela cidade de Santa Luzia, atual Luziânia (ibid.: 20).

Os estudos da Missão Cruls confirmaram a visão de Dom Bosco, propondo a construção da capital federal entre os paralelos 15° e 20°. O religioso italiano, em momento de êxtase, anteviu “um leito muito largo e muito extenso, que partia de um ponto onde se formava um lago”, no qual “quando escavarem as minas escondidas no meio destes montes, aparecerá aqui a Grande Civilização, a Terra Prometida, onde correrá leite e mel”, uma terra de “riqueza inconcebível”, que ocorrerá “na terceira geração” (ibid.: 19).

A opção geopolítica pela interiorização da capital representou um movimento de ocupação territorial. A instalação da sede do Governo Federal em Brasília significou o avanço do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, sede das decisões socioeconômicas nacionais, rumo ao interior do País. A ocupação territorial consistiu na construção de uma malha de integração viária entre as diferentes regiões e no investimento em infra-estrutura econômica. A sociedade brasileira de então era predominantemente rural. Fazia-se necessário investir na infraestrutura física e social para melhor integrar esses territórios ao centro dinâmico da sociedade brasileira, situado no eixo Rio-São Paulo.

O setor da construção foi peça-chave para o desenvolvimento da infraestrutura física da cidade. As obras de construção civil, intensivas em mão-de-obra, geraram elevado número de postos de trabalho urbano. Essa oferta de oportunidades produziu intenso fluxo migratório para o interior do País, em direção a Brasília.

As obras preparatórias para a construção da cidade foram iniciadas nos últimos meses de 1956 e intensificadas no ano seguinte (Sousa, 1983: 32). Em julho de 1957, contavam-se 12,3 mil habitantes no território da futura capital do Brasil, dos quais cerca da metade era composta por nativos radicados nos povoamentos existentes na região (Luziânia e Planaltina). Em 1958,

já se registravam 28,8 mil habitantes, cifra que atingiu o total de 64,3 mil pessoas no ano seguinte. Após a inauguração da capital, o salto populacional é impressionante: 141,7 mil habitantes registrados em setembro de 1960 (IBGE, 1959; CODEPLAN, 1971).

O incremento populacional médio mensal partiu de 1.000 habitantes/mês entre 1956 e 1957, atingiu 2.100 habitantes/mês entre 1957 e 1958 e alcançou 2.500 habitantes/mês em 1959 (IBGE, 1959: 3-4). No espaço de três anos, o território foi ocupado por dezenas de milhares de migrantes brasileiros. As estimativas para o fluxo migratório apontam para a chegada de 145 mil pessoas entre 1957 e 1960, sendo metade desse total apenas no ano de inauguração da cidade (CODEPLAN, 1971: 67).

Eram pessoas das mais diversas origens geográficas. Para uma população residente de 64,3 mil habitantes, apenas 11,4% eram naturais, frente uma maioria absoluta de migrantes (86,6%). Em 1960, 41,4% da população nascera na Região Nordeste, 30,7% na Região Sudeste e 22,7% na Região Centro-Oeste (Setti e Cotta, 1983: 71). Mais da metade dos migrantes provinha de três Estados brasileiros – 23,3% de Goiás, 20,3% de Minas Gerais e 13,5% da Bahia. Mas há participação considerável de outras Unidades Federativas na formação da população brasiliense: Ceará (7,4%), Pernambuco (6,3%), Paraíba (6,1%), São Paulo (5,3%) e Piauí (4,6%), dentre outros (IBGE, 1959: 41).

Brasília consolidou-se à época como um dinâmico pólo migratório interno, decorrente da abundante oferta de postos de trabalho na construção civil. Na cidade-canteiro, quatro em dez trabalhadores exerciam ocupações não regulamentadas vinculadas à construção civil. De uma População Economicamente Ativa – PEA calculada em 35,2 mil pessoas em 1959, as

ocupações de servente de pedreiro (21,4%), carpinteiro e marceneiro (10,5%), pedreiro (7%) e armador de concreto (3%) absorviam 41,9% da força de trabalho.

A indústria da construção envolvia ainda parcela considerável das ocupações que não lhe eram típicas: mais de 50% de almoxarifes e armazenistas, eletricitas, encanadores, soldadores, ferreiros e serralhistas; 30% de motoristas, cozinheiros e auxiliares de escritório,; 25% de contadores e guarda-livros. Em 1959, 54,5% da PEA atuava na construção civil (ibid.: 56, 58).

A predominância setorial da construção civil trouxe conseqüências para a formação do vínculo social brasileiro. A inserção dos trabalhadores candangos foi pautada por uma condição estrutural de instabilidade, rotatividade e negligenciamento de direitos, típica da gestão do trabalho nesse setor econômico.

As condições de trabalho na construção civil são geralmente descritas como “espoliativas” e “opressivas”, marcadas por remunerações deprimidas, ausência de instrumentos adequados de proteção, hierarquização rígida e o não-pagamento de horas-extras e indenizações (Sousa, 1994: 114). A alimentação é um aspecto crítico, tanto por sua má qualidade e insuficiência calórico-vitamínica, quanto por ser um espaço privilegiado para a expressão de explosões de revolta por parte dos trabalhadores, por meio dos chamados *quebras*. Igualmente o são os alojamentos, caracterizados pela falta de higiene e de condições básicas de habitação, despidos de privacidade e conforto (ibid.: 138-139).

A jornada de trabalho ampliada é prática corrente na indústria da construção, por meio das instituições do *serão* e da *virada*. O primeiro refere-se à extensão (de caráter variável) da jornada diurna, durando até os limites do esgotamento físico. A segunda consiste em uma

autêntica negação das necessidades físicas do trabalhador, alcançando cerca de 35 horas de trabalho ininterrupto.

Trata-se de uma prática entranhada no campo da construção, a ponto da exploração intensiva e extensiva da força de trabalho ser considerada elemento fundamental para o funcionamento dessa indústria. Expressão dessa lógica é o elevado número de acidentes de trabalho, associado diretamente às *viradas*, em decorrência do esgotamento físico e mental causado pelo excesso de trabalho (ibid.: 123-125).

A construção de Brasília não fugiu à regra. As jornadas de trabalho eram intensas e com duração aproximada de 18 horas. Elas conformavam o chamado *ritmo Brasília*, com suas longas “viradas”, constituídas por turnos de 24 horas nem sempre seguidos de folga. Experimentou-se um elevado número de acidentes de trabalho, a burla freqüente da legislação trabalhista (roubo de horas trabalhadas, cálculo errado de horas-extras e indenizações, dispensa sem justa causa), repressão física em casos de reclamação de direitos trabalhistas, falta generalizada de segurança no ambiente de trabalho (dada a inexistência de equipamentos de proteção, como capacete, cinto, luvas e botas) e a ausência de órgãos públicos de fiscalização do trabalho (Ribeiro, 1980; Sousa, 1983; Teixeira, s/d).

O setor da construção civil, então absoluto no sistema ocupacional brasileiro, organizou a esfera do trabalho sob o signo da débil integração sistêmica dos trabalhadores. Essa condição refletiu-se na precariedade generalizada das condições de vida da população. O fato de viverem em meio a um espaço urbano em construção implicou, para os trabalhadores candangos, um padrão de acesso precário a bens sociais, culturais e materiais básicos, como habitação, segurança ou saneamento.

Em 1959, as condições de habitação em Brasília eram precárias. 54% das habitações eram de piso de terra batida e construídas com paredes de taipa, sapé, palha, madeira não aparelhada e material de vasilhame usado, ou então localizavam-se em prédios em construção, veículos, tendas, barracas, sob pontes ou galerias. O acesso à infraestrutura física da cidade da maior parte dos habitantes era limitado. 63% dos domicílios não possuía iluminação elétrica; 42,4% não era dotado de instalações sanitárias (aparelhos sanitários ligados a fossas assépticas); 44% abastecia-se de água por meio de poços, bicas públicas, rios ou córregos; apenas 26,9% possuía aparelho de rádio; e tão somente 6,4% era proprietária de geladeira (IBGE, 1959: 72-73).

A provisão de bens públicos era muito frágil. O período heróico da construção testemunhou a inexistência de uma instituição de segurança pública vinculada ao sistema oficial. Em 1957, foi criada a Divisão de Segurança Pública da NOVACAP, que foi substituída pela Guarda Especial de Brasília (GEB) em 1958. Tratava-se de um agrupamento de caráter paramilitar, responsável pela segurança na região da construção e reconhecido por sua brutalidade e violência sistemática contra os trabalhadores candangos (Silva, 1994: 67; Sousa, 1983: 42). Os relatos de suas arbitrariedades são recorrentes, com indignante destaque para o massacre promovido pela GEB no acampamento da Construtora Pacheco Fernandes (o chamado “Carnaval Sangrento”, negligenciado pelo Poder Público).

Do ponto de vista da integração sistêmica, depreende-se de um tal quadro que Brasília efetivamente estava sendo construída *pelos* trabalhadores candangos e não *para* eles. Para esses coletivos, a capital não deveria ser um local de habitação, mas essencialmente um local de trabalho, se possível por tempo determinado, no sentido mesmo do constrangimento para

que não se fixassem na cidade. Sintomático disso foram a designação, para os operários, de locais para habitação que possuíam prazo definido para desaparecer, como a Cidade Livre e o Núcleo Bananal; a perspectiva da dispensa automática de trabalhadores após a inauguração da capital; e mesmo a estratégia de afastar os operários do Plano Piloto, reservando-lhes para moradia espaços distantes e desprovidos de equipamentos urbanos, fato explícito na criação improvisada da primeira cidade-satélite, Taguatinga, em 1958. A Cidade Livre, depois denominada Núcleo Bandeirante, foi concebida para ser um centro de comércio e armazenamento temporário, por apenas quatro anos. Taguatinga não foi planejada, pois surgiu em decorrência da mobilização dos trabalhadores da construção civil por melhores condições de habitação (Sousa, 1983: 182; Vasconcelos, 1988: 25; 101).

Contudo, a brutalidade experimentada nos anos pioneiros não sintetiza todo o significado que Brasília possuía para os trabalhadores candangos. A construção de Brasília não se limitou à precariedade generalizada das condições de existência. A capital representava oportunidades de mobilidade social. Essa dimensão mobilizadora era dotada de distintas significações, expressando ora uma demonstração da “vibração cívica do povo” (Silva, 1987: 54), ora uma ruptura com uma situação de escassez crônica (Cândido, 1990: 26) ou a possibilidade de uma experiência de “aventura” (Mazzola, 1988: 5).

O fenômeno do “ritmo Brasília” é ilustrativo. Sob a forma de jornadas ininterruptas de trabalho superiores a 24 horas, os operários expunham-se a ferimentos e mesmo à morte em acidentes nos canteiros de obras, em busca dos ganhos gerados pelo acúmulo de horas extras. Os trabalhadores, ao mesmo tempo em que eram obrigados a se sujeitarem a um regime de exploração intensiva e extensiva da força de trabalho (“quem estava contente ficava, quem não

estava ia embora”) (Silva, 1987: 36), possuíam, na perspectiva de ampliação de sua renda, um estímulo poderoso para mergulharem no “ritmo Brasília” (“a gente era incentivado a trabalhar mais pelas horas extras”) (Zaidan, 1990: 6). Brasília oferecia oportunidades de desenvolvimento individual e coletivo para os trabalhadores migrantes, dotados de precária integração sistêmica.

Passadas cinco décadas do início de sua construção, Brasília adentrou o século XXI dotada uma paisagem socioeconômica distinta. Em 1960, a capital federal era uma pequena cidade de migrantes, com 64,6 mil habitantes, sendo apenas 11,4% naturais. Em 2003, a população residente no Distrito Federal atingia 2,2 milhões de habitantes, dos quais 46% eram nascidos na capital federal, totalizando um milhão de naturais. Em seu início um canteiro de obras, Brasília transformou-se em um espaço urbano habitado por uma geração de candangos heróicos e três gerações de brasilienses naturais.

O mercado de trabalho de Brasília também experimentou transformações estruturais. Em 1959, a PEA da cidade era pouco mais de 35 mil pessoas. Em 2003, a PEA brasiliense era 27 vezes maior, compondo-se de 949,1 mil trabalhadores. A indústria da construção civil deixou de desempenhar a função de setor econômico central. Em 1959, mais da metade dos trabalhadores eram ocupados na indústria da construção. Quarenta e sete anos depois, o setor que mais ocupava era o comércio, com 174,3 mil trabalhadores (18,4% da PEA brasiliense), seguido pela administração pública (136,7 mil trabalhadores, 14,4% da PEA brasiliense); pelo setor de educação, saúde e serviços sociais (120,4 mil trabalhadores, 12,7% da PEA brasiliense); e pelos serviços domésticos (96 mil trabalhadoras, 10,1% da PEA brasiliense). Em 2003, o setor da construção ocupava apenas a quinta posição em termos de capacidade de

geração de ocupações, constituído por 57,6 mil trabalhadores, 6,1% da PEA brasiliense. O dinamismo econômico brasiliense passou a ser liderado pelos setores de comércio e serviços (IBGE, 2003: “Tabelas por UF – Distrito Federal - Trabalho”).

A infraestrutura física da cidade progrediu. Em 1959, Brasília era uma cidade constituída majoritariamente por habitações precárias. Em 2003, 91,4% dos domicílios do DF possuíam acesso a rede geral de abastecimento d’água (média nacional: 82,5%); 96,7% possuía acesso a rede coletora de esgoto ou fossa séptica (média nacional: 68,9%); 98,3% possuía acesso a serviços de coleta de lixo (média nacional: 85,6%); 99,7% possuíam acesso a iluminação elétrica (média nacional: 97%); 86,4% possuíam acesso a telefone (média nacional: 62%); 99% possuía fogão (média nacional: 97,6%); 83,1% possuía filtro d’água (média nacional: 52,6%); 96,1% possuía geladeira (média nacional: 87,3%); 25,4% possuía freezer (média nacional: 17,7%); 52,3% possuía máquina de lavar roupa (média nacional: 34,4%); 90,1% possuía rádio (média nacional: 87,8%); 96,4% possuía televisão (média nacional: 90%); e 30,4% possuía microcomputador (média nacional: 15,3%) (IBGE, 2003: Verbete “Domicílio”). Em todos esses indicadores, Brasília apresentava em 2003 níveis superiores à média nacional, denotando crescimento em sua capacidade de integração sistêmica.

Mas, do ponto de vista sociológico, teria Brasília fugido à sua sina? Monumento erigido em expressão de sua adesão à modernidade, a sociedade brasileira teria gerado em Brasília um projeto de sociedade moderna diferente de suas raízes hierárquicas? A sociedade hierárquica moderna consolidada em 1960 caracterizava-se por forte integração social e fraca integração sistêmica. Em 2003, Brasília possuía níveis superiores à média nacional de acesso à

infraestrutura física. Do ponto de vista de sua qualidade de vida, a integração sistêmica de Brasília evoluiu positivamente.

Mas do ponto de vista fundamental, isto é, do campo social, o vínculo social teria sofrido mudanças? Quatro décadas após a consolidação de sua modernidade, a autoprodução contínua da sociedade brasileira manteve ou transformou seu padrão hierárquico moderno de integração?

O Governo Juscelino Kubitschek representava as mesmas elites industriais modernizantes que passaram à liderança socioeconômica da sociedade brasileira em 1930. Sua sustentação sociopolítica decorria do acordo de classes entre o grande empresariado moderno e as empresas agroexportadoras, com participação minoritária dos trabalhadores urbanos associados aos setores econômicos dinâmicos. A integração sistêmica brasileira concentrou-se nesses coletivos minoritários dominantes, às custas da precária integração dos trabalhadores rurais, desempregados e informais. Nesse sentido, do ponto de vista da sociologia, a pergunta fundamental é saber se Brasília tornou-se uma revisão no acordo de classes fundante da modernidade brasileira, caracterizado pela ideologia hierárquica e pela segmentação sistêmica.

Proponho como hipótese que Brasília é expressão de uma sociedade brasileira em *mudança conservadora*. O vínculo social hierárquico moderno da primeira metade do século XX continuaria a vigorar no início do século XXI, desenhando tendências de transformação. Esse movimento de autoprodução continuada caracterizar-se-ia pela persistência da ideologia hierárquica e ampliação da segmentação sistêmica.

Na segunda metade do século XX, o Brasil consolidou-se como uma sociedade hierárquica moderna. Quarenta e três anos depois, nos primórdios do século XXI, estaria em

curso um movimento de mudança e continuidade no vínculo social brasileiro. Haveria sinais de que o Brasil contemporâneo experimentou mudanças em seu vínculo social, preservando sua estrutura básica de posições. Seria um processo em curso, com resultados ainda em aberto. Brasília seria seu projeto-síntese.

CAPÍTULO 3. Interlúdio Metodológico: capital ocupacional como indicador de pertencimento à divisão do trabalho social

Em 1895, quando da redação do clássico *As Regras do Método Sociológico*, Émile Durkheim cunhou a pergunta metodológica fundamental da sociologia: o que é o fato social? No último quartel do século XIX, o fundador e expoente maior da Escola Francesa de Sociologia buscava definir as fronteiras do nascente campo sociológico, em disputas metodológicas com a psicologia e a biologia pela primazia da explicação dos fenômenos sociais.

O sociólogo francês foi exitoso em seu empreendimento. A criação da cadeira de sociologia na Universidade de Sorbonne, especificamente para Émile Durkheim, foi o primeiro grande passo para a institucionalização da disciplina sociológica em França (Tyriakian, 1980: 263). Na esteira do surgimento das sociedades modernas, o pensamento científico passou a reconhecer um novo campo de objetos de investigação: os *atos sociais*. Sua explicação não seria possível por meio das áreas de conhecimento então disponíveis, como a filosofia, psicologia ou biologia, demandando conceitos e metodologias próprios (Aron, 2000: 334).

À pergunta fundamental, Durkheim propôs respostas, buscando estruturar positivamente a metodologia sociológica. Em seu entendimento, que evoluiu conforme amadureceu seu pensamento, o fato social consistia em “maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo, dotadas de um poder de coerção em virtude do qual se lhe impõem”. Em outras palavras, seria “toda maneira de agir fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior” (Durkheim, 1974: 3; 11).

Enfatizando as dimensões de exterioridade e coercitividade dos fatos sociais, a proposta durkheimiana ultrapassava certas limitações do pensamento liberal utilitarista. Representado por pensadores como o filósofo britânico Herbert Spencer, o liberalismo concebia a vida social a partir de tendências inatas de ação, dadas *a priori*, sob a forma de uma natureza humana individualista.

A análise do processo de socialização forneceu a Durkheim chaves heurísticas para identificar uma dimensão *sui generis*, propriamente *social*, da vida humana. Distinta das manifestações individuais isoladas, a dimensão do *vínculo social* justificava o desenvolvimento de uma nova metodologia científica. Em sua visão, criticada pelo filósofo e educador suíço Jean Piaget, “a educação consiste num esforço contínuo para impor às crianças maneiras de ver, de sentir e de agir às quais elas não chegariam espontaneamente” (ibid.: 5). Não haveria um movimento inato por meio do qual os indivíduos concretos tornam-se espontaneamente seres sociais. Eram necessários processos de socialização para que os indivíduo se tornassem-se capazes de estabelecer relações e participar do processo de autoprodução social contínua.

Os processos de socialização primária e secundária desempenham a função de promover o desenvolvimento motor, simbólico, cognitivo, cultural e social dos indivíduos. Por meio deles, os agentes desenvolvem estruturas de personalidade, em interação dinâmica com as sociedades e os sistemas.

A abordagem metodológica durkheimiana, ao romper com a explicação utilitarista, possibilitou explicitar a dimensão do vínculo social. Mesmo nas sociedades individualistas, todo agente social é socializado e membro de coletivos. O desenvolvimento de suas

potencialidades como ser social, capaz de comunicar-se, estabelecer relações e participar com dignidade do trabalho social depende do tipo e qualidade de sua socialização social e sistêmica.

Entender o vínculo social como fato social tornou possível ao pensamento científico reconstruir metodologicamente as lógicas contraditórias que governam o caos das interações cotidianas. A sociedade é um mosaico de movimentos variavelmente integrados, conduzidos pelos diferentes coletivos e indivíduos. A autoprodução social contínua desenvolve-se em direções prováveis e imprevisíveis, historicamente construídas.

A socialização seria um fenômeno social mais complexo do que a simples interiorização de padrões exteriores socialmente construídos. A constituição do ser social, enquanto processo de aprendizagem, é essencialmente dialógica e dinâmica. As estruturas cognitivas, sociais, emocionais e motoras individuais são constituídas de modo ativo, por meio de interações com o outro e com o ambiente, a partir de sua herança genética.

Trata-se mais propriamente da organização dinâmica de estruturas orgânicas, culturais e simbólicas individuais, que interagem ativamente com as sociedades e sistemas de que participam. A integração a sociedades e sistemas diversificados, como família, direito, redes de amizade, economia ou idioma, envolve coercitividade, assim como adesão.

A vida social não se resume à transmissão de crenças e práticas de uma geração a outra. Sua autoprodução contínua consiste em um processo de renovação contínua do vínculo social, desenvolvido por indivíduos e coletivos socializados. Uma sociedade viva é uma sociedade em movimento, em que seus membros são capazes de recriar o vínculo social, de modo a satisfazer suas necessidades individuais e coletivas. Os conteúdos das interações sociais e

sistêmicas, institucionalizadas e espontâneas, variam. Também para as sociedades, movimento é vida. As estruturas sociais necessitam renovar-se para sobreviver aos desafios de seu tempo.

A pesquisa sociológica contemporânea sofisticou o entendimento durkheimiano do vínculo social. No interior da Escola Sociológica Francesa, o legado de Pierre Bourdieu é um exemplo desse avanço. Seus conceitos de *habitus* e *campo* permitem reconstruir com precisão metodológica a estrutura do vínculo social, enriquecendo o aporte metodológico original de Émile Durkheim.

O campo pode ser definido como um *espaço estruturado de lutas e posições*, organizado segundo regras (Bourdieu, 1990: 136). As posições ocupadas não são aleatórias, mas interdependentes, disputadas e negociadas, de forma tal que expressam a correlação de forças entre os agentes. O campo possui uma lógica de funcionamento que o integra enquanto totalidade, conforme sua estrutura de posições.

O campo organiza-se enquanto espaço de lutas entre coletivos dominantes e dominados, que buscam preservar, modificar ou fortalecer suas respectivas posições. A estrutura do campo é o resultado dinâmico dessa correlação de forças, que define suas possibilidades de conservação e transformação (ibid.: 137).

O *habitus*, entendido como sistema estruturado de disposições gerais de ação, é inconsciente e duradouro, caracterizando-se pelos aspectos de produtividade e imprevisibilidade (ibid.: 155). A atualização das condições sociais da socialização individual não é linear, mas dinâmica, derivada da aprendizagem individual. No processo de socialização, ocorrem substituições e transformações parciais no *habitus* individual. A interação do indivíduo com diferentes sociedades e sistemas introduz variações no repertório

simbólico, cultural e social existente, gerando possibilidades de desenvolvimento individual e coletivo.

O *habitus* expressa uma articulação prática e criativa entre o passado e o presente, que repercute no próprio campo. Este, enquanto construção social, é sujeito a mudanças, pois as regras podem ser transformadas. Em decorrência, há possibilidade de instituição de novas estruturas de posições.

A existência de espaços estruturados de posições e lutas introduz possibilidades estruturadas para a instituição de inovações, dadas pelo estágio de desenvolvimento dos agentes. As lutas no campo são conduzidas por indivíduos e coletivos dotados de história, socializados, que aprendem e são tendencialmente capazes de criar novas percepções e práticas, assim como novas *formas de criar* percepções e práticas. O futuro é livre, aberto a novas respostas, soluções e problemas, mas condicionado pelo passado e pelo presente.

A articulação entre os conceitos de campo e *habitus* possibilita à pesquisa sociológica analisar as tendências de estruturação do vínculo social. A existência humana é uma obra aberta, criativa, cujas condições de possibilidade são moldadas pelo legado histórico. Não há determinismo mecânico, há possibilidades. Existe a força do passado, assim como o poder do futuro. A vida social consiste nesse equilíbrio misterioso entre *virtú* e *fortuna*.

As posições ocupadas no campo, condicionadas pelas condições sociais de socialização dos agentes, sintetizam processos de atualização criativa do passado. O caráter de obra em aberto da vida social pode resultar na manutenção das posições ou na inflexão de trajetórias individuais e coletivas rumo a novas direções. A liberdade é o futuro, o porvir, articulação

dinâmica entre passado e presente, entre biografia e trajetória, exercitada em espaços estruturados de posições (De Sousa, 2002: 297).

A obra de Émile Durkheim, fundador da Escola Francesa de Sociologia, contribuiu para resgatar à consciência das sociedades modernas a dimensão do vínculo social. A contribuição de Pierre Bourdieu, expoente do pensamento sociológico francês contemporâneo, permitiu um olhar acurado sobre os processos de integração social e integração sistêmica das sociedades modernas.

A vida social consiste em uma rede complexa de relações entre coletivos e indivíduos, mediada por sociedades e sistemas. Sua estrutura de posições define as regras de produção e circulação dos bens sociais, simbólicos e materiais produzidos pelos membros da sociedade. No processo de autoprodução social continuada no tempo e no espaço, os indivíduos e seus coletivos ocupam posições na divisão do trabalho social, às quais correspondem níveis diferenciados de concentração e de acesso ao fluxo de capital.

O nível de acesso ao capital é determinado pelas estruturas do mundo vivido (família, amigos) e pelas estruturas sistêmicas (Estado, economia de mercado), responsáveis pelos processos de socialização primária e secundária. Nas sociedades individualistas modernas, as posições ocupadas no campo dependem do modo como as estruturas de integração social e sistêmica possibilitam aos indivíduos e coletivos a acumulação de capital cultural, monetário e social.

A articulação temporal entre os conceitos de campo e *habitus* permite identificar trajetórias, entendidas como “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou mesmo grupo num espaço por ele mesmo modificado e submetido a incessantes

transformações”” (Bourdieu apud Silva, 1997: 12). Do ponto de vista dos mecanismos de autoprodução social contínua, as trajetórias expressam posições ocupadas pelos indivíduos e coletivos na divisão do trabalho social, em interação com sociedades e sistemas, ao longo do tempo e em espaços determinados.

A estrutura da divisão do trabalho social condiciona as possibilidades de concentração e acesso ao fluxo de capital, o que é expresso sob a forma das posições ocupadas. A aquisição de posições depende, por sua vez, do grau de acesso às estruturas sistêmicas e sociais. A partir dessa interação, os indivíduos e coletivos buscam desenvolver e acumular os diferentes tipos de capital necessários para a satisfação de suas necessidades.

Enquanto as sociedades estiverem vivas, os campos sociais são espaços estruturados dinâmicos, em processo de recriação constante do passado. As condições de socialização dos agentes doam uma perspectiva de imprevisibilidade estruturada para suas ações, caracterizando a vida social como obra em aberto, dotada de *tendências de desenvolvimento*. A análise temporal da estrutura da divisão do trabalho social permite visualizar trajetórias, sob a forma da série de posições ocupadas pelos indivíduos e coletivos no processo de produção de bens materiais, sociais e simbólicos necessários, em um dado intervalo de tempo.

As reflexões de Émile Durkheim possibilitam definir as sociedades modernas como sistemas complexos de funções sociais desempenhadas por indivíduos e coletivos, em processo de autoprodução contínua no tempo e no espaço. Integradas por meio de uma dinâmica divisão do trabalho social, em condições de intenso volume e densidade sociais, as sociedades modernas experimentam uma situação de forte demanda por bens sociais, materiais

e simbólicos escassos. O desafio crucial da integração social e sistêmica moderna reside no desenvolvimento de instituições que produzam sua autoprodução contínua.

Sob a perspectiva durkheimiana, a resposta sistêmica moderna consistiu inicialmente na divisão do trabalho social. As sociedades individualistas modernas desenvolveram a diferenciação interdependente de funções sociais como mecanismo para suprir sua demanda volumosa e intensa por bens necessários à satisfação das necessidades individuais e coletivas.

A divisão do trabalho social organizou-se em torno de ocupações. As sociedades individualistas modernas desenvolveram conjuntos especializados de saberes e práticas profissionais, formais ou informais, com o propósito de produzir bens materiais, sociais e simbólicos. Esses saberes e práticas são criados, reproduzidos e transformados por indivíduos e coletivos dotados de identidade específica, decorrente do repertório de práticas e saberes especializados que internalizaram. Por meio da socialização primária e secundária, os indivíduos desenvolvem repertórios especializados de práticas e saberes, que estruturam suas possibilidades de integração à divisão do trabalho social.

A divisão do trabalho social é constituída por um sistema complexo de relações, que desempenha a função de produzir os bens materiais, sociais e simbólicos necessários ao desenvolvimento individual e coletivo. Compõe-se de posições dotadas de distintas funções no processo de autoprodução social contínua.

A série de posições desempenhadas pelos indivíduos ou coletivos na divisão do trabalho social compõe sua trajetória de desenvolvimento. Torna possível ponderar acerca da evolução de seus respectivos estatutos de pertencimento à divisão do trabalho social, indicadas pelos níveis de formação e concentração de *capital ocupacional*.

Nas sociedades modernas, o nível de acesso aos bens sociais, materiais e simbólicos socialmente produzidos decorre da inserção na divisão do trabalho social. As posições ocupadas desenham trajetórias de acessos diferentes a renda, prestígio, poder e direitos sociais. O nível tendencial de acesso aos bens sociais, simbólicos e materiais produzidos decorre da posição ocupada no processo de autoprodução social contínua, que pode ser expressa pelo nível de capital acumulado pelo indivíduo ou coletivo.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu define o capital como uma "capacidade potencial para producir beneficios y reproducirse a si mismo em forma idéntica o en forma ampliada" (Bourdieu, 1999: 9). Do ponto de vista sociológico, o capital designa o estoque dinâmico de recursos biológicos, culturais, monetários e sociais mobilizados pelo agente em seu processo de inserção na divisão do trabalho social. Os indivíduos e coletivos mobilizam seus recursos genéticos, culturais, monetários e sociais para ocupar posições e acessar os bens materiais, sociais e simbólicos socialmente produzidos.

O capital cultural designa os recursos simbólico-cognitivos desenvolvidos pelo agente em seus processos de socialização primária e secundária, necessários para comunicar-se e estabelecer relações (ibid.: 9-10). As relações sociais e sistêmicas possibilitam a transmissão de conhecimentos, linguagens, valores e saberes, desenvolvendo as personalidades individuais.

Dentre os mecanismos sistêmicos de integração, a educação formal tem desempenhado papel crucial no processo de produção e circulação de capital cultural. A educação tornou-se um direito social fundamental para a mobilidade individual e coletiva nas sociedades modernas contemporâneas. Sua importância para o pleno pertencimento permite ressaltar o

papel cumprido pelo bem público *educação* para a integração social e sistêmica, tornando-se contemporaneamente uma condição de acesso à divisão do trabalho social (Nery, 2005: 31).

O capital monetário designa “el equivalente universal, la medida de todas las equivalencias”, “el tiempo-de-trabajo (em su sentido mas amplio)” (Bourdieu, 1999: 21). O conceito de capital foi introduzido no pensamento sociológico pelo pensador e ativista alemão Karl Marx, que identificou pioneiramente a lógica da propriedade privada como estrutura da divisão do trabalho social moderna. Em sua reflexão, sofisticada contemporaneamente por pensadores como o filósofo húngaro István Mészáros, o acesso moderno aos bens sociais, simbólicos e materiais produzidos é mediado pelo capital monetário (Antunes, 1999: 19-20). Seu grau de acumulação espelha o valor da posição ocupada pelo indivíduo ou coletivo na divisão do trabalho social.

O capital social designa os recursos relacionais, reais ou potenciais, de que dispõe o agente, sob a forma da rede de relações que estrutura ao longo de sua vida (Bourdieu, 1999: 14). Trata-se de um conceito com crescente importância na literatura científico-social contemporânea, pois enfatiza a importância do vínculo social para o desenvolvimento da sociedade (De Franco, 2001: 127-130; Ferrarezi, 2003: 9). As redes de relações são importante recurso para a aquisição de posições na divisão do trabalho social. A formação e acúmulo de capital social permite identificar o nível de organização dos indivíduos e coletivos, indicando sua capacidade para estabelecer relações e ocupar posições no campo⁴.

⁴ A taxa de sindicalização, por si só, é incapaz de resumir toda a complexidade de dimensões envolvidas no conceito de capital social. Em verdade, abrange apenas sua dimensão formal, sob a forma da associação a sindicatos, deixando de captar relações informais de solidariedade, associação a organizações não-governamentais ou relações de parentes, por exemplo. Não obstante, dada a indisponibilidade atual de dados para seu rastreamento empírico, a pesquisa adotou a taxa de sindicalização como indicador de capital social, reconhecendo desde já sua abrangência à relações formais de cooperação profissional.

Conforme a abordagem bourdiesiana, o capital ocupacional pode ser entendido como o estoque tendencial de recursos culturais, monetários e sociais mobilizável pelo indivíduo ou coletivo moderno em seu processo de integração à divisão do trabalho social. A articulação entre capital cultural, monetário e social determina possibilidades individuais e coletivas de acesso ao capital, indicando sua posição tendencial na divisão do trabalho.

A formação de capital ocupacional é um processo dinâmico, que depende da interação individual com as estruturas de integração social e sistêmica. O acesso ao capital ocupacional é função das posições ocupadas pelo indivíduo ou coletivo no processo de produção de bens sociais, simbólicos e materiais socialmente necessários. Conforme sejam as necessidades sociais, simbólicas e materiais dos indivíduos e coletivos, suas posições podem variar.

É importante frisar que o capital ocupacional deve ser entendido como *indicador* da posição ocupada pelo agente na divisão do trabalho social. Nessa condição, não esgota a totalidade de dimensões da integração dos indivíduos e coletivos às sociedades e aos sistemas. Tão somente sinaliza tendências de pertencimento à divisão do trabalho social de modo empiricamente verificável. Como indicador sociológico, o capital ocupacional conforma um “recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma” (Januzzi, 2004: 15).

O capital ocupacional pode ser operacionalmente representado por um indicador de tipo composto ou sintético, agregando indicadores simples em sua fórmula. Trata-se de opção metodológica que envolve riscos, pois há possibilidade de perda de validade e sensibilidade ao integrar variáveis individuais distintas (ibid.: 22; 28-29). Não obstante, um indicador composto permite explicitar a complexidade da integração do agente à divisão do trabalho

social, pois a posição ocupada sintetiza a mobilização de seus capitais específicos ao longo do tempo e espaço.

O capital ocupacional, como indicador de integração à divisão do trabalho social, atende às propriedades fundamentais para a construção de indicadores: relevância social, validade, confiabilidade, grau de cobertura, sensibilidade, inteligibilidade, periodicidade, factibilidade e historicidade (ibid.: 26-31).

Sua pesquisa possibilita identificar objetivamente padrões de acesso dos agentes ao capital ocupacional e reconstruir metodologicamente trajetórias individuais e coletivas. No Brasil, os dados primários encontram-se disponíveis em bases de dados estruturadas como as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios – PNADs, adotada como fonte empírica da pesquisa (Cf. Anexo A: “Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD 1992/2003”). Coordenadas pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia – IBGE, cobrem amostra do universo de indivíduos e coletivos ocupados na divisão do trabalho social brasileira.

A identificação dos níveis de capital ocupacional possibilita compor *trajetórias ocupacionais*, sinalizando seu padrão de pertencimento. O capital ocupacional, como indicador de integração à divisão do trabalho social, permite indicar a trajetória social e sistêmica de indivíduos e coletivos, resultado de combinações estruturadas e imprevisíveis de capital cultural, monetário e social.

A trajetória consiste na série de posições ocupadas pelos indivíduos e coletivos na divisão do trabalho social, em um dado intervalo de tempo. O cálculo do capital ocupacional acumulado em determinado momento permite indicar a posição ocupada. Sua identificação empírica fornece indicações mais precisas do grau de integração do indivíduo ou coletivo, do

ponto de vista de seu acesso aos bens sociais, materiais e simbólicos produzidos. A trajetória de integração expressa o capital ocupacional do agente em um dado intervalo temporal.

A metodologia de cálculo do capital ocupacional que propomos é simples, baseada no princípio da soma. Para fins da pesquisa, o conceito operacional de capital ocupacional consiste no acesso à *escolaridade*, *renda* e *sindicalização*⁵. Desse modo, torna-se possível indicar dimensões culturais, monetárias e sociais do capital mobilizado pelo agente para ocupar posições na divisão do trabalho social (Figura1).

Figura 1: Capital Ocupacional: dimensões e operacionalização do indicador

	Dimensões	Operacionalização
Capital Ocupacional	capital educacional	educação
	capital monetário	renda
	capital social	associação sindical

Essa definição operacional possibilita o cálculo de um número X que sintetize o nível de capital acumulado pelo indivíduo ou coletivo. O primeiro passo consiste na escolha de um denominador comum, que forneça a base comparativa para o cálculo do capital ocupacional.

Para o estudo da sociedade brasileira, a PEA nacional pode ser adotada como esse denominador comum. Pode-se defini-la como “as pessoas economicamente ativas na semana de referência ocupadas e desocupadas” (IBGE, 2004: 27). No Brasil, trata-se do conjunto de

⁵ A PNAD, base de dados da presente pesquisa, define escolaridade como número médio de anos de estudo (esc), renda como rendimento médio mensal real (R\$) e sindicalização como associação a sindicato (sind) (IBGE, 2003: 25-28, 30-31).

pessoas de 10 anos ou mais de idade que participam do processo de produção de bens simbólicos, materiais e sociais necessários à autoprodução social.

A PEA nacional é um parâmetro possível para a reconstrução comparativa das trajetórias individuais e coletivas. Por seu meio, pode-se indicar os níveis relativos de capital cultural (escolaridade média), monetário (rendimento médio real) e social (taxa média de associação sindical) dos membros da sociedade nacional. Dividindo-se a escolaridade média, a renda e a taxa de associação sindical do indivíduo ou coletivo pelas mesmas variáveis da população economicamente ativa, geram-se números que indicam os níveis relativos de capital cultural, monetário e social dos membros economicamente ativos da sociedade.

Cada número específico sinaliza o acesso relativo dos agentes aos capitais específicos, na comparação com a média nacional. Matematicamente:

$$C = Kc + Km + Ks$$

$$C = (esc/escnac) + (R\$/R\$nac) + (sind/sindnac)$$

Sendo

C = capital ocupacional

Kc = capital cultural

Km = capital monetário

Ks = capital social

Esc = escolaridade média

Escnac = escolaridade média nacional

R\$ = rendimento médio real

R\\$nac = rendimento médio real nacional

Sind = percentual médio de associação a sindicato

Sindnac = percentual médio nacional de associação a sindicato

O somatório resultante dos níveis relativos de escolaridade, renda e associação sindical do indivíduo ou coletivo fornece um indicador de seu acesso ao capital ocupacional (C). Esse estoque acumulado indica a posição (P) que o indivíduo ou coletivo ocupa na divisão do

trabalho social. O somatório dos níveis relativos de capital cultural, monetário e social indica o grau relativo de acesso individual ou coletivo aos bens sociais, materiais e simbólicos produzidos pela sociedade nacional, em um dado período de tempo.

$$P = C$$

$$P = (Kc + Km + Ks)$$

$$P = (esc/escnac) + (R\$/R\$nac) + (info/infonac) + (sind/sindnac)$$

Sendo

P = posição ocupada na divisão do trabalho social

A trajetória (T) consiste na série de posições ocupadas na divisão do trabalho social em uma duração determinada. Desse modo, a trajetória individual ou coletiva de integração à divisão do trabalho social pode ser indicada (mas nunca resumida) pelo estoque de capital ocupacional acumulado ao longo de uma seqüência de anos. Matematicamente:

$$T = P1 + P2 + P3 + \dots + Px$$

$$T = C1 + C2 + C3 + \dots + Cx$$

Sendo

T = trajetória

P1 = posição no tempo 1

P2 = posição em um tempo 2

P3 = posição em um tempo 3

Px = posição em um tempo x

C1 = capital ocupacional no tempo 1

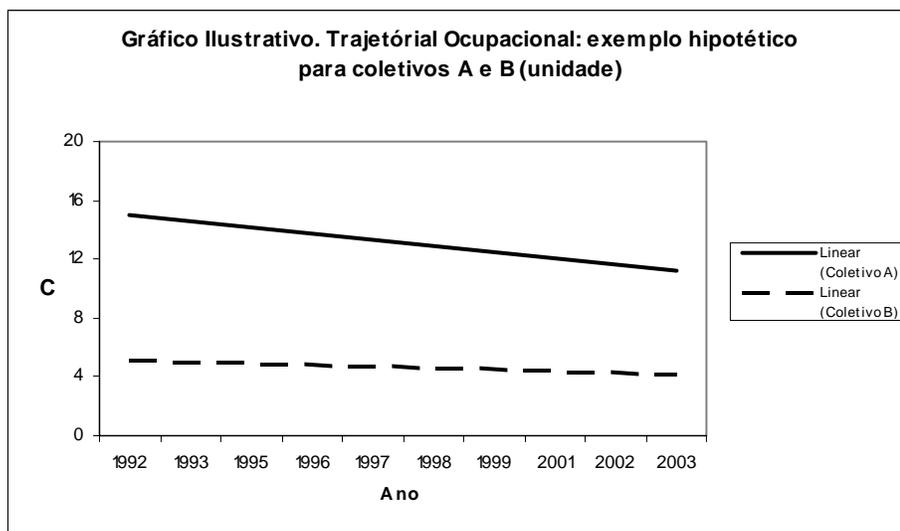
C2 = capital ocupacional em um tempo 2

C3 = capital ocupacional em um tempo 3

Cx = capital ocupacional em um tempo x

A trajetória pode ser visualizada por meio da composição de um gráfico de dois eixos, em que o eixo *x* designa o intervalo de tempo considerado e o eixo *y*, o estoque de capital ocupacional por ano. A somatória do capital cultural, monetário e social relativo acumulado em cada ano, analisada temporalmente, possibilita mensurar e avaliar a trajetória individual ou

coletiva de integração à divisão do trabalho social, conforme gráfico ilustrativo (Gráfico Ilustrativo. “Trajetória ocupacional: exemplo hipotético para coletivos A e B”):



A sociologia foi desenvolvida na segunda metade do século XIX com a função de explicar os fatos sociais. Fundador da Escola Sociológica Francesa, Émile Durkheim participou ativamente da construção desse setor do campo científico, desenvolvendo a sociologia em suas dimensões teórica, metodológica e empírica. Sua obra contribuiu decisivamente para que o vínculo social se tornasse objeto da pesquisa científica, explicitando a dimensão *social* da vida em sociedade. O pensamento sociológico francês contemporâneo sofisticou o legado durkheimiano. Um de seus mais destacados representantes, Pierre Bourdieu introduziu inovações metodológicas e conceituais que fortaleceram a objetividade da análise sociológica.

O vínculo social é um campo, espaço estruturado de posições e lutas. No campo social, é produzido o acordo que torna possível a vida em sociedade. As regras da integração social e sistêmica são disputadas e pactuadas continuamente por seus membros. Para além do

complexo de interações cotidianas entre indivíduos e coletivos, a dimensão do vínculo social compõem-se das regras formais e informais de coexistência compartilhadas pelos membros da sociedade nacional.

As instituições são geradas como soluções para necessidades individuais e coletivas. O núcleo ideológico da sociedade produz as *formas de criar percepções* de que fala o pensador e ativista francês Pierre Bourdieu, recentemente desaparecido. Dentre essas percepções, encontram-se as regras de integração social e sistêmica dos indivíduos e coletivos. A dimensão do vínculo social revela a ideologia geradora da estrutura de integração dos agentes à sociedade nacional. Do ponto de vista da sociologia do trabalho, ela pode ser indicada pelas posições que os indivíduos e coletivos ocupam na divisão do trabalho social.

A cada posição correspondem possibilidades distintas de integração social e sistêmica. A divisão do trabalho social é constituída por posições, dotadas de diferentes funções e níveis de acesso aos bens sociais, simbólicos e materiais produzidos pela sociedade nacional. Nas sociedades modernas, o capital ocupacional é um indicador de pertencimento à divisão do trabalho social.

Constituído de diferentes dimensões, o capital ocupacional é desenvolvido por meio de interações com sociedades e sistemas. Os níveis de acumulação de capital cultural, monetário e social definem as possibilidades de integração do agente à sociedade nacional, indicada pelas posições ocupadas na divisão do trabalho social.

O capital ocupacional, como indicador de integração à divisão do trabalho social, pode fornecer elementos objetivos para identificar a estrutura do vínculo social brasileiro. As posições ocupadas na divisão do trabalho social possuem padrões específicos de acesso ao

capital ocupacional. O estoque de capital cultural, monetário e social acumulado pelo indivíduo ou coletivo define suas possibilidades de integração à dimensão laboral da sociedade nacional.

A vida em sociedade é um espaço estruturado de posições e lutas. O processo de autoprodução social contínua é produzido por indivíduos e coletivos socializados, dotados de diferentes possibilidades de desenvolvimento. A análise do capital ocupacional possibilita indicar a estrutura do vínculo social, sob a forma da ideologia de divisão do trabalho social compartilhada pela sociedade nacional. A cada posição correspondem diferentes saberes especializados e possibilidades de acesso aos bens sociais, simbólicos e materiais produzidos pelos membros da sociedade. A estrutura de posições ocupadas espelha a ideologia de divisão do trabalho social compartilhada pelos membros da sociedade. O capital ocupacional é indicador da posição que o indivíduo ou coletivo ocupa na divisão do trabalho social. O capital ocupacional, como indicador de integração à divisão do trabalho social, possibilita analisar o vínculo social como fato social.

CAPÍTULO 4. Tendências Contemporâneas da Divisão do Trabalho Social: intensificação, desfiliação e precarização

No último quartel do século XX, as sociedades européias experimentaram transformações em seu vínculo social. A divisão do trabalho social tornou-se mais eficiente, necessitando de menos trabalhadores assalariados para produzir mais. Esse processo conduziu à crise contemporânea de integração social e sistêmica das sociedades modernas. A revolução técnico-científica desenvolvida nas sociedades européias e norte-americana gerou a perda de centralidade do trabalho e os chamados *supranumerários*.

Nas sociedades individualistas do segundo pós-guerra do século XX, a divisão do trabalho social era regulada pelo modelo fordista. Na década 1970, o padrão fordista de produção deixou de garantir competitividade para as empresas ocidentais. O surgimento de empresas dinâmicas em países orientais, em particular o Japão, reestruturou o trabalho moderno. O setor industrial apresentava baixo dinamismo, com tendência de queda em suas taxas de lucro. Já nos anos 1980, as empresas industriais japonesas apresentavam competitividade superior às norte-americanas ou européias (Antunes, 2001: 30).

A intensa competição do setor manufatureiro internacional provocou queda em suas taxas de lucratividade. O excesso de produção das empresas industriais induziu ao enfraquecimento desse setor econômico, perdendo capitais para o setor financeiro. A baixa lucratividade das indústrias européias e norte-americanas estimulava o investimento em aplicações financeiras, que propiciavam taxas de lucro superiores.

Esse processo afetou a divisão do trabalho social contemporânea. Em resposta à perda de lucratividade, o setor industrial reestruturou suas formas de organização e produção. Os custos socioeconômicos do fortalecimento do setor financeiro e do enfraquecimento do setor industrial foram repassados ao sócio minoritário do pacto fordista: o trabalhador assalariado moderno. O trabalho perdeu centralidade como vetor de integração às sociedades individualistas.

A recuperação das taxas de lucro das empresas manufatureiras foi empreendida por meio de maior eficiência técnica e organizacional e pela redução de direitos trabalhistas. As empresas ocidentais passaram a adotar o modelo *toyotista*, que propunha uma forma de gestão do trabalho distinta do padrão fordista. Nas palavras do sociólogo brasileiro Ricardo Antunes, o toyotismo representou a “expansão para o Ocidente da *via japonesa de consolidação do capitalismo industrial*” (ibid.: 53).

Esse modelo de organização do trabalho foi desenvolvido no Japão do segundo pós-guerra, na empresa automobilística *Toyota Motors*. Criado sob liderança do engenheiro Talichi Ohno, modificou a organização dos processos de trabalho na empresa. As empresas toyotistas absorveram a revolução científico-tecnológica em curso e reformataram o perfil do trabalhador. Em alternativa ao trabalhador fordista, caracterizado pela especialização e produção em série, o toyotismo propunha o trabalhador *polivalente*.

No padrão fordista, predominava o trabalho especializado e seriado. Os trabalhadores tendiam a desenvolver atividades de baixa complexidade e padronizadas. O trabalho era supervisionado por escalões diversificados de gerências intermediárias.

O modelo toyotista modificou o padrão fordista de gestão do trabalho. A informatização e a automação foram introduzidas no processo produtivo. Robôs passaram a desempenhar com maior eficiência e qualidade funções antes realizadas por seres humanos. Atividades de supervisão e controle foram internalizadas pelas equipes de trabalho. Essa reconfiguração resultou no aumento da produtividade e na redução de postos de trabalho.

O trabalhador polivalente necessitava desenvolver funções tecnologicamente mais complexas, em coordenação com critérios de qualidade. As equipes possuíam maior responsabilidade pela coordenação de seu trabalho e pelo controle da produção. Os círculos de controle da qualidade representaram experiências desse tipo. Nessa metodologia de gestão do trabalho, os trabalhadores eram incumbidos de analisar coletivamente suas próprias atividades e as de seus companheiros. O objetivo dos círculos de controle da qualidade era “o melhor aproveitamento possível do tempo de produção” (*just in time*), eixo central em que se apoiava a organização flexível do trabalho (ibid.: 54).

O trabalhador fordista tendia ao desenvolvimento de tarefas especializadas e operacionais. O trabalhador polivalente desempenhava funções de maior complexidade técnico-organizacional. O modelo toyotista pressupunha a mobilização de competências pessoais e sociais em um ambiente de crescente inovação tecnológica. A sofisticação técnico-científica e a internalização de padrões de qualidade propiciaram à empresa toyotista maior eficiência.

A produtividade do modelo toyotista deveu-se à intensificação do uso da força de trabalho e à redução do número de trabalhadores necessários. O desenvolvimento da robótica e da informática tornou o processo produtivo mais dinâmico, demandando novas competências

técnicas, pessoais e sociais do trabalhador. O desempenho de um leque mais complexo de funções implicou a intensificação do tempo de trabalho. Todo o tempo do trabalhador deveria ser destinado à produção, eliminando-se ao máximo o tempo de não-trabalho.

As principais empresas japonesas proporcionavam “emprego vitalício” para o núcleo duro de sua força de trabalho assalariada. Constituído por 25-30% de assalariados, predominantemente homens, esse núcleo duro destacava-se da média da população economicamente ativa. Apresentavam maior qualificação e polivalência, possuíam estabilidade no vínculo empregatício e ganhos salariais variáveis, associados à produtividade. O universo restante de trabalhadores compunha um “conjunto flutuante e flexível” de força de trabalho, contratados por meio de terceirização ou trabalho temporário, dotados de um leque menor de benefícios trabalhistas (ibid.: 55-57).

Nas palavras do sociólogo brasileiro Ricardo Antunes,

“Se no apogeu do taylorismo-fordismo a pujança de uma empresa mensurava-se pelo número de operários que nela exerciam sua atividade de trabalho, pode-se dizer que na era da acumulação flexível e da ‘empresa enxuta’ merecem destaque, e são citadas como exemplos a ser seguidos, aquelas empresas que dispõem de *menor* contingente de força de trabalho e que apesar disso tem maiores índices de produtividade.” (ibid.: 52-53).

O modelo toyotista foi uma estratégia desenvolvida na sociedade japonesa, nos últimos trinta anos do século XX, para proporcionar maior eficiência econômica à sua divisão do trabalho social. Esse período caracterizou-se pela crise do setor manufatureiro ocidental, surgimento de empresas industriais internacionalmente competitivas e a consolidação do Japão como potência econômica mundial.

Para adaptarem-se ao novo cenário econômico internacional, as sociedades européias desenvolveram mudanças estruturais em sua divisão do trabalho social. O toyotismo expressava uma nova forma de gestão do trabalho, estruturada em torno da automação e da intensificação do tempo de trabalho. As empresas ocidentais tenderam a internalizar o modelo toyotista como estratégia para recuperar sua lucratividade.

Um núcleo duro de assalariados qualificados e polivalentes era suficiente para produzir bens sociais, simbólicos e materiais em níveis superiores de quantidade e qualidade. Por sua vez, parcela majoritária dos membros da divisão do trabalho social tornou-se menos necessária para garantir a reprodução físico-material das sociedades modernas.

A reestruturação toyotista do trabalho modificou a integração social e sistêmica das sociedades modernas contemporâneas. No segundo pós-guerra, as sociedades européias caracterizavam-se pelo pleno emprego e predominância do assalariamento como vínculo de integração à divisão do trabalho social. Nas três últimas décadas do século XX, o desenvolvimento da organização flexível do trabalho implicou a redução do contingente de trabalhadores assalariados. O grande empresariado moderno recuperou suas taxas de lucratividade e um núcleo duro de assalariados polivalentes preservou direitos e benefícios. Os demais trabalhadores tenderam à precarização dos vínculos de assalariamento e ao desemprego.

Nos anos 1970, 12% da população economicamente ativa francesa encontrava-se desempregada. 80% dos trabalhadores franceses integravam-se à divisão do trabalho social por meio do assalariamento, sob a forma de contratos de trabalho por tempo indeterminado. Nas décadas finais do século XX, a divisão do trabalho social tendeu a desenvolver “formas

particulares de emprego”, sob a forma de contratos de trabalho por tempo determinado e de tempo parcial. Na década 1990, menos de 65% dos trabalhadores franceses possuía acesso ao assalariamento.

Parcela majoritária das contratações anuais era realizada mediante contratos de trabalho por tempo determinado, afetando sobretudo jovens e mulheres. Os homens de 30-49 anos perfaziam o núcleo duro da força de trabalho francesa. Metade deles era contratada mediante vínculos precarizados. Nas últimas décadas do século XX, a divisão do trabalho social nas sociedades individualistas européias transformou-se, conformando um processo descrito pelo sociólogo francês Robert Castel como *tendencialmente irreversível* (Castel, 1998: 514).

A revolução científico-tecnológica e o toyotismo foram desenvolvidos pelas sociedades individualistas contemporâneas com o objetivo de recuperar as taxas de lucratividade do setor industrial. Essa nova forma de gestão do trabalho implicou a ruptura do pacto fordista. O empresariado industrial europeu buscou recompor sua posição no campo social por meio do enfraquecimento da integração dos trabalhadores assalariados. A maior eficiência do setor industrial gerou mudanças estruturais na divisão do trabalho social, reduzindo a proporção do assalariamento e aumentando os níveis de precarização e desemprego.

As empresas contemporâneas desenvolveram formas de flexibilidade interna e externa da gestão do trabalho. A polivalência do núcleo duro de assalariados era uma estratégia organizacional de produtividade e eficiência econômica. A conquista de mercados em um ambiente de intensa competição internacional tornava necessária a qualificação constante do núcleo duro de trabalhadores.

A flexibilidade interna das empresas contemporâneas consistiu no fomento à inovação continuada da produção. A busca por maior produtividade e eficiência demandava trabalhadores capazes de criar e manejar novas tecnologias, assim como mecanismos de aprendizagem organizacional. A permanência dos trabalhadores polivalentes no núcleo duro dependia da superação contínua dos níveis de produtividade determinados pelo empresariado.

A flexibilidade externa das grandes empresas adotou outra lógica. As funções redundantes e menos necessárias foram eliminadas. Para o setor industrial, as demissões e a terceirização de trabalhadores possibilitaram redução de custos. Para os trabalhadores excluídos do *core*, esse processo gerou perda de direitos. Os contratos por tempo determinado e a tempo parcial possuíam garantias e benefícios inferiores aos do contrato por tempo indeterminado.

Um núcleo duro de trabalhadores polivalentes desenvolvia funções complexas, em um ambiente de automação, informatização e intensificação do ritmo de trabalho. Uma parcela decrescente dos assalariados possuía acesso a contratos de trabalho por tempo indeterminado. Os trabalhadores polivalentes perfaziam o *core* da empresa industrial toyotista, dotados de expectativas elevadas de qualificação, eficiência e qualidade. As funções redundantes ou menos necessárias eram eliminadas ou desempenhadas por trabalhadores contratados por tempo determinado ou parcial, reduzindo o contingente de trabalhadores necessários para a produção. A recuperação toyotista das taxas de lucratividade gerou ganhos para o empresariado e para o núcleo duro dos trabalhadores assalariados e precarização para uma parcela crescente dos trabalhadores demitidos ou terceirizados.

Conforme sustenta o sociólogo francês Robert Castel, a divisão do trabalho social contemporânea caracteriza-se pela constituição de uma ‘*periferia precária*’”, pela “*desestabilização dos estáveis*” e pelo *surgimento dos supranumerários*. Os trabalhadores assalariados maduros, jovens e mulheres foram prejudicados pela nova gestão do trabalho.

Os trabalhadores mais experientes com limitações para absorver as novas tecnologias foram tendencialmente demitidos ou deslocados para funções menos necessárias. Os jovens encontravam dificuldades para ingressar na divisão do trabalho social. A elevação dos requisitos de qualificação e experiência implicou crescentes oportunidades de contratação por tempo determinado aos trabalhadores mais inexperientes, com menores garantias e remuneração. A elevação das taxas de desemprego, a precarização e os riscos da defasagem técnico-tecnológica conduziram a um processo de “vulnerabilidade de massa” dos assalariados. O sociólogo francês Robert Castel comparou esse processo ao *pauperismo* experimentado pelas sociedades europeias na primeira metade do século XIX (ibid.: 517-520; 526-527).

Durante o pacto fordista do segundo pós-guerra, a divisão do trabalho social europeia caracterizou-se pelo pleno emprego e pelo assalariamento. Com a intensificação da competição econômica internacional, os riscos de desemprego e precarização decorrentes da defasagem tecnológica cresceram. A gestão toyotista do trabalho ampliou as incertezas dos trabalhadores assalariados quanto às suas possibilidades presentes e futuras de desenvolver níveis dignos de acesso aos bens sociais, materiais e simbólicos produzidos pela sociedade nacional.

Na formulação do sociólogo francês Robert Castel, as sociedades européias contemporâneas defrontam-se com o desafio dos supranumerários. O novo padrão de eficiência econômica e gestão do trabalho permitiu às empresas reduzir sua necessidade de trabalhadores. A divisão do trabalho social européia contemporânea registraria um “déficit de lugares” necessários para garantir a produção de bens sociais, simbólicos e materiais.

O desenvolvimento da contratação por tempo parcial ou determinado implicou a redução dos níveis de integração de parte dos trabalhadores assalariados. A gestão toyotista do trabalho fortaleceu a produtividade das empresas e reduziu sua necessidade por trabalhadores assalariados contratados por tempo indeterminado. O núcleo duro de trabalhadores polivalentes beneficiou-se desse processo. Os trabalhadores jovens, maduros e mulheres perderam função para a divisão do trabalho contemporânea, experimentando processos de desfiliação da autoprodução social contínua moderna (ibid.: 529-530).

Divisão do Trabalho Social Brasileira Contemporânea: intensificação e aprofundamento do subdesenvolvimento

A divisão do trabalho social brasileira experimentou mudanças estruturais análogas às das sociedades européias em fins do século XX. A intensificação da competição internacional ameaçou os setores dinâmicos da economia brasileira, em particular seu parque industrial automobilístico. Nos anos 1980, países como Japão, México e Coréia possuíam níveis de automação superiores à média nacional (Castro, 1995: 32-33).

A divisão do trabalho social brasileira era de corte fordista. Os trabalhadores possuíam restrita participação nas decisões sobre o processo produtivo, com o controle de qualidade concentrado nas gerências intermediárias. Havia acentuadas diferenças salariais e inexistiam

políticas de remuneração por produtividade. O nível de desenvolvimento tecnológico era baixo. Nos anos 1980-1990, as indústrias brasileiras mais desenvolvidas, como a automobilística e a petroquímica, internalizaram elementos da gestão toyotista do trabalho. A microeletrônica, informatização e robotização foram introduzidas nas plantas, assim como metodologias de qualidade total, círculos de controle de qualidade e formas de participação dos trabalhadores (Castro, 1995: 29-30, 34; Guimarães, 2005: 286).

Conforme analisaram a socióloga brasileira Nadya Castro Guimarães e o sociólogo brasileiro Adalberto Moreira Cardoso, as mudanças tecnológicas foram integradas pelas empresas brasileiras ao padrão fordista-taylorista de trabalho. A estratégia de adaptação da indústria automobilística brasileira à competição internacional consistiu na intensificação do tempo de trabalho do núcleo duro de trabalhadores, na redução de postos de trabalho e na precarização das relações de trabalho.

Nos anos 1980, as plantas industriais da Ford no Brasil e na Inglaterra possuíam níveis similares de produtividade. As diferenças decorriam das estratégias adotadas. As empresas brasileiras descreviam maior flexibilização em sua força de trabalho, ao passo que as plantas britânicas apresentavam maior nível de robotização. A competitividade da indústria automobilística brasileira residia na qualidade de sua força de trabalho, que gerava baixos níveis de reparo pós-montagem ou interrupção da entrega de partes à linha de montagem (Guimarães, 1995: 34-35).

Nas palavras do sociólogo brasileiro Adalberto Moreira Cardoso, o padrão de inovação tecnológica das empresas automobilísticas consistia em “novas tecnologias brandas incidentes na organização do trabalho e, muito marginalmente, automação de base microeletrônica”. As

empresas tecnologicamente inovadoras recuperaram-se com maior velocidade da crise dos anos 1980 pelo recrutamento de um núcleo duro de trabalhadores e eliminação das funções redundantes ou menos necessárias (Cardoso, 2000: 35-36, 43).

Nos anos 1990, a competitividade das empresas multinacionais japonesas, coreanas e mexicanas ameaçava a indústria automobilística brasileira. A abertura gradativa do mercado de consumo para a competição internacional apresentava riscos para a indústria nacional, dotada de processos e produtos relativamente obsoletos. Da perspectiva patronal, fazia-se necessário assegurar ganhos de qualidade e produtividade, em um cenário de democratização política e riscos de desindustrialização (Castro, 1995: 37-38, 41).

As representações sindicais metalúrgicas foram reconhecidas pelo empresariado como interlocutores por meio de sua capacidade de concentração e mobilização de capital social. As greves no Grande ABC do Estado de São Paulo nos anos 1970-1980, conduzidas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, foram demonstrações de seu poderio e conseqüente importância para a regulação do processo produtivo.

Pela primeira vez na história da divisão do trabalho social brasileira, as relações de assalariamento foram negociadas por empresários e trabalhadores. Nos anos 1990, por meio da Câmara Setorial do Complexo Automotivo, representações patronais e trabalhistas construíram conjuntamente a política setorial automobilística, debatendo preços, mercados, modernização tecnológica e relações de trabalho, em uma situação de “antagonismo convergente” (Castro, 1995: 41, Cardoso, 2000: 50). Um núcleo duro dos trabalhadores assalariados foi recrutado pelo empresariado urbano para participar da corrida de recuperação das taxas de lucratividade da indústria automobilística brasileira.

A preservação de um núcleo duro de trabalhadores assalariados resultou no desemprego e precarização dos trabalhadores que cumpriam funções redundantes ou menos necessárias. Com a introdução da informatização, a indústria automobilística tendeu a eliminar funções, gerando desemprego e precarização para os trabalhadores egressos do setor. Nos anos 1990, os sistemas de controle de qualidade e o controle estatístico de processo eliminaram 80% dos postos de trabalho em inspeção de qualidade da fábrica da empresa *General Motors*, em São José dos Campos, e 50% na fábrica da empresa *Scania*, em São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo (Cardoso, 2000: 29; 36).

Entre 1989 e 1995, a indústria perdeu espaço como empregadora na Região Metropolitana de São Paulo. Os setores de comércio e serviços cresceram, mas os trabalhadores demitidos das empresas industriais apresentavam dificuldades para reinserir-se na divisão do trabalho. O desemprego metropolitano paulista foi industrial, decorrente da perda de postos nesse setor.

Analisando trajetórias ocupacionais de trabalhadores com vínculo empregatício no setor de material de transportes entre 1989-1995, o sociólogo brasileiro Adalberto Moreira Cardoso identificou que 30% dos trabalhadores que possuíam vínculos formais de trabalho permaneceu no setor de materiais de transportes, onde se destacam as empresas automobilísticas montadoras. No mesmo período, 47% dos trabalhadores egressos desse setor eram desempregados ou trabalhadores informais. Um núcleo duro de trabalhadores, melhor remunerados, com destaque para os metalúrgicos, permaneceu vinculado à divisão do trabalho social por meio de contratos por tempo indeterminado, ao passo que cresceu o quantitativo de trabalhadores desempregados ou precarizados (ibid.: 67, 69, 71).

A indústria petroquímica brasileira internalizou a gestão toyotista do trabalho como estratégia competitiva. Os trabalhadores petroquímicos possuíam índices de estabilidade, escolaridade, renda e benefícios superiores à média nacional. Atuavam em um ambiente técnico e organizacional complexo, internalizavam funções de supervisão e controle em processos automatizados de transformação.

Na década 1990, a introdução de tecnologias informatizadas avançadas e processos de otimização de procedimentos resultou na manutenção de um núcleo duro e na redução do quantitativo de assalariados necessários para a ampliação da produção. Os pólos petroquímicos mais dinâmicos, sediados nos Estados da Bahia e São Paulo, tenderam à informatização, recrutamento de um núcleo duro de assalariados, redução de postos e à terceirização de força de trabalho (Guimarães, 2005: 286-288).

Pesquisando trajetórias ocupacionais de trabalhadores desempregados egressos das empresas petroquímicas baianas entre 1989-1997, a socióloga brasileira Nadya Guimarães detectou tendência de crescimento do desemprego e da informalidade. 10% dos trabalhadores egressos voltava a desenvolver vínculos formais no setor petroquímico, 40% acessava vínculos formais em outros setores econômicos e 40% tornava-se desempregado ou informal. Um núcleo duro de trabalhadores permaneceu vinculado por meio do assalariamento formal. Os demais trabalhadores transferiram-se para outros setores ou à precarização, por meio do desemprego ou informalidade (ibid.: 293-294).

Assim como nas sociedades européias contemporâneas, a internalização da gestão toyotista do trabalho nos setores mais dinâmicos da economia brasileira resultou na recuperação das taxas de lucratividade do empresariado urbano, na preservação de um núcleo

de trabalhadores assalariados e na precarização da integração de trabalhadores antes assalariados e então desempregados ou informais. O empresariado moderno buscou recuperar suas posições no campo econômico por meio da pactuação de estabilidade e maiores benefícios para um núcleo duro dos assalariados brasileiros. Os trabalhadores que desempenhavam funções redundantes ou menos necessárias tornaram-se desempregados, terceirizados ou informais. A integração de parcela dos assalariados formais à divisão do trabalho social foi precarizada.

Do ponto de vista do campo social, o movimento contemporâneo de reestruturação da divisão do trabalho social europeia e brasileira possuiu especificidades. O pacto fordista caracterizou o acordo de classes que estabilizou as sociedades europeias no segundo pós-guerra do século XX. A sociedade brasileira descrevia no mesmo período uma divisão do trabalho social subdesenvolvida.

O proletariado moderno conquistou direitos sociais após dois séculos de conflitos com o empresariado urbano. O desenvolvimento e universalização de sistemas de cidadania social no século XX possuíram o objetivo de prover iguais oportunidades de integração aos diferentes indivíduos e coletivos, viabilizando possibilidades de maior acesso dos assalariados aos bens produzidos pela sociedade nacional. Na segunda metade do século XX, a maior parte dos trabalhadores europeus integrava-se à divisão do trabalho social por meio de contratos por tempo indeterminado.

A quebra do pacto fordista resultou em uma reestruturação do campo social europeu. Com a crise de competitividade industrial, os financistas urbanos fortaleceram sua posição, ao passo que o empresariado industrial enfraqueceu-se. A recomposição das posições empresariais foi

conquistada por meio da precarização de parcela dos trabalhadores assalariados. A gestão toyotista do trabalho possibilitou a preservação de um núcleo duro de trabalhadores assalariados, dotados de maiores direitos e benefícios. A informatização e a terceirização possibilitaram eficiência econômica e redução de postos de trabalho, gerando trabalhadores contratados por tempo determinado ou parcial e desempregados.

Em resposta à intensificação da competição internacional, o acordo de classes das sociedades européias foi rompido. O empresariado financeiro fortaleceu sua posição no campo, ao passo que o empresariado industrial e os assalariados enfraqueceram-se. A regeneração do acordo de classes europeu assumiu a forma da reestruturação do trabalho.

A eficiência da gestão toyotista do trabalho permitiu ao empresariado industrial recuperar posições. Por meio do recrutamento de um núcleo duro de trabalhadores assalariados e da eliminação de funções redundantes ou menos necessárias, as empresas industriais recuperaram ganhos e competitividade internacional.

O acordo de classes que estabilizou as sociedades européias contemporâneas consistiu no fortalecimento do empresariado financista, na recuperação de posições do empresariado industrial, na preservação de um núcleo minoritário de assalariados com maiores direitos e benefícios e na ampliação dos trabalhadores precarizados e desempregados. Os custos socioeconômicos da regeneração da divisão do trabalho social européia contemporânea foram repassados aos trabalhadores excluídos do núcleo duro de assalariados. A reestruturação do trabalho fez um processo de redução do assalariamento e expansão da precarização.

O trabalho moderno desenvolveu-se de modo distinto no Brasil. A inserção econômica brasileira internacional organizava-se sob a lógica da associação externa subordinada. O

dinamismo interno dependia do vigor dos centros econômicos norte-americano e europeu. A partir das primeiras três décadas do século XX, o desenvolvimento do empresariado urbano foi conquistado por meio da seleção de um núcleo duro de assalariados e pela precarização dos trabalhadores desempregados e informais.

Com vistas a fortalecer suas posições no campo social, o empresariado urbano brasileiro reteve um núcleo duro de trabalhadores assalariados, em meio a um quantitativo majoritário de trabalhadores desempregados e informais. A modernidade nacional desenvolveu-se baseada no protagonismo do empresariado urbano, compartilhado com o empresário agroexportador e, em menor escala, com parcela dos trabalhadores liberais e assalariados urbanos, ao custo da integração precarizada dos trabalhadores informais, desempregados e rurais.

Nos últimos decênios do século XX, a gestão toyotista do trabalho foi internalizada pelos setores industriais dinâmicos, provocando mudanças estruturais na divisão do trabalho social brasileira. De modo geral, a reestruturação do trabalho aproximou a estrutura do trabalho europeia à estrutura subdesenvolvida brasileira. Desde os anos 1930, os trabalhadores brasileiros que se beneficiaram do fortalecimento do empresariado urbano conformavam um núcleo duro de assalariados. O subdesenvolvimento da divisão do trabalho social brasileira consistia na clivagem entre um universo restrito de trabalhadores assalariados ou autônomos integrados aos setores dinâmicos da economia e um conjunto majoritário de trabalhadores precarizados.

Os direitos sociais conquistados pelos assalariados urbanos não eram compartilhados pelos trabalhadores desempregados, informais e rurais. O trabalho brasileiro dividia-se entre segmentos ocupacionais regulamentados e não-regulamentados. Os indivíduos e coletivos que

desempenhavam ocupações regulamentadas possuíam direitos e benefícios superiores ao da parcela majoritária de trabalhadores, caracterizada por ocupações não-regulamentadas.

Desse modo, a reestruturação do trabalho experimentada pelas sociedades européias contemporâneas conduziu sua divisão do trabalho a um desenho análogo à estrutura brasileira. Nos anos 1950-1970, os trabalhadores assalariados europeus dispuseram de uma situação de pleno emprego. Nas sociedades individualistas contemporâneas, o capital financeiro fortaleceu-se e o empresariado industrial recompôs suas posições por meio da preservação de um núcleo de trabalhadores assalariados e do desemprego ou precarização dos demais.

A moderna divisão do trabalho social brasileira foi *fundada* sobre essa estrutura geral de posições. Os industriais urbanos e agroexportadores ocupavam as posições mais fortes, integrando um núcleo de trabalhadores assalariados e liberais e precarizando o contingente majoritário de trabalhadores desempregados, informais e rurais.

A reestruturação contemporânea do trabalho na sociedade brasileira implicou o fortalecimento do capital financeiro, a recuperação do empresariado industrial e a redução do núcleo duro de trabalhadores integrados aos setores econômicos dinâmicos. Nos anos 1980-1999, parcela majoritária dos trabalhadores egressos do setor industrial tornou-se desempregada ou informal. Nas sociedades européias contemporâneas, o contrato de trabalho por tempo indeterminado deixou de ser hegemônico. No Brasil, o vínculo assalariado não era hegemônico e tornou-se mais limitado.

A redução no núcleo duro de trabalhadores assalariados sinaliza mudanças no acordo de classes que fundou a moderna sociedade brasileira. A fim de mensurar a extensão dessas mudanças, faz-se necessário voltar o olhar para setores menos dinâmicos da economia

brasileira contemporânea, como a construção civil, nos quais predominam os trabalhadores excluídos do acordo de classes que fundou a moderna sociedade brasileira. A análise do campo ocupacional da construção civil pode contribuir para identificar movimentos tendenciais da reestruturação contemporânea do trabalho no Brasil (Cf. Anexo B: “Classificação Brasileira de Ocupações – CBO 2000”).

As Primeiras Cinco Décadas do Projeto-Síntese Brasília: mudança conservadora no moderno vínculo social brasileiro

A Era JK contribuiu para o desenvolvimento da indústria da construção civil brasileira. O investimento necessário para superar as deficiências da infraestrutura física gerou oportunidades de ganho para o empresariado. O advento da construção de Brasília contribuiu para o dinamismo desse setor nos anos 1950-1960 (SESI, 1991: 19-20).

Um dos motores do desenvolvimento econômico nacional era a abertura para o investimento externo. As empresas multinacionais dominavam os setores econômicos mais dinâmicos, como a indústria automobilística. A construção civil organizou-se de outro modo, caracterizando-se pela predominância do capital nacional. O mercado gerado pelos investimentos do Plano de Metas do Governo JK possibilitou a consolidação de empresas nacionais no subsetor de construção pesada. Entre 1950-1970, as grandes construtoras cresceram e desenvolveram-se tecnologicamente, dominando o mercado da construção civil no Brasil (ibid.: 20-21).

Os investimentos no setor da construção civil desaceleraram-se na crise econômica brasileira dos anos 1980-1990. As medidas governamentais para estabilizar a economia nacional basearam-se na elevação das taxas de juros e na contração nos investimentos

públicos, conforme acordo com o Fundo Monetário Internacional – FMI. Nesse contexto, as empresas passaram a investir no mercado financeiro. A atividade financeira tornou-se mais rentável que a atividade manufatureira.

Nas duas últimas décadas do século XX, a indústria da construção civil foi impactada pela queda nos investimentos públicos e privados. Quando a economia expandia-se a taxas positivas, a renda nacional crescia, em decorrência da maior absorção de trabalhadores assalariados formais. Esse movimento implicava a elevação dos investimentos voltados para a construção. Com o maior assalariamento, crescia a captação de recursos pelo Sistema Financeiro Habitacional. O maior número de depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (maior fundo público de investimento habitacional brasileiro na época), de cadernetas de poupança e investimentos públicos ampliavam a oferta de recursos, beneficiando os subsetores de edificações residenciais e da construção pesada.

Nos períodos recessivos ocorria o efeito oposto. Nos anos 1990, a economia nacional experimentava baixas taxas de crescimento, gastos públicos comprimidos e recursos limitados para habitação. A queda na demanda resultou na contração da indústria da construção, em particular o segmento de edificações. Os baixos investimentos públicos afetaram em particular as empresas de construção pesada. A indústria da construção civil brasileira retraiu-se nesse período (ibid.: 27-29).

Na última década do século XX, os trabalhadores da construção civil brasileira dividiam-se entre um núcleo duro assalariado e uma gama ampla de precarizados. Essa estrutura não era recente. Conforme a socióloga brasileira Nair Bicalho de Sousa, a gestão do trabalho no setor da construção caracterizou-se historicamente pelo recrutamento de um

núcleo duro de trabalhadores qualificados e pela subcontratação do conjunto majoritário da força de trabalho (Sousa, 1994: 103).

Em fins dos anos 1980, os trabalhadores da construção civil dividiam-se em três categorias básicas: operacionais, especializados e qualificados. Os trabalhadores operacionais desempenhavam ocupações de servente e ajudante, compondo 32% da força de trabalho. Os trabalhadores especializados era pedreiros, carpinteiros, armadores, eletricitas, bombeiros encanadores, pintores, tratoristas, motoristas e soldadores, totalizando cerca de 43% da mão-de-obra. Os trabalhadores qualificados eram engenheiros, mestres-de-obras e encarregados, que conformavam 7% da força de trabalho⁶ (SESI, 1991: 129).

O segmento de ocupações regulamentadas abrangia 0,3% da força de trabalho da indústria da construção. Os engenheiros representavam essa categoria de trabalhadores. A ocupação de engenheiro civil pertencia à família profissional de engenheiros civis e afins, que também abrangia as ocupações de engenheiro civil de aeroportos, engenheiro civil de edificações, engenheiro civil de estruturas metálicas, engenheiro civil de ferrovias e metrovias, engenheiro civil – geotecnia, engenheiro civil – hidrologia, engenheiro civil – hidráulica, engenheiro civil de pontes e viadutos, engenheiro civil de portos e vias navegáveis, engenheiro civil de rodovias, engenheiro civil de saneamento, engenheiro civil de túneis e engenheiro civil de transportes e trânsito (MTE, 2002: Verbete “Engenheiros Civis e afins”)⁷.

A engenharia civil era uma ocupação regulamentada, cujo exercício profissional requeria formação universitária em Engenharia Civil e registro em Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura. O engenheiro civil desempenhava atividades de considerável complexidade

⁶ As categorias “Outros” (17,3%) e “Branco e Inválidos” (0,05%) totalizam a soma.

técnica, ocupando no campo posições de comando, especialmente planejamento, gestão e gerenciamento.

As principais atividades desses trabalhadores eram o planejamento e gerenciamento de projetos. Os engenheiros desenvolviam, executavam, orçavam e contratavam obras, coordenavam equipes, controle de suprimentos e serviços, elaborando normas e documentação técnica. Esses profissionais podiam atuar como assalariados, consultores ou empreendedores. No campo da construção, o engenheiro tendia a ocupar posições superiores, com um leque amplo de possibilidades de inserção e mobilidade ocupacional.

As ocupações não-regulamentadas englobavam 82% dos trabalhadores do setor. Dentre as ocupações não regulamentadas, destacavam-se os serventes, que compunham o maior coletivo ocupacional (21,3%), seguidos pelos pedreiros (14,9%) e mestres-de-obras/encarregados (7%).

A ocupação de servente de obras pertencia à família profissional de ajudantes de obras civis, que abrangia também as ocupações de demolidor de edificações, operador de martetele, poceiro de edificações e vibradorista. As funções desempenhadas por esses trabalhadores eram de pouca complexidade, sobremaneira braçais, com baixa remuneração. As condições de trabalho eram extenuantes, “permanecendo em posições desconfortáveis durante longos períodos e trabalhando sob pressão, o que pode levá-los à situação de estresse, ficando expostos à poeira e à radiação solar”. Suas principais atividades consistiam na demolição de edificações, limpeza e preparação de canteiros de obras, limpeza e reparação simples de

⁷ Cf. Anexo C. “CBO 2000: Descrição do Perfil Profissional de Engenheiros Civis”.

máquinas e ferramentas, escavações e preparação de concreto (ibid.: Verbetes “Servente de obras”)⁸.

Tratava-se de uma ocupação não regulamentada, com escolaridade tendente ao ensino fundamental incompleto. Esses trabalhadores desenvolviam seu saber laboral por meio da experiência de trabalho ou programas de formação profissional. Em virtude de sua característica pouco complexa e braçal, a ocupação de servente de obras tendia ser a primeira forma de acesso ao campo ocupacional da construção civil. Em 1988, 48% dos trabalhadores que se iniciaram profissionalmente como ajudante de pedreiro evoluíram para ocupações especializadas, como pedreiro, carpinteiro e eletricitista. Por intermédio de processos formais ou informais de aprendizagem, progrediam para ocupações de complexidade crescente no canteiro de obras (SESI: 1991, 130).

A ocupação de pedreiro pertencia à família profissional de trabalhadores de estruturas de alvenaria, abrangendo também as ocupações de calceteiro, pedreiro de chaminés industriais, pedreiro de saneamento, pedreiro de material refratário, pedreiro de mineração e pedreiro de edificações. Suas principais atividades consistiam na organização e preparação do local de trabalho, construção de fundações e estruturas de alvenaria e aplicação de revestimentos e contrapisos (MTE, 2002: Verbetes “Trabalhadores de Estruturas de Alvenaria”)⁹.

Atuam nos setores da construção e de serviços, em empresas industriais, comerciais ou prestando serviços por conta própria. Formado por meio da experiência de trabalho ou por

⁸ Cf. Anexo D. “CBO 2000: Descrição do Perfil Profissional de Serventes de Pedreiro”.

⁹ Cf. Anexo E. “CBO 2000: Descrição do Perfil Profissional de Trabalhadores de Estruturas de Alvenaria (Pedreiros)”.

programas de formação profissional, o pedreiro era hierarquicamente subordinado à ocupação de mestre-de-obras e às ocupações com escolaridade de nível superior.

Desempenhando ocupações não regulamentadas, os pedreiros eram profissionais especializados em conjuntos específicos do processo produtivo. Essa característica doava possibilidades de mobilidade, atuando como assalariados ou por conta própria. Tratava-se de ocupação não regulamentada, com escolaridade tendente ao ensino fundamental. Os trabalhadores dessa ocupação ocupavam posições intermediárias no campo ocupacional da construção civil, subordinadas no canteiro de obras ou por conta própria, por meio de trabalho autônomo.

A ocupação de mestre-de-obras da construção civil pertencia à família profissional de supervisores da construção civil, englobando também as ocupações de mestre de linhas de ferrovias, inspetor de terraplenagem, supervisor de usina de concreto e fiscal de pátio de usina de concreto (ibid.: Verbete “Mestre de Obras”)¹⁰. A escolaridade do mestre de obras variava entre o ensino fundamental e o ensino médio. Suas atividades consistiam na supervisão de equipes de trabalhadores em usinas de concreto, canteiros de obras civis e ferrovias, elaboração de documentação técnica, gestão dos recursos materiais e humanos, controle de qualidade, inspeção da qualidade e segurança e administração do cronograma da obra.

Os mestres de obras desempenhavam função hierarquicamente superior no campo da construção civil, subordinando-se apenas às ocupações regulamentadas, como os engenheiros. O mestre-de-obras era um trabalhador qualificado, que dominava o conjunto do processo produtivo. Seu saber laboral desenvolvia-se por meio da experiência prática de trabalho ou por

¹⁰ Cf. Anexo F. “CBO 2000: Descrição do Perfil Profissional de Mestres de Obras”.

programas de educação profissional de nível técnico. No campo ocupacional da construção, essa ocupação não regulamentada sinalizava para processos de mobilidade ocupacional. Operários ocupando posições hierárquicas inferiores no campo, como serventes de obras, podiam ascender a esse posto de trabalho, na medida em que desenvolvessem experiência e domínio técnico-organizacional.

Em fins dos anos 1980, o trabalho na indústria da construção era realizado por um núcleo duro de assalariados qualificados, um estrato intermediário de trabalhadores especializados e um leque maior de trabalhadores pouco qualificados. Os engenheiros e mestres-de-obras ocupavam o núcleo duro, os pedreiros inseriam-se no estrato intermediário e os serventes conformavam o substrato inferior.

O núcleo duro era desempenhado por um segmento minoritário de trabalhadores de ocupações regulamentadas e um conjunto mais amplo de trabalhadores qualificados vinculados a ocupações não regulamentadas. Os engenheiros e mestres de obras compunham esse setor do campo, desempenhando funções de maior complexidade e qualificação. O conjunto majoritário constituía-se em sua totalidade por ocupações não regulamentadas, a exemplo de pedreiros e serventes, realizando funções de menor complexidade, especializadas ou operacionais.

Na década 1990 e princípios do século XXI, a indústria da construção civil retraiu-se, acompanhando a conjuntura econômica nacional. O empresariado industrial do setor experimentou enfraquecimento em suas posições. Engenheiros e mestres de obras descreveram tendência semelhante. Por sua vez, pedreiros e serventes desenharam trajetórias

de fortalecimento de suas posições na divisão do trabalho social brasileira (Cf. Anexo G: “Trajetórias Ocupacionais: Categorias Operacionais de Análise”).

Nos anos 1990, os engenheiros descreviam coletivos com escolaridade de nível superior e estável. Sua renda média era da ordem de R\$4 mil e evoluía positivamente. Suas taxas de sindicalização variaram entre 33%-84%, em trajetória de queda. Os serventes brasilienses ocupados eram trabalhadores com escolaridade fundamental incompleta, que demonstrou crescimento no período. Sua renda média era da ordem de R\$0,3 mil, com tendência de crescimento. Esses trabalhadores possuíam taxas de sindicalização girando entre 4%-12%, com tendência de queda (Cf. Anexo H: “Serventes, Pedreiros, Mestres de Obras e Engenheiros Brasilienses Ocupados: evolução das variáveis escolaridade, rendimento médio real e taxa de sindicalização – 1992/2003”).

Na década 1990, os pedreiros brasilienses ocupados eram trabalhadores com escolaridade fundamental incompleta, apresentando crescimento no período. Sua renda média era de R\$0,6 mil, com tendência de leve crescimento. A sindicalização desses trabalhadores retraiu-se, girando em torno de 2%-12%, com tendência de queda. Os mestres de obras eram trabalhadores cuja escolaridade oscilava entre o ensino fundamental incompleto e o ensino médio incompleto. Sua escolaridade cresceu no período, descrevendo tendência de estabilidade. Esses trabalhadores possuíam renda média de R\$0,9 mil, que se elevou no período, apresentando tendência de crescimento. Seu nível de sindicalização girou entre 6%-60%, com tendência de queda.

As quatro ocupações selecionadas possibilitam uma caracterização sintética da divisão do trabalho no campo da construção civil brasiliense no final do século XX. Dividia-se entre

um reduzido núcleo duro de assalariados qualificados e um conjunto majoritário de trabalhadores desempenhando funções especializadas ou operacionais. Os engenheiros ocupavam posições superiores, atuando como empreendedores, assalariados ou consultores. Os mestres-de-obras eram trabalhadores qualificados que ocupavam posições de comando no campo, coordenando o trabalho realizado no canteiro de obras. Os pedreiros ocupavam posições intermediárias, executando atividades especializadas. Os serventes de pedreiro situavam-se nas posições inferiores, desempenhando funções pouco complexas de apoio aos trabalhadores especializados.

Os engenheiros apresentavam níveis superiores de escolaridade, renda e sindicalização. Os mestres de obras descreviam níveis intermediários de escolaridade, renda e associação sindical. Os pedreiros apresentavam nível inferior de escolaridade, intermediário-inferior de renda e inferior de sindicalização. Os serventes, por sua vez, possuíam níveis inferiores de escolaridade e renda e intermediário-inferior de sindicalização.

O cálculo do capital ocupacional desses coletivos fornece elementos para a análise da estrutura do campo da construção civil. A mensuração dos níveis respectivos de capital ocupacional indicou a posição de engenheiros civis, mestres-de-obra, pedreiros e serventes brasileiros ocupados, possibilitando reconstruir, do ponto de vista do campo, suas trajetórias de integração à divisão do trabalho social brasileiro.

O conceito operacional de capital ocupacional pode ser definido como o somatório de capital cultural, monetário e social mobilizado pelo indivíduo ou coletivo para ocupar posições na divisão do trabalho social. Para fins da pesquisa, o capital cultural é definido como escolaridade média, o capital monetário como renda média real e o capital social como taxa de

sindicalização. Dividindo a escolaridade média, a renda e a taxa de associação sindical do coletivo ocupacional pelas respectivas variáveis da população economicamente ativa, foram gerados números que indicaram seus níveis relativos de capital cultural, monetário e social, conforme descrito nas Tabelas 1, 2 e 3:

Tabela 1. Capital cultural: evolução segundo coletivo ocupacional - 1992-2003 (unidade)

Coletivo	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003
ENG	2,8	2,8	2,6	2,3	2,5	2,4	2,4	2,1	2,2	2,1
MEST	0,5	1,5	0,8	0,5	1,4	0,8	0,6	1,0	0,7	0,6
PEDR	0,7	0,6	0,6	0,7	0,8	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7
SERV	0,6	0,6	0,5	0,5	0,6	0,7	0,7	0,6	0,6	0,4

Tabela 2. Capital Monetário: evolução segundo coletivo ocupacional - 1992-2003 (unidade)

Coletivo	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003
ENG	9,0	9,0	7,6	4,6	6,6	9,1	5,9	6,5	7,0	9,4
MEST	1,4	1,9	1,7	1,8	2,2	1,5	1,5	2,1	0,9	1,0
PEDR	0,9	0,8	1,2	1,1	0,7	2,7	0,8	0,8	0,7	0,6
SERV	0,5	0,5	0,5	0,4	0,5	0,4	0,4	0,5	0,6	0,5

Tabela 3. Capital Social: evolução segundo coletivo ocupacional - 1992/2003 (unidade)

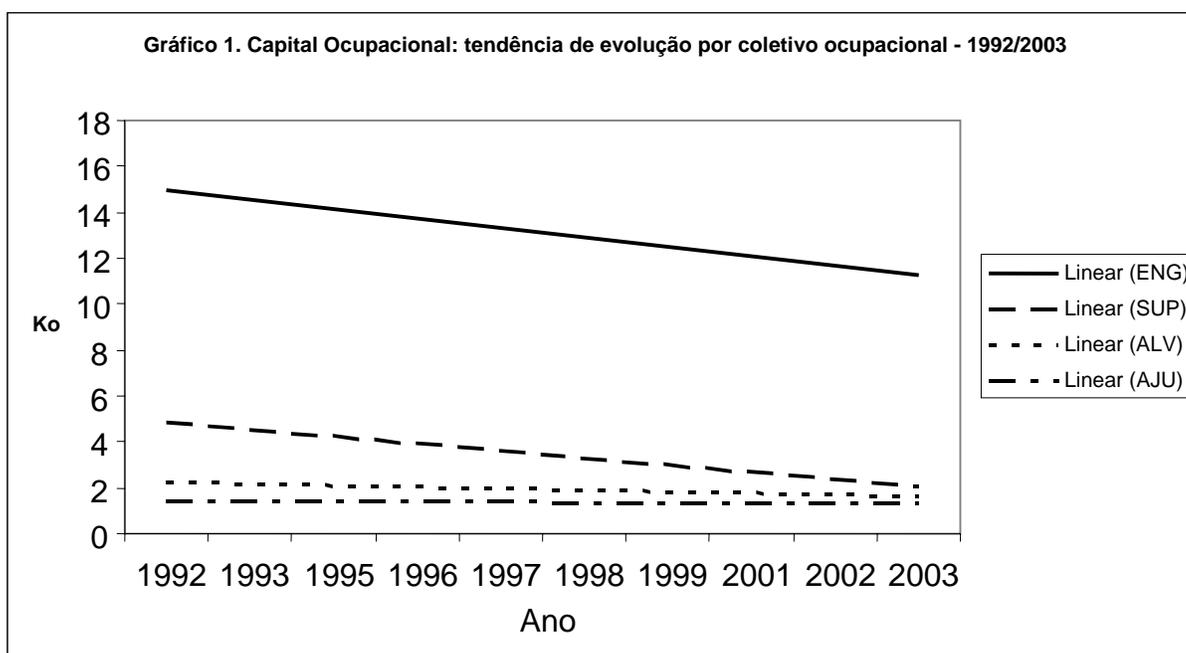
Coletivo	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003
ENG	4,9	4,1	4,0	4,7	2,2	2,1	2,8	2,0	2,4	2,8
MEST	3,5	0,7	0,4	2,9	-	1,0	0,5	1,5	-	0,6
PEDR	0,5	0,7	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2	-	0,2	0,1
SERV	0,2	0,4	0,4	0,2	0,2	0,2	0,3	0,4	-	0,2

A soma dos níveis respectivos de capitais cultural, monetário e social de cada coletivo permitiu obter o capital ocupacional acumulado por serventes, pedreiros, mestres de obras e engenheiros brasileiros ocupados entre 1992-2003, conforme Tabela 4:

Tabela 4. Capital Ocupacional: evolução por coletivo - 1992/2003 (unidade)

Coletivo	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003
ENG	16,7	15,8	14,2	11,7	11,3	13,6	11,1	10,6	11,6	14,4
MEST	5,4	4,1	2,9	5,2	3,6	2,9	2,9	4,6	1,5	1,6
PEDR	2,1	2,2	2,0	1,9	1,7	3,4	1,7	1,5	1,7	1,5
SERV	1,2	1,7	1,3	1,2	1,4	1,4	1,5	1,6	1,2	1,2

O engenheiro brasileiro ocupado possuía 16,7C em 1992. Em 2003, atingiu 14,4C, o que representou recuo de 14%. No curto-médio prazo, esse coletivo ocupacional apresentou ciclos de queda sustentada (1992-1997), crescimento não-sustentado (1997-1998), queda sustentada (1998-2001) e crescimento sustentado (2001-2003) (Tabela 4) que, no longo prazo, consolidaram tendência de queda em seu nível de capital ocupacional (Gráfico 1).



O capital ocupacional dos mestre-de-obras brasileiro ocupados era 5,4C em 1992. Em 2003, alcançou 1,6C, recuando 70%. No curto-médio prazo, esse coletivo ocupacional alternou ciclos de queda sustentada (1992-1995), crescimento não sustentado (1995-1996), queda sustentada (1996-1998), estabilidade (1998-1999), crescimento não sustentado (1999-2001) e vôo de galinha descendente (2001-2003) (Tabela 4) que, no longo prazo, consolidaram tendência de queda em seu nível de capital ocupacional (Gráfico 1).

O capital ocupacional do pedreiro brasileiro ocupado era 2,1C em 1992. Em 2003, alcançou 1,5C em 2003, o que representou recuo de 29%. No curto-médio prazo, esse coletivo ocupacional apresentou ciclos de crescimento não-sustentado (1992-1993), queda sustentada (1993-1997), crescimento não sustentado (1997-1998), queda sustentada (1998-2001) e vôo de galinha neutro (2001-2003) (Tabela 4) que, no longo prazo, consolidaram tendência de queda em seu nível de capital ocupacional (Gráfico 1).

O capital ocupacional do servente brasileiro ocupado era 1,2C em 1992, atingiu o mesmo nível em 2003. No curto-médio prazo, esse coletivo ocupacional apresentou ciclos de crescimento não-sustentado (1992-1993), queda sustentada (1993-1996), crescimento não-sustentado (1996-1997), estabilidade (1997-1998), crescimento sustentado (1998-2001), queda não sustentada (2001-2002) e estabilidade (2002-2003) (Tabela 4) que, no longo prazo, consolidaram tendência de estabilidade em seu nível de capital ocupacional (Gráfico 1).

O capital ocupacional do engenheiro variou de 16,7C para 14,4C, descrevendo queda de 14% e tendência de diminuição. O estoque do mestre de obras passou de 5,4C para 1,6C, recuando 70% no período, com tendência de retração. O capital ocupacional dos pedreiros diminuiu de 2,1C para 1,5C, diminuindo 29% e com tendência de queda. Os estoques dos serventes permaneceram em 1,2C, apresentando tendência de estabilidade.

Nos anos 1990, engenheiros, mestres de obras e pedreiros perderam capital ocupacional, ao passo que serventes preservaram seus níveis relativos de acumulação. O capital ocupacional do núcleo duro de assalariados e de parcela de sua periferia encolheu, descrevendo tendência de maior redução. Em sentido inverso desenvolveu-se a integração dos assalariados do estrato inferior, com evolução estável.

O núcleo duro de assalariados qualificados compunha-se de engenheiros e mestres de obras, que formavam o setor dinâmico da força de trabalho da construção civil brasiliense, ocupando as posições superiores do campo. Sua periferia era ocupada por pedreiros e serventes. Esses profissionais constituíam o contingente majoritário de trabalhadores do setor, desempenhando funções especializadas e operacionais, situadas nas posições inferiores do campo.

Essa estrutura segmentada perdurou ao longo do período. Os engenheiros e mestres de obras permaneceram no núcleo duro da força de trabalho e nas posições superiores do campo. Do mesmo modo, pedreiros e serventes ocuparam ininterruptamente a periferia do núcleo e as posições inferiores do campo. A estrutura de posições do campo da construção civil permaneceu estável.

No interior do núcleo duro, os engenheiros ocuparam a posição superior ao longo de todo o período. Esses trabalhadores desempenhavam ocupações regulamentadas e possuíam níveis de capital ocupacional mais elevados que os demais trabalhadores. Os mestres de obras constituíam a parcela majoritária do núcleo duro. Nele permaneceram, ocupando a segunda posição na hierarquia do campo em todo o período. Esses trabalhadores desempenhavam ocupações qualificadas não regulamentadas. Seus níveis de capital ocupacional eram próximos aos da periferia do núcleo e distantes aos da ocupação regulamentada. Os pedreiros e serventes ocuparam a periferia do núcleo ao longo do intervalo. Esses coletivos trabalhavam em ocupações não regulamentadas, possuindo níveis menores de capital ocupacional, que lhes possibilitavam ocupar as posições inferiores do campo.

A distância entre as posições dos engenheiros e dos trabalhadores de ocupações não regulamentadas denotou concentração do acesso ao capital ocupacional. Sua distribuição privilegiou os coletivos de ocupações regulamentadas, com níveis superiores de acumulação. O capital ocupacional desenvolvido pelos mestres de obras era pouco superior ao de serventes e pedreiros, que desempenhavam funções de menor complexidade.

O grau de concentração evoluiu ao longo do tempo, com tendência de redução. A tendência do capital ocupacional do núcleo duro de trabalhadores foi declinante. Os engenheiros e mestres de obras brasilienses ocupados mantiveram nível de acumulação de capital ocupacional superior aos demais nos anos 1990. Não obstante, descreviam trajetória decrescente, denotando enfraquecimento relativo. Os trabalhadores mais qualificados possuíam estoques superiores de capital ocupacional, mas em queda.

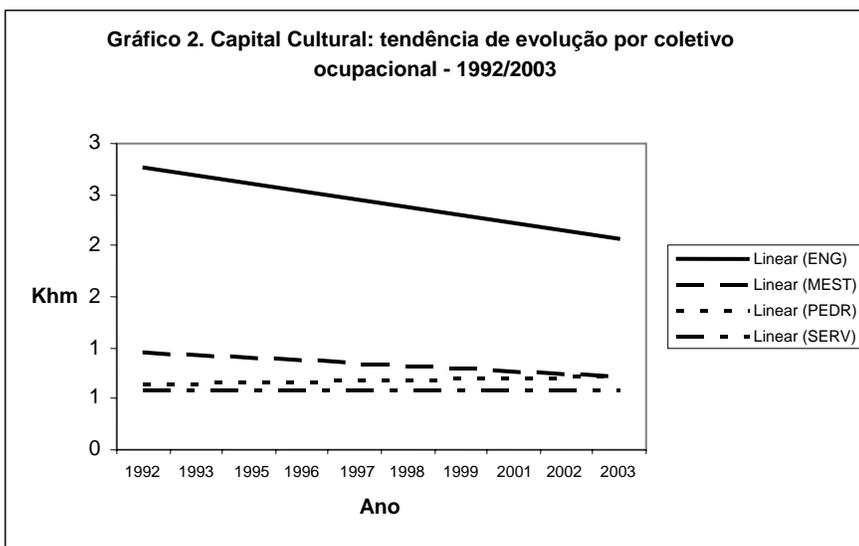
A tendência do capital ocupacional dos trabalhadores de ocupação não regulamentada especializados e operacionais foi distinta. Os pedreiros e serventes brasilienses ocupados mantiveram níveis de acumulação inferiores aos do núcleo duro de trabalhadores. Contudo, os pedreiros descreveram trajetória descendente, indicando enfraquecimento relativo. Os serventes preservaram seus estoques relativos de capital ocupacional, denotando fortalecimento relativo. Ao longo do tempo, a trajetória de serventes e pedreiros tendeu à indiferenciação, desenvolvendo níveis equivalentes de capital ocupacional. Não obstante, suas posições permaneceram inferiores às do núcleo duro.

Esse movimento de enfraquecimento relativo de engenheiros, mestres de obras e pedreiros e de fortalecimento relativo de serventes não implicou a fratura do campo. A estrutura do campo permaneceu estável, com o núcleo duro em posições superiores e

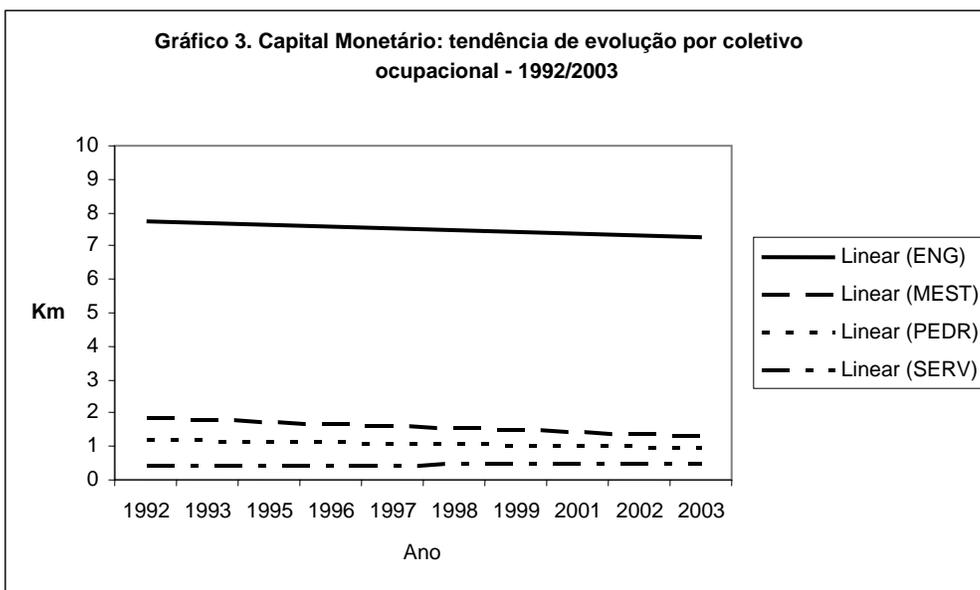
trabalhadores de ocupações não regulamentadas especializadas e operacionais em posições inferiores.

No entanto, o núcleo duro de trabalhadores assalariados e a parcela especializada de ocupações não regulamentadas perdeu capital ocupacional ao longo do tempo, descrevendo trajetória descendente de integração à divisão do trabalho na construção civil. A parcela majoritária da periferia do núcleo duro, composta por trabalhadores de ocupações não regulamentadas operacionais, reteve seus níveis de capital ocupacional, desenhando trajetória estabilizada de pertencimento ao campo. Entretanto, o maior dinamismo demonstrado pelos serventes foi insuficiente para conquistarem níveis maiores de acumulação de capital ocupacional e conduzi-los além das posições inferiores.

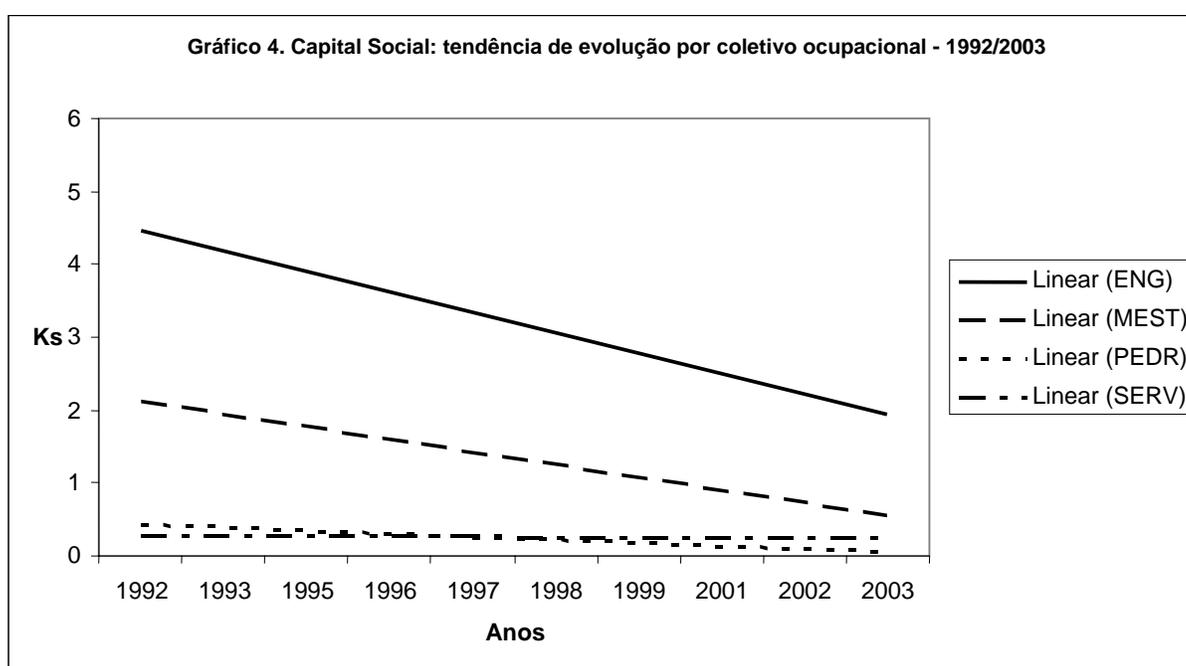
Os engenheiros possuíam níveis superiores de capital cultural, monetário e social. Não obstante, descreveram tendência de redução em todos eles. O capital cultural dos engenheiros brasileiros era 2,8Kc em 1992. Em 2003, atingiu 2,1Kc, recuando 25%. No curto-médio prazo, esse coletivo ocupacional alternou ciclos de estabilidade (1992-1993), queda sustentada (1993-1996), vôo de galinha ascendente (1996-1998), estabilidade (1998-1999) e vôo de galinha descendente (1999-2003) (Tabela 1), que, no longo prazo, consolidaram tendência de queda no nível de capital cultural dos engenheiros brasileiros ocupados (Gráfico 2).



Os engenheiros brasileiros possuíam capital monetário de 9,0Km em 1992. Em 2003, atingiram 9,4Km, o que representou crescimento de 4%. No curto-médio prazo, esse coletivo ocupacional apresentou ciclos de estabilidade (1992-1993), queda sustentada (1993-1996), crescimento sustentado (1996-1998), queda não-sustentada (1998-1999) e crescimento sustentado (1999-2003) (Tabela 2) que, no longo prazo, consolidaram tendência de queda no nível de capital monetário do coletivo de engenheiros brasileiros ocupados (Gráfico3).



O capital social dos engenheiros era 4,9Ks em 1992. Em 2003, alcançaram 2,8Ks, o que representou recuo de 43%. No curto-médio prazo, esse coletivo ocupacional apresentou ciclos de queda sustentada (1992-1995), crescimento não-sustentado (1995-1996), queda sustentada (1996-1998), vôo de galinha descendente (1998-2001) e crescimento sustentado (2001-2003) (Tabela 3) que, no longo prazo, consolidaram tendência de queda em seu nível de capital social (Gráfico 4).



Os mestres de obras possuíam capital cultural, monetário e social em patamares médio-superiores, descrevendo queda nessas três dimensões. O estoque médio de capital cultural dos mestres-de-obras brasileiros ocupados era 0,5Kc em 1992. Em 2003, atingiu 0,6Kc, com crescimento de 20%. No curto-médio prazo, esse coletivo ocupacional apresentou três ciclos de crescimento não-sustentado sucessivamente intercalados por três ciclos de queda (1992-1993 e 1993-1996; 1996-1997 e 1997-1999; e 1999-2001 e 2001-2003) (Tabela 1) que, no longo prazo, consolidaram tendência de queda em seu nível de capital cultural (Gráfico 2).

Esses trabalhadores possuíam capital monetário de 1,4Km em 1992. Em 2003, alcançaram 1,0Km, recuando 40%. No curto-médio prazo, esse coletivo ocupacional apresentou ciclos de vôo de galinha ascendente (1992-1995), crescimento sustentado (1995-1997), queda não-sustentada (1997-1998), estabilidade (1998-1999) e vôo de galinha descendente (1999-2003) (Tabela 2) que, no longo prazo, consolidaram tendência de queda no nível de capital monetário dos mestres-de-obras brasilienses ocupados (Gráfico 3).

Os mestres-de-obras brasilienses ocupados possuíam nível médio de formação de capital social de 3,5Ks em 1992. Em 2003, alcançaram 0,6Ks, o que representou recuo da ordem de 64%. No curto-médio prazo, esse coletivo ocupacional alternou ciclos de queda sustentada (1992-1995), crescimento não sustentado (1995-1996), queda sustentada (1996-1999) e vôo de galinha ascendente (1999-2003) (Tabela 3) que, no longo prazo, consolidaram tendência de queda em seu nível de capital social (Gráfico 4).

Os pedreiros possuíam níveis médio-inferiores de capital social, monetário e cultural, descrevendo crescimento na dimensão cultural e enfraquecimento nas dimensões monetária e social. O estoque médio de capital cultural dos pedreiros brasilienses ocupados era 0,7Kc em 1992. No ano 2003, atingia idêntico patamar ao registrado no início da série. No curto-médio prazo, esse coletivo ocupacional alternou ciclos de queda não-sustentada (1992-1993), estabilidade (1993-1995), crescimento sustentado (1995-1997), vôo de galinha descendente (1997-1999) e estabilidade (1999-2003) (Tabela 1) que, no longo prazo, consolidaram tendência de crescimento em seu nível médio de capital cultural (Gráfico 2).

O estoque médio de capital monetário dos pedreiros brasilienses ocupados era 0,9Km em 1992. Evoluiu para 0,6Km em 2003, recuando 50%. No curto-médio prazo, esse coletivo

ocupacional apresentou ciclos de vôo de galinha ascendente (1992-1995), queda sustentada (1995-1997), vôo de galinha ascendente (1997-1999), estabilidade (1999-2001) e queda sustentada (2001-2003) (Tabela 2) que, no longo prazo, consolidaram tendência de queda em seu nível de capital monetário (Gráfico 3).

Os pedreiros brasileiros ocupados possuíam nível médio de formação de capital social de 0,5Ks em 1992. Em 2003, alcançaram 0,1Ks, o que representou recuo de 80%. No curto-médio prazo, esse coletivo ocupacional apresentou ciclos de vôo de galinha descendente (1992-1995), estabilidade (1995-1996), vôo de galinha neutro (1996-1998), crescimento não sustentado (1998-1999), estabilidade (1999-2002) e queda não sustentada (2002-2003) (Tabela 3) que, no longo prazo, consolidaram tendência de queda no nível de capital social desse coletivo (Gráfico 4).

Os serventes possuíam níveis inferiores em todas as modalidades de capital, perfazendo crescimento nas dimensões cultural e monetária e estabilidade na dimensão social. O capital cultural dos serventes brasileiros ocupados evoluiu de 0,6Kc em 1992 para 0,4Kc em 2003, recuando 33%. No curto-médio prazo, esse coletivo ocupacional apresentou ciclos de estabilidade (1992-1993), queda não-sustentada (1993-1995), estabilidade (1995-1996), crescimento sustentado (1996-1998), estabilidade (1998-1999), queda não-sustentada (1999-2001), estabilidade (2001-2003) e queda não-sustentada (2002-2003) (Tabela 1) que, no longo prazo, consolidaram tendência de crescimento no nível de capital cultural do coletivo de serventes brasileiros ocupados (Gráfico 2).

Os serventes brasileiros ocupados possuíam capital monetário de 0,5Km em 1992. Em 2003, atingiram idêntico patamar. No curto-médio prazo, esse coletivo ocupacional apresentou

ciclos de estabilidade (1992-1995), vôo de galinha descendente (1995-1998), estabilidade (1998-1999), crescimento sustentado (1999-2002) e queda não-sustentada (2002-2003) (Tabela 2) que, no longo prazo, consolidaram tendência de crescimento no nível de capital monetário do coletivo de serventes brasilienses ocupados (Gráfico 3).

O capital social dos serventes brasilienses ocupados era 0,2Ks em 1992. Em 2003, atingiram patamar idêntico. Analisado no curto-médio prazo, esse coletivo ocupacional apresentou ciclos de crescimento não-sustentado (1992-1993), estabilidade (1993-1995), queda não-sustentada (1995-1996), estabilidade (1996-1998), crescimento sustentado (1998-2001) e queda não-sustentada (2001-2003) (Tabela 3) que, no longo prazo, consolidaram tendência de estabilização em seu nível de capital social (Gráfico 4).

Nos anos 1990, os engenheiros possuíam escolaridade superior estável, renda média de R\$4mil em crescimento e sindicalização entre 33%-84%, decrescente. Essa ocupação regulamentada fazia parte do núcleo duro da força de trabalho e ocupava posição superior do campo da construção civil brasileira. Do ponto de vista do campo, essas características traduziram-se em níveis superiores de capital cultural, monetário e social em queda. O encolhimento generalizado de suas modalidades de capital reduziu seus estoques de capital ocupacional, enfraquecendo suas posições no campo, ainda superiores.

Os mestres de obras possuíam escolaridade estabilizada entre o ensino fundamental incompleto e o ensino médio incompleto, renda média de R\$0,9mil em crescimento e sindicalização entre 6%-60%, em queda. Essa ocupação qualificada fazia parte do núcleo duro da força de trabalho e ocupava posição superior-intermediário na construção civil. Do ponto de vista do campo, sua evolução traduziu-se em estoques médio-superiores de capital cultural,

monetário e social em queda. O encolhimento das dimensões cultural e monetária foi acompanhado pela tendência à menor organização, reduzindo seus estoques de capital ocupacional e enfraquecendo suas posições no campo, tendentes à aproximação com os trabalhadores de ocupações não regulamentadas especializados e operacionais.

Os pedreiros possuíam escolaridade em nível fundamental incompleto, em crescimento, renda média de R\$0,6mil em crescimento e sindicalização entre 2%-12%, em queda. Essa ocupação especializada não-regulamentada compunha a periferia do núcleo duro e ocupava posições intermediário-inferiores na divisão do trabalho da construção civil. Do ponto de vista do campo, sua evolução traduziu-se em estoques médio-inferiores de capital cultural em crescimento, enquanto as dimensões monetária e social descreveram trajetória de queda. A ascensão de seu capital cultural não compensou a retração das dimensões monetária e social, redundando no encolhimento relativo de seus estoques de capital ocupacional e no enfraquecimento de suas posições no campo, que se aproximaram das posições inferiores dos serventes, trabalhadores de ocupações não regulamentadas operacionais.

Os serventes possuíam escolaridade em nível fundamental incompleto, em crescimento, renda média real de R\$0,3mil e sindicalização entre 4%-12%, em queda. Essa ocupação operacional não-regulamentada compunha o maior quantitativo de trabalhadores da periferia do núcleo duro e ocupava posições inferiores na construção civil. Do ponto de vista do campo, suas características traduziram-se em níveis inferiores de capital cultural, monetário e social com tendência de fortalecimento relativo. A expansão comparada de seus capitais aumentou seus estoques de capital ocupacional, fortalecendo suas posições no campo, que se

aproximaram das posições médio-inferiores dos pedreiros, parcela especializada da periferia do núcleo duro.

A reconstrução das posições ocupadas na construção civil brasileira ao longo de onze anos identificou as trajetórias de pedreiros, serventes, engenheiros e mestres de obras ocupados. Analisar sua estrutura e evolução tornou possível inferir acerca dos efeitos da reestruturação contemporânea do trabalho para os trabalhadores precarizados brasileiros.

Nos anos 1990, a indústria da construção retraiu-se, acompanhando a conjuntura econômica. A limitada disponibilidade de investimentos e demanda gerou o enfraquecimento das empresas de construção civil. A retração da indústria da construção implicou mudanças na estrutura do trabalho no setor. Sua estrutura segmentada entre um núcleo duro de trabalhadores assalariados e uma periferia de trabalhadores precarizados foi preservada. O trabalho era dividido entre um núcleo minoritário de trabalhadores qualificados e um conjunto majoritário de trabalhadores especializados e operacionais.

Verificou-se tendência de enfraquecimento relativo do núcleo duro e de fortalecimento comparado dos trabalhadores precarizados situados nas posições inferiores. Os engenheiros e mestres de obras desenharam trajetória de retração em seu capital ocupacional. Não obstante, mantiveram-se em posições superiores, com níveis maiores de acumulação de capital ocupacional. A periferia do núcleo duro apresentou tendências distintas, com serventes descrevendo trajetórias ascendentes e pedreiros, trajetórias descendentes. O maior dinamismo do coletivo de serventes possibilitou sua aproximação às posições dos pedreiros. Entretanto, foram insuficientes para conduzi-los das posições inferiores. Ao longo do tempo, os níveis de

capital ocupacional de mestres de obras, pedreiros e serventes tenderam à indiferenciação, situando as ocupações não regulamentadas em posições equivalentes.

Desse modo, a reestruturação do trabalho na construção civil brasileira nos anos 1990 consistiu no encolhimento do núcleo duro de trabalhadores assalariados e na ampliação da periferia de trabalhadores precarizados. Os mestres de obras tenderam a ser expulsos do núcleo duro, aproximando-se dos demais trabalhadores de ocupações não regulamentadas. O núcleo duro tendeu a reduzir-se às ocupações regulamentadas de engenheiros, que preservaram posições superiores, ainda que decadentes.

A periferia do núcleo duro demonstrou desenvolvimento limitado. O retraimento dos estoques de capital ocupacional de pedreiros aproximou-os das posições dos serventes, indicando enfraquecimento. A elevação dos níveis de capital ocupacional de serventes proporcionou-lhes trajetória ascendente de integração, conquistando posições equivalentes às dos mestres de obras e pedreiros. Esses trabalhadores aumentaram seu acesso relativo à escolaridade e renda e estabilizaram seus níveis de organização, repercutindo no crescimento comparativo de seus estoques inferiores de capital cultural, monetário e social.

Nas sociedades européias contemporâneas, a reestruturação contemporânea do trabalho consistiu no fim do pleno emprego. Um núcleo duro de trabalhadores permaneceu vinculado ao assalariamento. Um contingente crescente de trabalhadores foi precarizado, por meio de contratos de trabalho por tempo determinado ou pelo desemprego.

Esse padrão processou-se de modo diferenciado na divisão do trabalho social brasileira. A sociedade brasileira nunca experimentou uma situação de pleno emprego. Desde os anos 1930, o trabalho brasileiro dividia-se em um núcleo de assalariados com maiores direitos e

benefícios e um contingente amplo de trabalhadores precarizados. As indústrias mais dinâmicas, como a automobilística e a petroquímica, possuíam um núcleo duro mais abrangente que o de indústrias menos dinâmicas, como a construção civil. Não obstante, a clivagem núcleo/periferia repetia-se.

Nos anos 1990, os setores da automobilística, petroquímica e construção civil brasileiras experimentaram o enfraquecimento de seu núcleo duro. A clivagem foi intensificada. Parte dos trabalhadores metalúrgicos e petroquímicos permaneceu no núcleo duro do assalariamento. Parcela significativa dirigiu-se à informalidade e ao desemprego. Na construção civil, o enfraquecimento de engenheiros e mestres de obras indicou o encolhimento relativo do núcleo duro.

O fortalecimento de serventes conduziu-os à aproximação com os mestres de obras, que participavam do núcleo duro da força de trabalho e encontravam-se em processo de precarização. As ocupações não regulamentadas deixaram o núcleo duro e passaram a ocupar em sua totalidade a periferia do núcleo.

A divisão do trabalho social contemporânea reestruturou-se de modo diferenciado nas sociedades brasileira e européia. Para as sociedades individualistas, a redução do assalariamento conduziu o trabalho europeu a níveis de precarização análogos ao brasileiro. Para a sociedade brasileira, o encolhimento do núcleo duro de assalariados preservou e ampliou sua estrutura de subdesenvolvimento do trabalho. O projeto-síntese Brasília não fugiu à sua sina hierárquica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS. Tendências Contemporâneas do Moderno Vínculo Social: Somos Todos Brasileiros?

A modernidade adentra seu terceiro século de existência em momento histórico que recorda sua constituição. Em fins do século XVIII, o vínculo social estamental europeu foi fraturado. As sociedades européias tornaram-se modernas, organizadas em torno da ideologia individualista, da divisão do trabalho social e sistemas de cidadania.

Em princípios do século XXI, a reestruturação contemporânea do trabalho abalou uma das dimensões fundamentais de integração das sociedades modernas. A perda de centralidade do trabalho gerou uma fratura no vínculo social contemporâneo, que se encontra em um processo em aberto de desenvolvimento.

No século XVIII, a regeneração das sociedades européias organizou-se em torno do individualismo moral, da divisão do trabalho social e posteriormente de sistemas de cidadania social. A ideologia do individualismo moral presidiu o desenvolvimento das instituições modernas. Os indivíduos seriam dotados de iguais direitos e liberdades. Seus mecanismos de integração social e sistêmica deveriam estimular o livre desenvolvimento individual e coletivo, preservando seu direito à privacidade.

Dotadas de maior volume e densidade sociais, as sociedades modernas tornaram-se complexas e dinâmicas, dotadas de intensa demanda por bens sociais, simbólicos e materiais escassos. As sociedades individualistas desenvolveram a interdependência de funções especializadas como estratégia para combater a escassez material e simbólica. O trabalho,

entendido como a produção coletiva dos bens sociais, materiais e simbólicos necessários à autoprodução continuada da sociedade, foi progressivamente dividido entre conjuntos especializados de trabalhadores, desempenhando funções diferenciadas.

A liberdade de trabalho implicou ideologicamente a responsabilidade individual pela participação nos bens sociais, materiais e simbólicos produzidos pela sociedade nacional. A participação na divisão do trabalho social deveria ser função de méritos individuais. Mas a pauperização gerada na transição para a economia de mercado e a integração precária do proletariado conduziram a distúrbios e mobilizações operárias ao longo dos séculos XVIII-XIX.

Após a Segunda Guerra Mundial, as sociedades européias desenvolveram o pacto fordista como estratégia para fortalecer a integração dos assalariados e estabilizar o vínculo social. Foram instituídos direitos sociais aos membros das sociedades nacionais. Seu propósito era regenerar e fortalecer o vínculo social, por meio de sistemas de cidadania social. Esses arranjos sistêmicos proveriam bens públicos necessários à integração digna de todos, como educação, saúde, assistência e segurança. Desse modo, seriam viabilizadas iguais oportunidades de desenvolvimento e mobilidade para os membros da sociedade nacional.

Na segunda metade do século XX, a ideologia individualista, a moderna divisão do trabalho e os sistemas de cidadania social foram colocadas em xeque. A revolução científico-tecnológica e a gestão toyotista reestruturaram o trabalho contemporâneo, abalando os pilares da interdependência de funções especializadas e de iguais oportunidades de livre desenvolvimento.

Sob o pacto fordista, a integração à divisão do trabalho social europeia por meio de contratos por tempo indeterminado era hegemônica. A intensificação da competição internacional gerou crise de produtividade no setor manufatureiro moderno. O toyotismo tornou prescindíveis trabalhadores que desenvolviam funções redundantes ou menos necessárias. A reestruturação do trabalho contemporâneo precarizou a integração de parcela crescente dos assalariados, encerrando o período de pleno emprego da força de trabalho experimentado nos Trinta Gloriosos.

Nos anos 1990, os trabalhadores europeus desempregados e precarizados compunham supranumerários, indivíduos e coletivos desnecessários ou menos necessários à autoprodução material da sociedade. Os sistemas de cidadania social desenvolvidos no século XX mostraram-se insuficientes para corrigir o esgarçamento do tecido social moderno.

Os supranumerários eram fruto de processos de desfiliação, perdendo função na divisão do trabalho social e posições na integração sistêmica. Os sistemas de cidadania social mostraram-se insuficientes para prover iguais liberdades e oportunidades de desenvolvimento a esses indivíduos e coletivos. A ideologia individualista moderna foi comprometida pela experiência do individualismo negativo.

A sociedade brasileira começou a mover-se em direção à modernidade em fins do século XIX. A agonia da era escravocrata foi sucedida pelo desenvolvimento de uma sociedade urbano-industrial moderna, que se consolidou entre os anos 30-60 do século XX. A industrialização brasileira possibilitou a emergência do empresariado urbano em um campo social outrora dominado pelos agroexportadores.

No período escravocrata, a sociedade brasileira era rural, baseada na agroexportação e em instituições patrimoniais. O campo social brasileiro era protagonizado por agroexportadores e secundariamente pelos comerciantes e financistas urbanos, sobre a base da escravidão no campo e da precarização dos trabalhadores urbanos.

Na fundação da modernidade brasileira, o acordo de classes então vigente foi fraturado e regenerado. Nos anos 1930, a indústria gerava maiores taxas de lucratividade. Entretanto, o empresariado industrial necessitava dos capitais gerados pela agroexportação para financiar seu desenvolvimento. Esse equilíbrio de forças gerou dois espaços de dominação no campo social. O empresariado industrial era hegemônico no setor urbano, recrutando um núcleo duro de assalariados e precarizando o contingente majoritário de trabalhadores desempregados e informais. Os agroexportadores dominavam a estrutura agrária brasileira desde os anos 1500, estabelecendo relações escravistas que, após a Abolição da Escravatura, permaneceram espoliativas para os trabalhadores rurais.

A estrutura da sociedade brasileira moderna foi ocupada pelo empresariado industrial e agroexportador em suas posições superiores, um núcleo duro de assalariados nas posições intermediárias e o conjunto majoritário de trabalhadores desempregados, informais e rurais nos estratos inferiores. A modernidade brasileira foi constituída sobre uma correlação de forças que desenvolveu suas posições superiores e subdesenvolveu as posições inferiores. O Brasil tornou-se uma sociedade hierárquica moderna, caracterizada pela cordialidade, subdesenvolvimento e segmentação sistêmica.

Herança cultural da colonização ibérica iniciada no século XVI, a ideologia hierárquica ocupou o núcleo valorativo da regeneração do vínculo social brasileiro no século XX. A

cordialidade consistia em um “transbordamento emocional” que possibilitava compartilhamento intersubjetivo. A ideologia da cordialidade propiciava aos brasileiros a sensação emocional de pertencimento a um mesmo coletivo.

No entanto, a tradição ibérica de organização social concebia os coletivos de modo particularista, organizados em torno de personalidades carismáticas ou autoritárias. A ideologia hierárquica brasileira desenvolveu o pertencimento a coletivos particulares como estratégia de integração social e sistêmica. O acordo de classes que fundou a moderna sociedade brasileira foi custeado pela colonização hierárquica do mundo sistêmico.

A ideologia hierárquica brasileira possibilitou uma forte integração social e uma precária integração sistêmica. Do ponto de vista social, a rede de relações era fundamental para a constituição das subjetividades, propiciando o compartilhamento intersubjetivo da sensação emocional de pertencimento a um mesmo todo. Do ponto de vista sistêmico, a ideologia hierárquica moderna conduziu à precarização do contingente majoritário de indivíduos e coletivos brasileiros, por meio do subdesenvolvimento do trabalho e de sistemas de cidadania regulada.

A inserção econômica da sociedade moderna brasileira assumiu o padrão de associação subordinada. O dinamismo econômico era impulsionado pelos centros europeus e norte-americanos, esvaziando parcela do poder decisório dos coletivos dominantes nacionais sobre o desenvolvimento socioeconômico.

Os custos socioeconômicos da subordinação ao dinamismo econômico externo foram repassados aos trabalhadores desempregados, informais e rurais. As posições do empresariado industrial foram conquistadas e as de agroexportadores mantidas por meio do recrutamento de

um núcleo duro de assalariados e da precarização do contingente majoritário de trabalhadores urbanos e rurais. Essa estrutura de dominação gerou o moderno subdesenvolvimento do trabalho brasileiro.

O moderno acordo de classes brasileiro beneficiou os grandes industriais urbanos, agroexportadores, trabalhadores assalariados e liberais associados aos setores dinâmicos da economia. Para compensar as perdas decorrentes da subordinação aos centros externos, os coletivos dominantes concentraram grande parte dos bens sociais, materiais e simbólicos produzidos pela sociedade brasileira. Para tanto, restringiram a níveis precários o acesso dos trabalhadores desempregados, rurais e informais ao capital cultural, social e monetário.

Essa concentração foi intensificada pelos sistemas de cidadania regulada desenvolvidos pela moderna sociedade brasileira. A cidadania regulada dividia os trabalhadores em segmentos dotados de estatutos jurídicos diferentes. As ocupações regulamentadas por meio de lei possuíam direitos e benefícios que não eram extensíveis às ocupações não regulamentadas.

O segmento ocupacional regulamentado constituía o núcleo duro de assalariados, com níveis superiores de acesso aos bens sociais, materiais e simbólicos produzidos pela sociedade brasileira. O segmento ocupacional não regulamentado compunha-se do contingente majoritário de trabalhadores desempregados, informais e rurais, dotados de níveis precários de acesso ao capital social, monetário e cultural nacional.

O desenvolvimento industrial brasileiro foi viabilizado por meio da precarização de trabalhadores de ocupações não regulamentadas. O recrutamento de um núcleo duro de trabalhadores viabilizou a redução de custos, gerando um contingente majoritário de

trabalhadores com níveis baixos de capital monetário, social e cultural, desempregados ou informais. A moderna divisão do trabalho social brasileira caracterizou-se pelo desenvolvimento de suas posições superiores e subdesenvolvimento das posições inferiores, segmentadas em estatutos jurídicos de pertencimento distintos.

Na segunda metade do século XX, o Brasil consolidou-se como uma sociedade hierárquica moderna, dotada de forte integração social e precária integração sistêmica. A moderna sociedade hierárquica brasileira foi gerada pelo equilíbrio de forças entre o empresariado industrial e o agroexportador, ocupando as posições superiores do campo social brasileiro.

O englobamento das instituições modernas pela ideologia hierárquica brasileira gerou uma sociedade dinâmica, sistemicamente desenvolvida e socialmente integrada, caracterizada pelo subdesenvolvimento de seu trabalho e pela segmentação sistêmica. A construção de Brasília em 1960 simbolizou a consolidação da moderna sociedade hierárquica brasileira. Monumento arquitetônico-urbanístico à modernidade e movimento de ocupação territorial, Brasília sintetizou um espírito de época, que anunciava o surgimento de uma nova nação brasileira, moderna, conectada aos centros mundiais.

Esse sonho realizou-se nos limites da moderna mentalidade hierárquica brasileira. A sociedade brasileira tornou-se mais integrada aos fluxos econômicos internacionais. De modo geral, os indicadores de pertencimento sistêmico evoluíram positivamente, como na educação e renda. Entretanto, observada do ponto de vista sociológico, a ideologia hierárquica presidiu uma *modernização conservadora* da sociedade brasileira, desenvolvendo suas posições superiores e subdesenvolvendo suas posições inferiores.

O empresariado industrial e agroexportador e o núcleo duro de assalariados beneficiou-se em maior escala da modernização hierárquica, que subdesenvolveu os trabalhadores rurais, desempregados e informais. Os segmentos ocupacionais de ocupações regulamentadas acumularam níveis de capital social, monetário e cultural superiores aos dos segmentos de ocupações não regulamentadas. A modernização hierárquica moderna brasileira apoiou-se na segmentação de seus membros, desenvolvendo sua parcela minoritária superior e subdesenvolvendo seu contingente majoritário de membros. Brasília sintetizou a construção de uma nova sociedade baseada em uma velha ideologia: uma moderna sociedade hierárquica.

Trinta anos após a consolidação da modernidade nacional, as sociedades brasileira e europeias experimentam transformações análogas na estrutura de seu trabalho, com distintas implicações para seus vínculos sociais. As sociedades europeias descreviam pleno emprego no segundo pós-guerra do século XX. A sociedade brasileira desenhava uma estrutura subdesenvolvida de divisão do trabalho social.

O pacto fordista estabilizou o vínculo social europeu, por meio da elevação dos níveis de integração sistêmica do proletariado moderno. Nos anos 1980-1990, a intensificação da competição internacional e a perda de competitividade ocidental impulsionaram o empresariado industrial em busca de maior eficiência organizacional. A gestão toyotista e a revolução científico-tecnológica conduziram à recuperação das taxas de lucratividade do setor manufatureiro e à redução das necessidades de assalariamento das empresas ocidentais. A recuperação das posições do empresariado industrial foi conquistada por meio da precarização de parcela dos trabalhadores assalariados.

A estrutura contemporânea do trabalho européia aproximou-se da estrutura hierárquica moderna brasileira. Desde seus modernos, a divisão do trabalho social brasileira caracterizou-se pela existência de um núcleo duro de trabalhadores e um contingente majoritário de trabalhadores precarizados. A segmentação sistêmica entre ocupações regulamentadas e não regulamentadas era expressão da estrutura brasileira de subdesenvolvimento.

A redução do assalariamento nas sociedades européias resultou na constituição de um núcleo duro de trabalhadores análogo ao existente na sociedade hierárquica moderna brasileira. As sociedades individualistas tenderam de uma condição de pleno emprego para um estágio de precarização do trabalho e constituição de uma periferia semelhante ao padrão brasileiro, medidas as proporções.

Para a sociedade brasileira de fins do século XX, a reestruturação do trabalho implicou a preservação e ampliação de sua estrutura de subdesenvolvimento. Seu núcleo duro, mais estreito que o europeu, foi comprimido, ampliando a precarização do trabalho. Os setores industriais dinâmicos, como a automobilística ou petroquímica, descreveram tendência de encolhimento do assalariamento e expansão da informalidade e desemprego. Setores menos dinâmicos, como a construção civil, descreveram trajetória semelhante de enfraquecimento do núcleo duro e aumento da precarização. A reestruturação contemporânea do trabalho brasileiro preservou e aprofundou sua estrutura de subdesenvolvimento.

A pergunta que intitula a pesquisa é provocativa: **Somos Todos Brasileiros?** A resposta que pude desenvolver é tipicamente brasileira, ou seja, ambígua, um **sim** e um **não**.

Sim, somos todos brasileiros, porque, em nossa mentalidade cordial, compartilhamos a sensação emocional de pertencimento a uma mesma totalidade que é, em verdade, um

conjunto de partes, de coletivos particulares. A sociedade brasileira é um complexo de indivíduos juridicamente segmentados, fortemente integrados a seus coletivos particulares.

Não, não somos todos brasileiros, pois constituímos uma sociedade juridicamente segmentada, cujos membros não partilham iguais liberdades, oportunidades e dignidade. A distinção de acesso a direitos previdenciários e trabalhistas, decorrente da separação entre ocupações regulamentadas e não-regulamentadas, é expressão de nossa débil integração sistêmica.

Desse modo, após cinco séculos de existência, somos e não somos todos brasileiros. A ideologia da cordialidade perpassa as classes brasileiras e proporciona coesão social. A sensação emocional compartilhada de pertencimento a uma totalidade integra a sociedade brasileira. No entanto, seu entendimento de totalidade retém elementos particularistas da tradição cultural ibérica. O pertencimento a coletivos *particulares* tornou-se a lógica fundamental de integração social e sistêmica.

Isso significa que os brasileiros não se vêem a todos como brasileiros. A segmentação sistêmica entre ocupações regulamentadas e não-regulamentadas revela estatutos jurídicos diferenciados entre os membros da sociedade nacional. Desde a fundação da modernidade brasileira, o segmento ocupacional regulamentado dispõe de direitos e benefícios não extensíveis ao segmento ocupacional não regulamentado.

Em fins do século XX, o núcleo de assalariados qualificados foi o grande perdedor da reestruturação brasileira do trabalho. No setor da construção civil, as ocupações regulamentadas preservaram níveis superiores e decadentes de integração à divisão do trabalho social brasileiro, ao passo que as ocupações não regulamentadas tenderam a ser

expulsas do núcleo duro da força de trabalho. Suas posições inferiores demonstraram desenvolvimento limitado, insuficiente para compensar a precarização generalizada das ocupações não regulamentadas. Na reestruturação contemporânea do trabalho, a sociedade brasileira aprofundou seu padrão hierárquico moderno. A segmentação foi preservada e o subdesenvolvimento ampliado, perfazendo um processo de *mudança conservadora*.

Na aurora do século XXI, partilhamos a ideologia emocional de compormos uma mesma totalidade, que é habitada por coletivos particulares e não por uma sociedade de iguais. A sociedade brasileira proporciona estatutos jurídicos distintos para seus membros, conforme pertençam a ocupações regulamentadas ou não regulamentadas, determinando suas possibilidades de desenvolvimento individual e coletivo.

Os brasileiros formamos uma nação socialmente rica e sistemicamente dividida. Após o ingresso brasileiro na modernidade, sua ideologia cordial evoluiu o suficiente para conceber que é constituída por alguns de seus membros, mas não por todos. Brasília não realizou sua promessa. Ao invés do surgimento de uma nova sociedade brasileira, simbolizou a preservação de seu padrão hierárquico moderno e, quatro décadas após, o aprofundamento de sua estrutura segmentada e subdesenvolvida.

Brasília sintetizou um processo de mudança conservadora no vínculo social brasileiro, expresso pela evolução contemporânea de sua divisão do trabalho. A modernidade brasileira foi fundada sobre o desenvolvimento das posições superiores e o subdesenvolvimento das posições inferiores do campo social. Em princípios do século XXI, as tendências contemporâneas do trabalho sinalizam processos de desfiliação nas sociedades individualistas.

No Brasil, apontam para a preservação e aprofundamento de sua estrutura de subdesenvolvimento, por meio da precarização generalizada de posições.

Em 1995, em trecho oportunamente intitulado *d'a crise do futuro*, o sociólogo francês Robert Castel desenvolveu reflexões sobre tendências de desenvolvimento do vínculo social francês contemporâneo. Na oportunidade, Castel sugeria quatro eventualidades. Uma seria irrealizável, duas possíveis e uma quarta dependeria de dimensões mais profundas da vida social francesa.

Uma primeira seria o aprofundamento da *“degradação da condição salarial observável desde os anos 70”*. Consistiria na *“aceitação sem mediações da hegemonia do mercado”*, implicando a perda dos sistemas de proteção social, *“herança de uma época passada, quando compromissos sociais eram compatíveis com os imperativos do mercado”*. Robert Castel considerava essa hipótese *inaplicável*, pelo fato simples de que *“o mercado ‘auto-regulado’, de forma pura do desenvolvimento da lógica econômica entregue a si mesma (...) não comporta nenhum dos elementos necessários para fundar uma ordem social”*. Ao inverso, poderia destruí-la, pois os sistemas de proteção social cumpriam a função revitalizar o tecido social, na ausência de laços comunitários ou maior compartilhamento intersubjetivo entre os indivíduos. Retirar os sistemas de proteção social equivaleria a fraturar a sociedade, em *“uma verdadeira contra-revolução cultural de conseqüências sociais imprevisíveis, porque seria destruir a forma específica de regulação social instituída há um século”* (Castel, 1998: 561-563).

Uma segunda eventualidade seria *“tentar manter a situação atual mais ou menos como está, multiplicando os esforços para estabilizá-la”*. A redução no núcleo duro do assalariamento não havia desestruturado o vínculo social a ponto de ameaçá-lo. Em verdade, a

hipótese de que a sociedade francesa poderia sustentar taxas de 10%-20% de invalidação seria sustentável, na medida em que a gestão sistêmica fosse aperfeiçoada. Isso seria viável, na medida em que cabia ao Estado cumprir essas funções. Seu aperfeiçoamento poderia conduzir à melhoria da “gestão das situações que constituem problema”, pois o Estado ainda não teria esgotado “todas as suas capacidades para controlar os riscos de derrapagem” da sociedade francesa contemporânea. O custo da invalidação seria possível e não exorbitante, pois os supranumerários eram atomizados, sem capacidade de atuação organizada, como fizeram os movimentos operários europeus. Sua ação coletiva resumia-se em geral a formas de violência desorganizada, como nos incêndios de carro nos arredores de Paris, em 2005 (ibid.: 564-568).

A terceira eventualidade consistiria em reconhecer “*a perda da centralidade do trabalho e a degradação da condição de assalariado, e tentar encontrar-lhes escapatórias, compensações ou alternativas*”. O movimento contemporâneo da sociedade francesa poderia consistir em “mutações culturais de uma sociedade mais ágil, instituições menos solidificadas e organização do trabalho menos rígida”. A mudança social poderia não se resumir a *precariedade*. Haveria uma “vasta planópsia de empregos possíveis” no setor de serviços, manutenção, assistência e auxílios domésticos. O setor de serviços empregaria trabalhadores expulsos do setor industrial e cumpriria funções de revigoramento do tecido social. Não obstante, o risco da substituição das relações pessoais pelos arranjos sistêmicos de assistência pessoal e doméstica seria “fazer de toda relação humana (salvo no quadro familiar, talvez) uma relação suscetível de ser remunerada”. O isolamento entre os indivíduos não seria superado por meio de sistemas de ação customizados. É o que indaga Robert Castel: “Um conglomerado de *baby-sitters*, de garçons no McDonald’s ou de empacotadores nos supermercados faz ‘sociedade’?” (ibid.: 573; 576).

Finalmente, a quarta eventualidade consistiria em “*preparar uma redistribuição dos ‘raros recursos’ que provêm do trabalho socialmente útil*”. Isso exigiria que todos os membros da sociedade francesa conservassem “um elo estreito com o trabalho socialmente útil e com as prerrogativas que lhes são vinculadas”. Afinal, o trabalho continuava sendo um vetor fundamental de cidadania das sociedades modernas.

A questão fundamental dessa eventualidade não se refere à recomposição do assalariamento. O trabalho assalariado tornou-se hegemônico no século XX, mas haveria outras formas de trabalho socialmente útil a serem desenvolvidas. O ponto seria *como* viabilizar patamares dignos de integração à divisão do trabalho social “nas condições atuais de déficits de lugares”. Como fazê-lo, se há supranumerários?

A questão fundamental não é técnica. A pergunta primeva é se franceses e francesas desejam conservar a coesão de sua sociedade. *Se desejam modificar o vínculo social*. Tendo resposta a essa indagação, o problema dos custos é “a dos sacrifícios que devem ser consentidos para preservar a sociedade em sua unidade” (ibid.: 580-582; 586).

O fato social dos supranumerários ocupa o cerne da questão social francesa contemporânea. Os desfiliaados foram expulsos do centro, em direção à periferia do núcleo duro. Que tipo de vínculo social os membros da sociedade francesa desejam e podem realizar? Franceses e francesas desejam tornar seu trabalho análogo ao dos brasileiros, caracterizado pelo subdesenvolvimento e precarização generalizada de parte de seus membros? A desfiliação seria o homólogo francês do subdesenvolvimento brasileiro?

Essa pergunta sociológica pode ser dirigida à sociedade brasileira contemporânea. Sempre fomos brasileiros, nunca todos. A ideologia da cordialidade desenvolveu-se de modo

particularista, gerando brasileiros dotados de distintos estatutos jurídicos de pertencimento e de desiguais níveis de acesso ao capital monetário, social e cultural produzido.

A moderna divisão do trabalho brasileira é segmentada e subdesenvolvida. Nos anos 1990, verificou-se a expansão do conjunto de trabalhadores que, dotados de estatuto jurídico não-regulamentado, possuíam níveis inferiores de acesso ao capital cultural, monetário e social. A reestruturação contemporânea do trabalho reteve e aprofundou seu padrão de segmentação e subdesenvolvimento.

As posições inferiores do campo ocupacional descreveram tendência de desenvolvimento limitado. Seus estratos permaneceram inferiores e tenderam a indiferenciar-se com as de ocupações não regulamentadas expulsas do núcleo duro. Ao invés de processos de desfiliação, verificou-se a generalização dos níveis de precarização dos trabalhadores brasileiros na década 1990.

A segmentação entre ocupações regulamentadas e não regulamentadas criou uma clivagem entre o centro e a periferia da força de trabalho, determinando níveis de desenvolvimento para as posições superiores e de subdesenvolvimento para as posições inferiores. Nas indústrias automobilística e petroquímica brasileiras, o retraimento do núcleo duro dos assalariados brasileiros foi acompanhado pela expansão dos trabalhadores desempregados e informais. Na construção civil brasiliense, o núcleo duro retraiu-se em prejuízo das ocupações não regulamentadas, que tenderam a manter-se na periferia ou serem expulsas para ela.

A moderna sociedade brasileira, com forte coesão social e densa complexidade sistêmica, descreveu contemporaneamente tendências de mudança conservadora em sua

divisão do trabalho social. Sua estrutura de posições foi preservada e aprofundado seu padrão de precarização. A ideologia hierárquica persistiu, ampliando a estrutura de segmentação e subdesenvolvimento.

A quarta hipótese de Castel, acerca da “redistribuição dos ‘raros recursos’ oriundos do trabalho socialmente útil”, é distante da sociedade brasileira, mas sua pergunta primeva é aplicável. Historicamente, o desenvolvimento social moderno individualista ou hierárquico não vislumbrou condições sociopolíticas e arranjos sistêmicos capazes de instituir graus efetivos de igualdade de oportunidades. Os estudos conduzidos por Pierre Bourdieu acerca da reprodução social verificaram que as posições superiores do campo social francês tenderam a ser ocupadas por autênticas linhagens sociais, expressando processos de mobilidade social limitada.

Entretanto, a autoprodução social contínua é uma obra aberta. A articulação conceitual entre divisão do trabalho, campo e *habitus* permite conceber a vida social como uma obra coletiva, em que cada grupo desempenha funções variavelmente integradas, em posições determinadas por processos de lutas estruturadas em torno das regras de produção e circulação dos capitais.

Isso implica o dinamismo da vida social e a busca da ordem como processo contínuo e nunca alcançado. O modo como as sociedades modernas individualistas ou hierárquicas autoproduzem-se continuamente no tempo e no espaço é dado pela estrutura do campo social. Os riscos e possibilidades de integração das sociedades são definidos pelas regras de produção e circulação dos capitais e pelo grau de desenvolvimento dos agentes sociais.

As reflexões de pensadores como o filósofo francês André Gorz acerca do trabalho contemporâneo vislumbram a possibilidade de uma divisão do trabalho social produtiva, criativa e sustentável. O que está em jogo é a disputa por novos projetos societários. O resgate do vigor de um tecido social desenvolvido aquém de suas potencialidades depende da promoção de sua vitalidade, auto-organização e dignidade.

Na aurora do século XXI, a sociologia novamente volta seus esforços analíticos para um período de crise moral. Tal como formulada pelo fundador da Escola Sociológica Francesa, Émile Durkheim, sobre a sociedade francesa de seu tempo, a questão fundamental de nossos dias é a da *integração*, com base em princípios de dignidade e liberdade individual. O princípio individualista da performance individual como parâmetro para a distribuição dos bens sociais, materiais e simbólicos produzidos pela sociedade nacional foi questionado em sua raiz, pois o pertencimento social não se mostrou função exclusiva do esforço individual.

Efetivamente, a responsabilidade individual é um elemento fundamental para a definição das trajetórias de pertencimento social, nos momentos existenciais cruciais em que os sujeitos fazem escolhas. Contudo, a experiência do individualismo negativo remete aos limites do princípio ideológico da performance individual, pois a existência de direitos não é suficiente para solucionar o problema da distribuição de oportunidades. Esse o ponto crítico do individualismo moral: a dicotomia entre a igualdade *jurídica* de liberdades e oportunidades e as diferenças *estruturais* de pertencimento social dos indivíduos. As sociedades modernas contemporâneas, a fim de garantir a adesão prática e subjetiva individual à sua autoprodução social contínua, são desafiadas a solucionar institucionalmente o fato de que os indivíduos são diferentes e que sua inserção social não é função exclusiva do desempenho individual.

O cimento ideológico das sociedades modernas e de sua concepção de cidadania social, sintetizado na idéia do sujeito portador de iguais liberdades e oportunidades, deve ser apreendido em toda sua complexidade. Essa noção é dotada de potencialidades valiosas, pois introduz um parâmetro normativo de liberdade e igualdade que torna possível articular diversidade e autonomia, produzindo suporte moral e jurídico para pleitos individuais e coletivos por igualdade e liberdade.

Contudo, esse avanço é dotado de debilidades delicadas em sua viabilização prática. A crise moral provocada pela perda de centralidade do trabalho e pelo individualismo negativo questiona as bases do vínculo social francês. A dimensão formal da cidadania, crucial para a divisão do trabalho social e para o individualismo moral, mostrou-se insuficiente para estruturar sistemas de oportunidades que possibilitem o pleno pertencimento de todos os indivíduos e coletivos.

Nós, brasileiros, necessitamos sentir e decidir se somos todos membros dignos de uma mesma sociedade. Para tanto, os desafios do subdesenvolvimento e da segmentação sistêmica devem ser superados, sobretudo no nível ideológico da vida social. A colonização hierárquica do mundo sistêmico vem mostrando-se capaz de desestabilizar o vínculo social. O fortalecimento contemporâneo do crime organizado, implicando a perda de parcelas do território nacional para grupos delinqüentes estruturados, sinaliza o fortalecimento de mecanismos ilegais de integração sistêmica que desafiam a sociedade brasileira. A onda de ataques coordenada pelo grupo criptoterrotista Primeiro Comando da Capital – PCC em São Paulo, no primeiro e segundo semestres de 2006, são consequência e expressão dos riscos que a colonização hierárquica do mundo sistêmico impõe ao vínculo social brasileiro.

A forte coesão social brasileira é um dado positivo. Não obstante, a questão chave reside na definição do modelo de sociedade desejado. A colonização hierárquica do mundo sistêmico subdesenvolve contingentes majoritários dos membros da sociedade. Antes, os brasileiros necessitam indagar-se se formam uma sociedade nacional ou um conjunto de coletivos segmentados.

A contemporânea preservação e aprofundamento da precarização do trabalho sinaliza para tendências de continuidade da ideologia hierárquica brasileira. Há movimentos ascendentes nos estratos inferiores da divisão do trabalho social nacional, mas ainda insuficientes para alçá-los dessas posições gerais. O subdesenvolvimento e segmentação sistêmica permanecem presentes no projeto brasileiro de sociedade.

O moderno vínculo social brasileiro transformou-se de forma conservadora. A sociedade nacional tornou-se mais complexa e evoluiu sistemicamente. Não obstante, as instituições fundamentais de nossa moderna autoprodução continuada no tempo e no espaço persistiram. O subdesenvolvimento do trabalho e a segmentação sistêmica impõem-se como resultado de nossas próprias opções históricas.

Nos primórdios do século XX, Émile Durkheim, fundador da sociologia francesa, ensinou que “quando se modifica a maneira como os homens são solidários, a estrutura das sociedades não pode deixar de mudar”. As gerações brasileiras contemporâneas serão capazes de resgatar a essência do sonho de Brasília, criando uma sociedade que cumpra o destino de “Grande Civilização”, “Terra Prometida”, “riqueza inconcebível”, vislumbrado no êxtase religioso originário? A depender das respostas que a sociedade brasileira for capaz de produzir

no médio e longo prazo, porventura o subdesenvolvimento e a segmentação sistêmica sejam desafortunadamente nosso *destino histórico*.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Perry. “Balanço do Neoliberalismo”. In: SADER, Eder e GENTILLI, Pablo. (Orgs.). **Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Petrópolis: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 5^a ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

ARON, Raymond. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2000.

BENDIX, Reinhard. **Construção Nacional e Cidadania: estudos de nossa ordem social em mudança**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1996.

BENEVIDES, Maria Victoria. **O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961)**. 2^a. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BOUAMAMA, Saïd. “Egalité-Equité. Fondement du lien social” In: BOUAMAMA, Saïd et alli. **La Citoyenneté des Tous Ses États: de l’immigration à la nouvelle citoyenneté**. Paris: CIEMI/L’Harmattan, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Las Formas del Capital**. Lima: Editorial Piedra Azul, 1999.

_____. **Sociología y cultura**. [título original: *Questions de Sociologie*]. México, D.F.: Grijalbo, 1990.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e Crise no Brasil: 1930-1983**. 3a. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **Trabalhar, Verbo Transitivo: destinos profissionais dos deserdados da indústria automobilística**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 7ª. edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

CASTRO, Nadya Araújo de (org.). **A Máquina e o Equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1995.

CODEPLAN/GDF. **Demografia e Mão-de-Obra no Distrito Federal (parte I: demografia)**. Brasília: CODEPLAN, 1971.

DA MATTA, Roberto. **A Casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DE FRANCO, Augusto. **Capital Social: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy**. Brasília: Instituto de Política Millenium, 2001.

DE SOUSA, Marcelo Alvares. “Igualdade, Solidariedade e Cidadania: elementos sobre a concepção contemporânea de cidadania a partir dos debates parlamentares na Comissão Especial *União Civil Livre*” in: ARAÚJO, Caetano Ernesto de. **Política e Valores**. Brasília: Editora UnB, 2000.

_____. Humanidade sem História: crítica sociológica à concepção neoliberal de liberdade. PÓS – Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Brasília, ano VI, n° 6, 2002.

DRAIBE, Sônia Miriam. As Políticas Sociais Brasileiras: diagnósticos e perspectivas. In: IPEA/IPLAN. **Para a Década de 90: prioridades e perspectivas das políticas públicas**. Vol. 4, Brasília, 1990.

DURKHEIM, Émile. **A Divisão do Trabalho Social**. 3^a. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989 (2 volumes).

_____. **As Regras do Método Sociológico**. 6^a. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 3^a. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FERRAREZI, Elisabete. Capital Social: conceitos e contribuições às políticas públicas. Revista do Serviço Público, Brasília, ano 54, n° 4, 2003.

FLEURY, Sônia. **Estado sem Cidadãos: seguridade social na América Latina**. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 1984.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. 3^a. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988 (Coleção “Os Economistas”).

GORZ, André. **Adeus ao Proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.

GUIMARÃES, Nadya Castro. **Caminhos Cruzados: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores**. São Paulo: Editora 34, 2005.

HABERMAS, Jürgen. **The Theory of Communicative Action: (volume two: lifeworld and system: a critique of functionalist reason)**. Massachusetts: Beacon Press, 1989.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26^a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. **Censo Experimental de Brasília**. Rio de Janeiro, IBGE, 1959.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD 2003**. Brasília, IBGE, 2004.

JANUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. 3ª. ed. Campinas: Editorial Alínea, 2004.

KUBITSCHKEK, Juscelino. **Por Que Construí Brasília**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000 (Coleção Brasil 500 anos).

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo, Atlas, 1988.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania e Classe Social**. Brasília: Fundação Projeto Rondon, 1988.

MEDEIROS, Marcelo Coelho. **O Que Faz os Ricos Ricos: um estudo sobre fatores que determinam a riqueza**. Brasília, 2003 TESE (D)-UnB/ICS. 261 f.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO/MTE. **Classificação Brasileira de Ocupações – CBO 2002**. www.mtecbo.gov.br.

NERY, Marcelo. “Educação da primeira infância”. Revista Conjuntura Econômica. Fundação Getúlio Vargas, vol. 59, n.º 12, dezembro de 2005 (pp. 30-32).

NUNES, Brasilmar Ferreira. **Brasília: a fantasia corporificada**. Brasília: Paralelo 15º, 2004.

OFFE, Claus. “Trabalho como categoria sociológica fundamental?” in **Trabalho e Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho (vol. 1: A Crise)**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

PAVIANI, Aldo. **A Metrópole em Crise**. Brasília: Editora da UnB, 1989.

_____. **A Conquista da Cidade: movimentos populares em Brasília**. Brasília: EdUnb, 1991.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens da nossa época**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

Revista Conjuntura Econômica. Fundação Getúlio Vargas, vol. 59, n.º 5, maio de 2005.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **A Capital da Esperança**. 1980. 194 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília.

_____. “Acampamento de Grande Projeto, Uma Forma de Imobilização da Força de Trabalho pela Moradia” in Paviani, Aldo (org.). **A Conquista da Cidade: movimentos populares em Brasília**. Brasília, EdUnb, 1991.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA/SESI. **Diagnóstico da Mão-de-Obra do Setor da Construção Civil**. Brasília, SESI Departamento Nacional, 1991.

SETTI, Jane Abranches e COTTA, Ana Rita Speziali. **Aspectos Demográficos do Brasil e do Distrito Federal, Segundo o Censo de 1980**. Brasília, GDF/SEC/DEPLAN, 1983.

SILVA, Paula Francinetti. **Cotidiano e Polícia: vida social e intervenção policial na construção de Brasília (1956-1960)**. Brasília, Dissertação de Mestrado em História/UnB, 1994.

SILVA, Sidney Antonio da. **Costurando Sonhos: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo**. São Paulo, Paulinas, 1997

SINGER, Paul. **A Economia Política da Urbanização**. São Paulo, Brasília, 1980.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. 6^a ed. Petrópolis: Paz e Terra, 1979.

SOUSA, Nair Heloísa Bicalho de. **Construtores de Brasília: estudo de operários e sua participação política**. Petrópolis: Paz e Terra, 1983.

_____. **Trabalhadores Pobres e Cidadania: a experiência da exclusão e da rebeldia na construção civil**. 1994. Tese (Doutorado em Sociologia), Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SOUZA, Jessé. **Patologias da Modernidade: um diálogo entre Habermas e Weber**. São Paulo: Annablume, 1997.

TEIXEIRA, Hermes Aquino. **No Tempo da GEB (1956-1960): trabalho e violência na construção de Brasília**. Brasília: Thesaurus, s/d.

TIRYAKIAN, Edward. Émile Durkheim. In BOTTOMORE, Tom e NISBET, Robert (orgs.). **História da Análise Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

VASCONCELOS, José Adirson de. **As Cidades Satélite de Brasília**. Brasília, Edição do Autor, 1988.

_____. **A Epopéia da Construção de Brasília**. Brasília, Edição do Autor, s/d.

VIEIRA, Evaldo. **Estado e Miséria Social no Brasil: de Getúlio a Geisel**. São Paulo: Cortez, 1983.

DEPOIMENTOS ORAIS – Arquivo Público do Distrito Federal:

CÂNDIDO, Clementino. **Depoimento - Programa de História Oral.** Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. 27 p.

MAZZOLA, Philomena Leporoni. **Depoimento - Programa de História Oral.** Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1988. 25 p.

SANTOS, Sebastião Bispo dos. **Depoimento - Programa de História Oral.** Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. 18 p.

SILVA, Ernesto. **Depoimento - Programa de História Oral.** Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1987. 73 p.

ZAIDAN, Nagib. **Depoimento - Programa de História Oral.** Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. 18 p.

ANEXO: NOTAS METODOLÓGICAS COMPLEMENTARES

A. PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DOMICILIAR – PNAD 1992/2003

A sociedade brasileira dispõe hoje de um amplo leque de bases de dados passíveis de utilização para fins de pesquisa. Voltados para o registro e monitoramento do mercado de trabalho, pode-se citar ao menos três fontes principais: a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.

A RAIS e o CAGED são registros administrativos coordenados pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, implementados desde fins da década 1970. A RAIS é constituída por dados informados anualmente por empresas e empregadores, em caráter obrigatório, descrevendo características dos trabalhadores e do estabelecimento, tais como sexo, idade, escolaridade, salário, funções exercidas, setor de atividade, número de admissões e desligamentos. Por sua vez, o objetivo do CAGED é monitorar o processo de admissão e dispensa de trabalhadores, por meio de informações declaradas mensalmente, de forma compulsória, pelas empresas com empregados celetistas, relativas à movimentação de trabalhadores, perfil socioeconômico (sexo, idade, escolaridade) e ocupacional (ocupação, regime de horas, remuneração).

Entretanto, ambas bases de dados apresentam uma importante limitação. O raio de cobertura da RAIS limita-se ao mercado de trabalho formal, deixando de recolher informações sobre o universo trabalhadores autônomos, sem registro de carteira de trabalho e empreendedores sem vínculo empregatício formalizado. Do mesmo modo, o CAGED restringe seu universo de informantes aos empreendimentos formalizados, deixando de

abranger a dimensão informal do mercado de trabalho, responsável atualmente por cerca de 60% do mercado de trabalho nacional (JANUZZI, 2004: 52-54). Visto o interesse de analisar o campo ocupacional da construção civil, essa limitação torna-se crítica, dada a magnitude dos vínculos empregatícios informais nesse setor.

Por sua vez, a PNAD é uma pesquisa amostral, administrada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Foi instituída em 1967, com o objetivo de constituir bases de dados para monitorar o desenvolvimento socioeconômico nacional (ibid.: 46-47). Inicialmente concebida para acompanhar a evolução conjuntural e estrutural do mercado de trabalho, gradativamente passou a incorporar outras dimensões, abrangendo aspectos gerais sobre população, educação, trabalho, rendimento e habitação, além de pesquisas temáticas eventuais, como segurança alimentar, trabalho infantil ou orçamento familiar.

Trata-se de pesquisa amostral, realizada nos períodos intercensitários (o IBGE não realiza a PNAD nos anos em que há Censo Nacional), implementada por meio da aplicação de questionário-padrão, com abrangência nacional, à exceção da área rural dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, o que equivalente a aproximadamente 2,1% da população brasileira. Sendo domiciliar, a pesquisa abrange todo o território nacional e, do ponto de vista do mercado de trabalho, não realiza distinções entre atividades formais e informais, constituindo-se em “fonte privilegiada para análise de tendências socioeconômicas e demográficas da população brasileira, dos impactos das políticas econômicas adotadas, das características estruturais do mercado de trabalho” (ibid.: 46-47).

Desse modo, em virtude da restrição dos bancos de dados RAIS e CAGED à economia formal e dada a abrangência nacional, diversificação de informações relativas ao mercado de

trabalho e periodicidade anual da PNAD, a pesquisa optou pela última como base para a estruturação do universo empírico da pesquisa.

Para cada coletivo foram coletadas as seguintes informações, oriundas dos microdados da PNAD 1992/2003:

1. Média de anos de estudo;
2. Rendimento médio nominal no trabalho principal; e
3. Associação a sindicato.

Deve-se observar que os dados coletados referem-se às pessoas ocupadas. Por limitações de ordem metodológica da PNAD, a informação relativa à atividade desempenhada no mercado de trabalho limita-se às pessoas ocupadas. Os dados coletados junto a pessoas em situação de desocupação não informam a respeito de sua formação profissional prévia, entendendo a ocupação enquanto *inserção* no mercado de trabalho e não como *identidade ocupacional*. De todo modo, a pesquisa preservou sua coerência metodológica, pois o indicador de capital ocupacional é elaborado a partir da aplicação das mesmas variáveis a coletivos dotados dos mesmos parâmetros (no caso específico, o parâmetro *ocupado*). Do contrário, correr-se-ia o risco de coletar informações junto a coletivos dotados de parâmetros distintos (*ocupados* e *não-ocupados*), o que poderia enviesar a análise comparativa. Essa característica deverá ser considerada quando da realização de inferências. Não obstante, visto que o objetivo da pesquisa não é exaurir as especificidades dos sujeitos da pesquisa, mas debater seus estatutos de pertencimento por meio da comparação entre posições ocupadas no campo, a coerência metodológica da pesquisa é preservada sem comprometer seus resultados

finais. É necessário observar que, da série pesquisada (1992-2003), a PNAD deixou de ser realizada em 1993 (por falta de orçamento) e em 2000 (dada a realização do Censo Demográfico).

B. CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES – CBO 2000

A presente pesquisa adotou como fonte para a seleção das ocupações a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO (MTE, 2000). Instituída no Brasil em 1977, em decorrência de Convenção Internacional do Trabalho ratificada pelo Estado brasileiro, a CBO é um documento público, elaborado pelo do Ministério do Trabalho e Emprego, voltado para o mapeamento, descrição, nomeação e codificação das ocupações existentes no mercado de trabalho nacional. A CBO é a base para a estruturação de pesquisas nacionais (Censo Demográfico, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD), registros administrativos (Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED), políticas públicas de trabalho e renda (Seguro-Desemprego, Intermediação de Mão-de-Obra, Certificação Profissional) e políticas econômica (Imposto de Renda Pessoa Física), dentre outros. A CBO fornece informações sobre a composição do mercado de trabalho brasileiro desde 1977, cobrindo todo o período da série histórica PNAD pesquisada (1992-2003). Desse modo, permite rastrear ao longo do tempo coletivos inseridos na divisão do trabalho social brasileira, descrevendo trajetórias ocupacionais.

A pesquisa identificou e rastreou no tempo quatro ocupações: *engenheiro civil*, *mestre-de-obras*, *pedreiro* e *servente de pedreiro*. O código referente à categoria ocupacional “encarregado”, terceira maior ocupação não regulamentada do setor registrada em 1991 (SESI, 1991: 129), não foi resgatado, mas sim o de mestre-de-obras (a CBO 2000 define mestre-de-obras e encarregado como sinônimos) (MTE, 2000: Verbete “Mestre de Obras”).

Os coletivos de engenheiros, mestre-de-obras, pedreiros e serventes de pedreiro foram registrados pelas versões da CBO elaboradas no período 1992-2003, conforme segue:

1. Códigos CBO do coletivo ocupacional engenheiro:

- Período 1992-2001: 101
- Período 2002-2003: 2142

2. Códigos CBO do coletivo ocupacional mestre-de-obras:

- Período 1992-2001: 404
- Período 2002-2003: 7102

3. Códigos CBO do coletivo ocupacional pedreiro:

- Período 1992-2001: 512
- Período 2002-2003: 7152

4. Códigos CBO do coletivo ocupacional servente de pedreiro:

- Período 1992-2001: 513
- Período 2002-2003: 7170.

A análise de trajetórias ocupacionais do setor da construção civil de Brasília, entre 1991-2003, foi realizada com base nessas ocupações.

As descrições subseqüentes de perfis profissionais foram obtidas da versão da CBO lançada em 2002, contendo mudanças metodológicas substanciais face à sua versão anterior, de 1994. Em sua nova versão, descreve as ocupações existentes na divisão do trabalho social brasileira organizadas em famílias ocupacionais, conjuntos de ocupações que partilham condições de atuação profissional, formação, áreas de atividades, competências profissionais e recursos de trabalho afins. É importante frisar que a CBO 2002 foi elaborada por meio da metodologia canadense *Developping a Curriculum – DACUM*, por meio da qual os próprios trabalhadores descrevem seu trabalho, mediados por um facilitador capacitado na metodologia.

C. CBO 2000: Descrição do Perfil Profissional de Engenheiros Civis.

A CBO 2000 descreve o perfil profissional do engenheiro civil por meio de um agregado de onze áreas de atividades, conforme segue:

1. Desenvolver projetos de engenharia civil: realizar investigações e levantamentos técnicos; definir metodologia de execução; desenvolver estudos ambientais; dimensionar elementos de projetos; detalhar projetos; revisar projetos; aprovar projetos; especificar equipamentos, materiais e serviços; e desenvolver relatórios;

2. Executar obras civis: selecionar mão de obra, equipamentos, materiais e serviços; controlar cronograma físico e financeiro da obra; fiscalizar obras; realizar ajuste de campo; otimizar processos construtivos; supervisionar segurança da obra; supervisionar aspectos ambientais da obra; medir serviços executados; gerar projeto conforme construído;

3. Planejar empreendimento: fazer estudo da viabilidade técnica e econômica do empreendimento; planejar cronograma físico e financeiro; levantar informações inerentes ao empreendimento; caracterizar o empreendimento; analisar opções do empreendimento; definir alternativa;

4. Prestar consultoria técnica: periciar projetos e obras (laudos e avaliações); emitir parecer técnico; propor soluções técnicas; realizar treinamento técnico;

5. Coordenar a operação e manutenção do empreendimento: coordenar apoio logístico; avaliar dados técnicos e operacionais; programar inspeção preventiva e corretiva; programar intervenções no empreendimento; avaliar relatórios de inspeção; gerenciar recursos humanos; gerenciar suprimento de materiais e serviços; gerenciar recursos técnico-financeiros;

6. Orçar o empreendimento: compor custos unitários de mão de obra, equipamentos, materiais e serviços; cotar preços e custos de insumos do empreendimento; apropriar custos específicos e gerais do empreendimento; levantar custos do empreendimento;

7. Contratar empreendimento: estabelecer critérios para pré-qualificação de serviços e obras; preparar termo de referência para contratação de serviços e obras; preparar edital de concorrência; preparar propostas técnicas para prestação de serviços e obras; julgar propostas técnicas e financeiras; administrar contratos;

8. Controlar qualidade do empreendimento: aceitar ou rejeitar materiais e serviços; analisar ensaios de materiais; identificar métodos e locais de instalação de instrumentos de controle de qualidade; verificar aferição, calibração dos equipamentos;

9. Elaborar normas e documentação técnica: elaborar procedimentos e especificações técnicas; elaborar normas de avaliação de desempenho técnico e operacional; elaborar manual do usuário; controlar documentação técnica; participar de comissões, órgãos normativos nacionais e internacionais; elaborar especificações técnicas; elaborar normas e procedimentos executivos; elaborar critérios de medição; elaborar normas de ensaio de campo; elaborar normas de ensaio de laboratório;

10. Pesquisar tecnologias: criar projetos de pesquisa; ensaiar produtos, métodos, equipamentos e procedimentos; implementar tecnologias; divulgar tecnologias; coordenar pesquisas tecnológicas;

11. Comunicar-se: desenvolver expressão oral; desenvolver expressão escrita; desenvolver capacidade de negociação; desenvolver capacidade de liderança; trabalhar em equipe;

12. Competências pessoais: demonstrar criatividade; demonstrar dinamismo; evidenciar iniciativa; demonstrar capacidade de decisão; cultivar visão global; demonstrar adaptabilidade; desenvolver visão espacial; evidenciar raciocínio lógico; desenvolver raciocínio matemático.

D. CBO 2000: Descrição do Perfil Profissional de Serventes de Pedreiro.

A CBO 2002 descreve o perfil profissional dos serventes de pedreiro por meio de um agregado de cinco áreas de atividades, conforme segue:

1. Demolir edificações: identificar tipos de construções para demolição e materiais reutilizáveis; retirar peças sanitárias; remover instalações hidráulicas; retirar instalações elétricas; remover esquadrias metálicas; remover pisos, revestimentos cerâmicos e azulejos; remover coberturas de edificações (laje, telhado e madeiramento); romper pisos com ferramentas elétricas e manuais; romper estruturas de concreto; quebrar estruturas de alvenaria; desmontar alvenarias; cortar materiais de construção;

2. Preparar canteiros de obras: limpar a área de construção; retirar escombros reaproveitáveis; avaliar serviço; estabelecer seqüência de atividade; definir etapas de serviço; estimar tempo de duração do serviço; compactar solos;

3. Realizar manutenção de primeiro nível: conferir níveis de óleo e graxa; limpar máquinas e ferramentas; verificar condições dos equipamentos; lubrificar componentes das máquinas; reparar defeitos mecânicos dos equipamentos;

4. Realizar escavações: escavar valas; abrir poços e fossas; escavar cisternas; abrir valas para a concretagem de fundações;

5. Preparar massas: identificar materiais componentes das massas; avaliar condições físicas dos materiais (cor, dureza, umidade); medir materiais; adicionar materiais; homogeneizar massas; misturar concreto;

Competências pessoais: demonstrar autocontrole; demonstrar autocrítica; demonstrar sociabilidade; demonstrar senso de organização; trabalhar sob pressão; demonstrar iniciativa.

E. CBO 2000: Descrição do Perfil Profissional de Trabalhadores de Estruturas de Alvenaria (Pedreiros).

A CBO 2000 descreve o perfil profissional dos trabalhadores de estruturas de alvenaria por meio de um agregado de cinco áreas de atividades, conforme segue:

1. Organizar o trabalho: interpretar as ordens de serviço; especificar os materiais a serem utilizados na obra; calcular os materiais a serem utilizados na obra; orçar o serviço;

2. Preparar o local de trabalho: providenciar a liberação do local de trabalho; selecionar as ferramentas e equipamentos; selecionar os equipamentos de segurança; providenciar o local para depósito de materiais e ferramentas; disponibilizar os materiais para a obra;

3. Construir as fundações: construir o gabarito para a locação da obra; marcar a obra a ser realizada; cavar o local para as sapatas; providenciar as formas para as fundações; preparar o concreto; aplicar o concreto nas fundações; confeccionar o arranque do pilar e a cinta de fundação;

4. Construir estruturas de alvenarias: esquadrear as alvenarias; preparar a argamassa para o assentamento; aprumar as alvenarias; nivelar as alvenarias; alinhar as alvenarias; assentar os tijolos, blocos e elementos vazados; concretar os pilares e pilaretes; assentar as vergas nos vãos; chumbar os tacos e tarugos para fixação das aduelas; aplicar o concreto nas cintas de amarração sobre as alvenarias; montar as lajes pré-moldadas; concretar as lajes; apertar as alvenarias;

5. Aplicar os revestimentos e contrapisos: aplicar o chapisco em tetos e paredes; preparar a argamassa para o revestimento; marcar os pontos de nível e pontos de massa; aplicar o

emboço para regularizar a superfície; assentar acabamentos (soleiras, peitoris etc.) em portas e janelas; preparar argamassa (farofa) para o contrapiso; assentar os pré-moldados;

Competências pessoais: coordenar trabalhos com outros membros da equipe; trabalhar em áreas de risco; trabalhar em grandes alturas; obedecer as normas de segurança; zelar pela qualidade do trabalho; manter-se atualizado quanto as normas técnicas e de segurança; preocupar-se com a produtividade; comunicar-se com clientes, superiores e colegas de trabalho; cuidar do material de trabalho; cumprir as especificações do fabricante.

F. CBO 2000: Descrição do Perfil Profissional de Mestres de Obras.

A CBO 2000 descreve o perfil profissional do mestre de obras da construção civil por meio de um agregado de onze áreas de atividades, conforme segue:

1. Supervisionar trabalhadores em canteiros de obras civis: selecionar pessoal de obras civis; identificar necessidades de treinamentos internos e externos à obra; treinar equipes de trabalho na obra ou externo à obra; distribuir atividades de trabalho; orientar equipe de trabalho; monitorar o cumprimento das normas de segurança do trabalho; programar férias e folgas da equipe; controlar horas trabalhadas; monitorar cumprimento das normas administrativas da empresa; avaliar desempenho profissional; sugerir admissões, promoções, transferências e demissões dos trabalhadores nos canteiros de obra; treinar trabalhadores da construção em métodos construtivos e operação de equipamentos; assessorar as atividades dos trabalhadores nos canteiros de obra.

2. Elaborar documentação técnica em canteiros de obras civis: elaborar manuais; elaborar relatórios; elaborar cronogramas de obras; preparar ordens de serviço; emitir pareceres técnicos durante a execução da obra; elaborar recursos didáticos; elaborar planilhas e slides para apresentações; elaborar requisições de material; elaborar ficha técnica de produção na construção civil;

3. Controlar recursos produtivos da obra: programar suprimento de insumos; controlar os insumos para suprir os estoques; controlar resíduos e desperdícios; dimensionar equipes de trabalhadores na obra; dimensionar equipamentos; programar a manutenção de máquinas e de equipamentos; controlar a disponibilidade de máquinas, equipamentos e instrumentos;

organizar arranjo físico em função do programa de produção; analisar instalação e utilização de equipamentos e estruturas construtivas em canteiros de obra;

4. Administrar o cronograma da obra: analisar relatórios e registros da construção; dimensionar a capacidade de produção; negociar metas de produção; analisar custos de produção; analisar viabilidade de produção de um novo produto; analisar produtos e ordens de serviço; controlar o volume da produção; analisar causas de não conformidade; definir itens de controle de processo; interpretar parâmetros de produção; definir métodos e processos de produção; avaliar índice de produtos não conformes; monitorar pontos críticos da produção;

5. Controlar padrões produtivos: determinar padrões de construção; inspecionar a qualidade de produtos da obra; monitorar padrões de qualidade da construção; implementar ações preventivas e corretivas no processo construtivo; identificar falhas no trabalho da equipe no canteiro de obras; orientar fluxo e movimentação de materiais; inspecionar execução dos trabalhadores no canteiro de obra; examinar segurança dos locais e equipamentos da obra; dimensionar recursos de trabalho para obra; identificar localização de instalação e equipamentos e estruturas construtivas; recomendar medidas para melhoria de desempenho e segurança de métodos e equipamentos de trabalho; verificar especificação dos materiais construtivos utilizados nos canteiros de obra;

Competências pessoais: liderar equipe de trabalho; demonstrar persuasão; demonstrar iniciativa; demonstrar autocontrole; comunicar-se com eficiência; raciocinar com rapidez; demonstrar dinamismo; raciocinar por analogia; demonstrar auto-organização; relacionar-se com superiores e subordinados; demonstrar senso espacial; demonstrar senso visual; atentar para detalhes.

G. Trajetórias Ocupacionais: Categorias Operacionais de Análise

As trajetórias de trabalhadores brasileiros do setor da construção civil foram analisadas em duas dimensões temporais: no curto-médio prazo e no longo prazo. Por curto-médio prazo, entende-se sua evolução nos intervalos de tempo inferiores a dez anos. Por longo prazo, seu comportamento geral no período de dez anos. Para tanto, a evolução das variáveis escolaridade, rendimento médio real e taxa média de associação a sindicato foi reconstruída com base em quatro categorias operacionais de análise das variáveis:

a) *crescimento sustentado*: período de três ou mais anos consecutivos com níveis ascendentes de estoque de capital;

b) *crescimento não-sustentado*: período de um ou dois anos consecutivos com níveis ascendentes de estoque de capital imediatamente seguido por queda ou estabilidade;

c) *estabilidade*: período de dois ou mais anos consecutivos sem variação no estoque de capital;

d) *queda*: período de três ou mais anos consecutivos com níveis descendentes de estoque de capital;

e) *queda não-sustentada*: período de um ou dois anos consecutivos com níveis descendentes de estoque de capital imediatamente seguido por crescimento ou estabilidade; e

f) *vôo de galinha*: período de três ou mais anos consecutivos sem tendência definida de formação de estoques de capital (intercalando sucessivamente níveis ascendentes e descendentes, ou vice-versa).

Desse modo, o cálculo do capital ocupacional acumulado pelo coletivo em um período determinado possibilita mensurar sua trajetória, comparativamente à dos demais coletivos pesquisados. A avaliação do estatuto de pertencimento do coletivo à divisão do trabalho social consistiu na comparação da evolução de seus níveis relativos de capital cultural, monetário, social e ocupacional no período 1992-2003, analisados sob as categorias operacionais *crescimento sustentado*, *crescimento não-sustentado*, *estabilidade*, *queda*, *queda não-sustentada* e *vôo de galinha*.

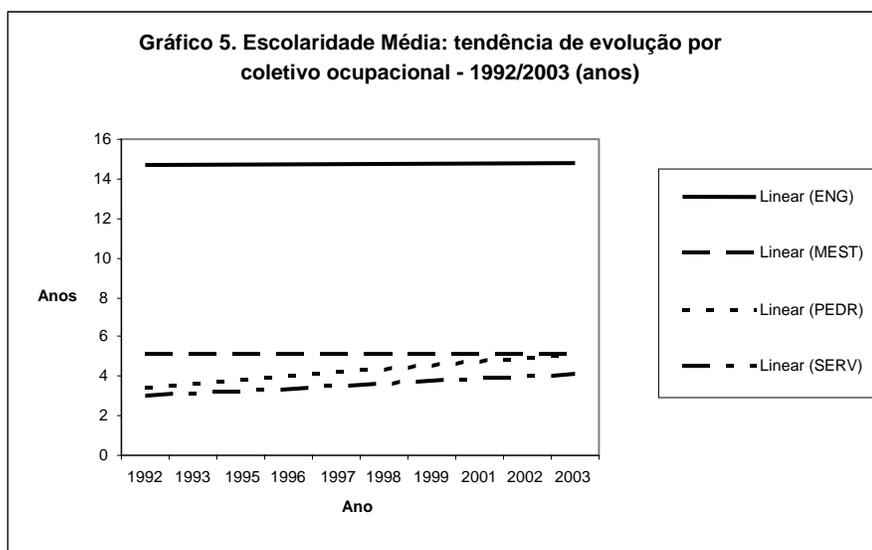
H. Serventes, Pedreiros, Mestres de Obras e Engenheiros Brasileiros Ocupados: evolução das variáveis escolaridade, rendimento médio real e taxa de sindicalização – 1992/2003

Os engenheiros ocupados brasileiros possuíam 15 anos de escolaridade média em 1992. Em 2003, permaneciam nesse patamar, denotando estabilidade. Sua escolaridade média oscilou na faixa relativa ao ensino superior incompleto e completo. No curto-médio prazo, esse coletivo ocupacional apresentou ciclos de estabilidade (1992-1993), queda sustentada (1993-1996), vôo de galinha ascendente (1996-2002) e estabilidade (2002-2003) (Tabela 5) que, no longo prazo, consolidaram tendência de estabilidade em seu nível de escolaridade (Gráfico 5).

Tabela 5. Escolaridade média: nível de acesso por coletivo ocupacional - 1992-2003 (anos)

Coletivo	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003
ENG	15,0	15,0	14,6	13,9	14,9	14,8	14,9	14,3	15,0	15,0
MEST	2,6	8,1	4,8	3,0	8,5	4,9	4,0	6,5	4,7	4,2
PEDR	3,5	3,4	3,6	4,2	4,7	3,9	4,3	4,9	4,9	5,2
SERV	3,1	3,1	2,6	3,2	3,7	4,5	4,2	4,2	4,1	3,2

Fonte: PNAD/IBGE; Elaboração:CGET/DES/SPPE/MTE.

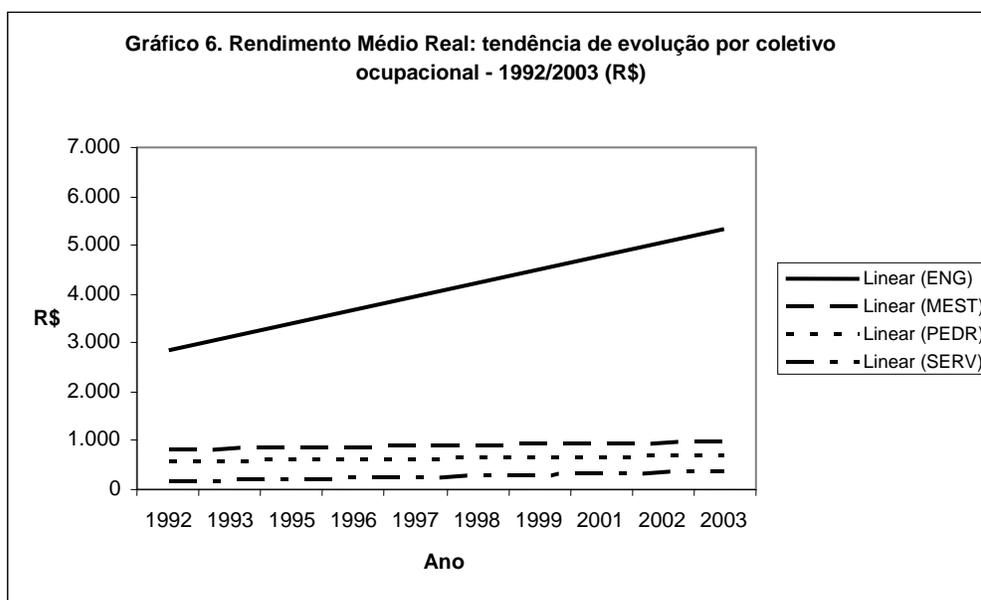


Esses trabalhadores possuíam renda média real de R\$ 2.247 em 1992. Em 2003, seu rendimento médio real alcançou R\$5.546, crescendo 147%. Sua renda média real entre 1992-2003 foi da ordem de R\$4.094. No curto-médio prazo, esse coletivo ocupacional apresentou ciclos de vôo de galinha ascendente (1992-1996), crescimento sustentado (1996-1998), queda não-sustentada (1998-1999) e crescimento sustentado (1999-2003) (Tabela 6) que, no longo prazo, consolidaram tendência de crescimento no nível de rendimento médio real do coletivo de engenheiros brasileiros ocupados (Gráfico 6).

Tabela 6. Rendimento Médio Real: nível de acesso por coletivo ocupacional - 1992-2003 (R\$)¹¹

Coletivo	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003
ENG	2.247	1.885	4.944	3.264	4.604	6.371	3.745	4.164	4.174	5.546
MEST	345	392	1.101	1.244	1.540	1.043	963	1.361	506	583
PEDR	229	177	784	769	523	1.857	505	516	426	373
SERV	116	101	297	307	348	274	271	317	337	284

Fonte: PNAD/IBGE; Elaboração:CGET/DES/SPPE/MTE.



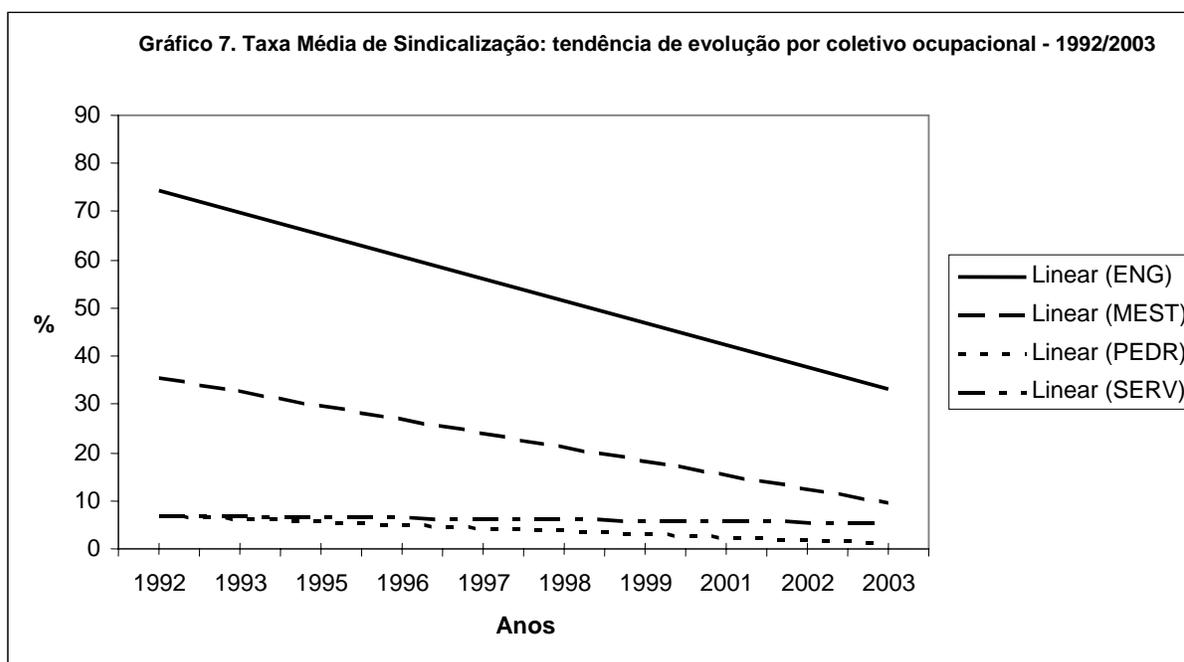
¹¹ Deflator: INPC/IBGE (base: dezembro 1993 = 100) (variação em 12 meses) (fonte: Revista Conjuntura Econômica - vol. 59, n. 5, maio 2005 - FGV).

Em 1992, 84% dos engenheiros brasileiros ocupados eram sindicalizados. Em 2003, alcançaram 51% de sindicalização, o que representou recuo da ordem de 41%. No curto-médio prazo, esse coletivo ocupacional apresentou ciclos de queda sustentada (1992-1995), crescimento não-sustentado (1995-1996), queda (1996-1998), vôo de galinha ascendente (1998-2001) e crescimento sustentado (2001-2003) (Tabela 7) que, no longo prazo, consolidaram tendência de queda em sua taxa média de sindicalização (Gráfico 7).

Tabela 7. Taxa Média de Sindicalização: nível de acesso por coletivo ocupacional - 1992/2003 (%)¹²

Coletivo	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003
ENG	84	69	64	81	36	33	45	34	41	51
MEST	60	13	6	50	(100)	17	8	25	(100)	11
PEDR	9	12	2	2	3	2	3	(100)	4	2
SERV	4	12	8	4	5	5	6	8	(100)	5

Fonte: PNAD/IBGE; Elaboração:CGET/DES/SPPE/MTE.



¹² As taxas médias de sindicalização de mestres de obras (anos 1997 e 2002), pedreiros (ano 2001) e serventes de pedreiros (ano 2002) foram desprezadas quando da composição das tendências de evolução por coletivo ocupacional (Gráfico 3). As referidas taxas equivaliam a 100%, denotando problemas amostrais. Agradeço à minha banca de doutoramento pelas sugestões relativas à correção em minha utilização desses dados primários para fins analíticos.

Os serventes brasilienses ocupados possuíam 3,1 anos de escolaridade média em 1992. Em 2003, alcançaram 3,2 anos de escolaridade média, descrevendo crescimento de 3%. Sua escolaridade média permaneceu no nível de ensino fundamental incompleto em todo o período. No curto-médio prazo, esse coletivo alternou ciclos de estabilidade (1992-1993), queda não-sustentada (1993-1995), crescimento sustentado (1995-1998), queda não-sustentada (1998-1999), estabilidade (1999-2001) e queda sustentada (2001-2003) (Tabela 5), consolidando, no longo prazo, tendência de crescimento em seu nível médio de escolaridade (Gráfico 5).

Esses trabalhadores possuíam renda média real de R\$116 em 1992, alcançando R\$284 em 2003, crescendo 145%. A renda média real do coletivo de serventes brasilienses ocupados no intervalo pesquisado era da ordem de R\$265. No curto-médio prazo, esse coletivo ocupacional apresentou ciclos de queda não-sustentada (1992-1993), crescimento sustentado (1993-1997), queda sustentada (1997-1999), crescimento sustentado (1999-2002) e queda não-sustentada (2002-2003) (Tabela 6) que, no longo prazo, consolidaram tendência de crescimento em seu nível de rendimento médio real (Gráfico 6).

Os serventes brasilienses ocupados possuíam taxa média de associação sindical de 4% em 1992. Em 2003, alcançaram 5%, representando crescimento de 25%. No curto-médio prazo, esse coletivo ocupacional apresentou ciclos de crescimento não-sustentado (1992-1993), queda sustentada (1993-1996), crescimento não-sustentado (1996-1997), estabilidade (1997-1998), crescimento sustentado (1998-2001) e queda não-sustentada (2002-2003) (Tabela 7) que, no longo prazo, consolidaram tendência de queda em sua taxa média de sindicalização (Gráfico 7).

Os pedreiros brasileiros ocupados possuíam 3,5 anos de escolaridade média em 1992. Em 2003, alcançaram 5,2 anos de escolaridade média, com crescimento de 49%. Sua escolaridade média na faixa de ensino fundamental incompleto em todo o período.

No curto-médio prazo, esse coletivo apresentou dois ciclos sucessivos consecutivos de queda não-sustentada seguida de crescimento sustentado (1992-1993 e 1993-1997; e 1997-1998 e 1998-2001) e um ciclo de estabilidade (2001-2002) e um ciclo de crescimento não-sustentado (2002-2003) (Tabela 5) que, no longo prazo, consolidaram tendência de crescimento no nível de escolaridade do coletivo de pedreiros brasileiros ocupados (Gráfico 5).

Esses trabalhadores possuíam renda média real de R\$ 229 em 1992, alcançando R\$373 em 2003 e crescendo 63%. A renda média real do coletivo de engenheiros brasileiros ocupados no intervalo pesquisado era da ordem de R\$616. No curto-médio prazo, esse coletivo ocupacional apresentou ciclos de vôo de galinha ascendente (1992-1995), queda sustentada (1995-1997), vôo de galinha descendente (1997-2001) e queda sustentada (2001-2003) (Tabela 6) que, no longo prazo, consolidaram tendência de leve crescimento no nível de rendimento médio real do coletivo de pedreiros brasileiros ocupados (Gráfico 6).

Os pedreiros brasileiros ocupados possuíam taxa média de sindicalização de 9% em 1992, alcançando 2% em 2003, o que representa recuo da ordem de 78%. No curto-médio prazo, esse coletivo ocupacional apresentou ciclos de vôo de galinha descendente (1992-1995), estabilidade (1995-1996), vôo de galinha neutro (1996-1998), crescimento sustentado (1998-2002) e queda não sustentada (2002-2003) (Tabela 7) que, no longo prazo, consolidaram tendência de queda em sua taxa média de sindicalização (Gráfico 7).

Os mestres-de-obras brasileiros ocupados possuíam 2,6 anos de escolaridade média em 1992. Em 2003, atingiram 4,2 anos de escolaridade, o que representou crescimento da ordem de 61%. Seu movimento oscilou entre o ensino fundamental incompleto e o ensino médio incompleto. No curto-médio prazo, esse coletivo apresenta três ciclos alternados consecutivos de crescimento não-sustentado e queda sustentada (1992-1993 e 1993-1996; 1996-1997 e 1997-1999; e 1999-2001 e 2001-2003) (Tabela 5) que, no longo prazo, consolidaram tendência de estabilidade no nível de escolaridade do coletivo de mestres-de-obra brasileiros ocupados (Gráfico 5).

Os mestres-de-obras brasileiros ocupados possuíam renda média real de R\$ 345 em 1992. Em 2003, alcançaram R\$583, crescendo 69%. A renda média real desse coletivo ocupacional no intervalo pesquisado foi da ordem de R\$908. No curto-médio prazo, o mestre-de-obras brasileiro ocupado apresentou ciclos de crescimento sustentado (1992-1997), queda (1997-1999) e vôo de galinha descendente (1999-2003) (Tabela 6) que, no longo prazo, consolidaram tendência de crescimento em seu nível de rendimento médio real (Gráfico 6).

Em 1992, 60% dos mestres-de-obras brasileiros ocupados eram sindicalizados. Em 2003, sua sindicalização média era de 11%, recuando 82%. No curto-médio prazo, esse coletivo ocupacional apresentou ciclos de queda sustentada (1992-1995), crescimento sustentado (1995-1996), queda sustentada (1996-1999) e vôo de galinha ascendente (1999-2003) (Tabela 7) que, no longo prazo, consolidaram tendência de queda em sua taxa média de sindicalização (Gráfico 7).